

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL,
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BÁSICAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS:
QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE

LORENI APARECIDA DOS SANTOS

A PRAÇA CEU COMO TERRITÓRIO EDUCATIVO:
um estudo de caso em Sapucaia do Sul, RS

Canoas

2020

LORENI APARECIDA DOS SANTOS

**A PRAÇA CEU COMO TERRITÓRIO EDUCATIVO:
um estudo de caso em Sapucaia do Sul, RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação em Ciências.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jaqueline Moll

Canoas

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Santos, Loreni Aparecida dos
A PRAÇA CEU COMO TERRITÓRIO EDUCATIVO: um estudo de
caso em Sapucaia do Sul, RS. / Loreni Aparecida dos
Santos. -- 2020.
166 f.
Orientadora: Jaqueline Moll.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Ciências Básicas da
Saúde, Programa de Pós-Graduação em Educação em
Ciências: Química da Vida e Saúde, Porto Alegre,
BR-RS, 2020.

1. Praça CEU. 2. Cidades Educadoras. 3. Educação
Ambiental. 4. Território Educativo. 5. Políticas
Públicas. I. Moll, Jaqueline, orient. II. Título.

LORENI APARECIDA DOS SANTOS

**A PRAÇA CEU COMO TERRITÓRIO EDUCATIVO:
um estudo de caso em Sapucaia do Sul, RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação em Ciências.

Parecer: _____ em _____ de _____ 2020.

BANCA EXAMINADORA

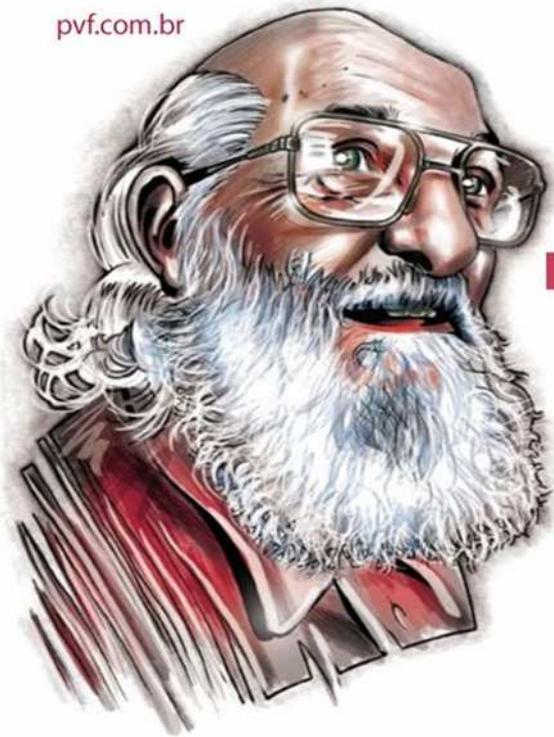
Prof.^a Dr.^a Jaqueline Moll - UFRGS (Orientadora)

Prof. Dr. José Vicente Lima Robaina
Relator – PPGQVS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. Márcio Tascheto da Silva - UPF

Prof.^a Dra. Márcia Rosa da Costa – UFRGS

pvf.com.br



**“Sem a
curiosidade que
me move, que
me inquieta, que
me insere na
busca, não
aprendo nem
ensino.”
Paulo Freire**

Dedico este trabalho à minha mãe, que me ensinou a gostar de botânica e a respeitar a natureza. Dedico também às amigas Inacira e Viviane, pelo incentivo e motivação em dar continuidade aos meus estudos acadêmicos, e ao amigo Rafael Baioto, pela amizade, apoio e incentivo profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao universo que conspirou a favor para que, depois de tantos anos, tivesse a oportunidade de realizar o sonho de cursar o mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Muito obrigada à amiga e colega Inacira Bomfim Lopes pelo incentivo e apoio em concretizar este sonho.

À minha mestra Jaqueline Moll, um agradecimento especial por oportunizar-me este momento divisor de águas em minha vida pessoal e profissional.

Dedico todo meu amor e carinho aos colegas e amigos Rafael Baioto, Viviane Teresinha Furtado e Márcia Spadoni que sempre me ajudaram em minhas dúvidas e dificuldades, em especial ao amigo e colega Rafael Baioto por confiar no meu trabalho e pelo apoio profissional. À Viviane Furtado que sempre apoiou o trabalho da Educação Ambiental, abrindo portas e lutando lado a lado para que a cada ano nossas conquistas fossem maiores e melhores, e à Márcia Spadoni, pelo incentivo e apoio na realização dos projetos de Educação Ambiental em Sapucaia do Sul.

Mais uma vez, agradeço à professora Jaqueline Moll por toda a disponibilidade e humildade em orientar-me durante esta caminhada, mulher guerreira de grande sabedoria e de humanidade rara de se encontrar.

“Temos as raízes que podemos ter, mas isso também depende do terreno onde as mergulhamos.

Algumas raízes estão colocadas em vasos, estão condicionadas, domesticadas; o terreno herdado é restrito; pertencem à linhagem das estufas, aos lugares fechados, nada de grandes ventos, nada de inverno... Tornam-se, então, árvore comestível, árvore adaptada, árvore podada: não passam de um produto da sua família, do seu meio.

A retidão do Salgueiro é delicada e vibrante. A coluna vertebral não é uma estaca a qual nossas carnes se agarram, mas uma coluna de energia radiante onde cada um de nossos membros se entregue à luz.

Brandura na retidão, doçura no vigor. Manter unidos os contrários, pois a água é mais sólida que a rocha!

Firme e fluida, precisa e branda, tal é a postura do Salgueiro. Sua imobilidade não pode estar terminada.

Ela habita no Aberto. A árvore não está encerrada em seus limites. Por todos os seus poros, ela desposa o invisível que a envolve, o infinito que cunha sua casca.

O Ser, a Vida, o misterioso Amante que incessantemente vem se misturar à sua seiva, ao seu sangue...

Tudo isso deve ser vivido, no âmago da postura, em cada movimento. Saber que, antes mesmo do primeiro passo, nós já bailávamos em nossos átomos, em nossas células... Deixa ser aquilo que baila em nós. Seguir o sopro...”

Jean~Yves Leloup

RESUMO

A Praça CEU é um equipamento público criado a partir de políticas públicas vinculadas ao Governo Federal, tendo como financiador o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, implementado em 2007 (PAC I), e em 2010 (PAC II). Esta pesquisa é um estudo de caso sobre a Praça CEU como território educativo no projeto de uma Cidade Educadora, na Vila Vargas, em Sapucaia do Sul, cidade da região metropolitana de Porto Alegre - RS. A Praça CEU possui um fragmento de mata com 53.176,74 m² de área verde, espaço enriquecedor e amplo de caráter interdisciplinar, podendo ser utilizado como uma “extensão da sala de aula” e uma ótima oportunidade de contato com a natureza através de trilha interpretativa para conhecer a diversidade da flora e fauna local. É um equipamento público que se caracteriza como um espaço de convivência social, recreativo e cultural com potencial educador. O objetivo desta pesquisa foi investigar a possibilidade da Praça CEU de Sapucaia do Sul, como território educativo e suas potencialidades para a construção dos Interlocutores Ambientais (professores e estudantes) e de uma Cidade Educadora. Realizou-se uma pesquisa qualitativa através de entrevista, questionário aberto e observação participante para verificar a relevância deste espaço público para a comunidade do entorno. No decorrer dessa pesquisa, a partir da revisão bibliográfica, da análise documental e da triangulação dos dados coletados constatou-se que a educação não deve se restringir, apenas ao espaço escolar, pois quando ofertada em diferentes territórios da cidade possibilita o diálogo com a coletividade que vivência a problemática ambiental e social existente nestes centros urbanos. Ao mesmo tempo em que levarão em consideração as vidas existentes nestes locais e suas interações.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Espaços não formais de educação. Território Educativo. Cidade Educadora. PAC. Praça CEU.

ABSTRACT

CEU Park is a public facility created from public policies linked to the Federal Government with the Growth Acceleration Program, "Programa de Aceleração do Crescimento" better known as PAC, implemented in 2007 (PAC I), and in 2010 (PAC II) as financier. This research is a case study about CEU Park as an educational territory in the project of an Educational City, in Vila Vargas, in Sapucaia do Sul, a city in the metropolitan region of Porto Alegre - RS. CEU Park features a forest fragment with 53,176.74 m² of green area, an enriching and ample interdisciplinary space, which can be used as an "extension of the classroom" and a great opportunity for contact with nature through an interpretative trail to get to know the diversity of the local flora and fauna. It is a public facility characterized as an area of social, recreational and cultural coexistence with an educational capacity. The objective of this research was to investigate the possibility of CEU Park in Sapucaia do Sul city, as an educational territory and its potential for the development of Environmental Interlocutors (teachers and students) and as an Educating City. A qualitative survey was conducted through interviews, open questionnaires and participating observations to verify the relevance of this public space for the surrounding community. In the course of this research, from the bibliographical review, documental analysis and triangulation of the collected data, it was verified that education should not be restricted only to the school space, because when offered in different territories of the city, it allows dialogue with the community which experiences the environmental and social problems present in these urban centers. At the same time, they will take into consideration the lives in these places and their interactions.

Keywords: Environmental Education, non-formal Spaces of education, educational Territory, Educating City, PAC, CEU Park.

LISTA DE SIGLAS

AICE – Associação Internacional das Cidades Educadoras
ANA – Agência Nacional das Águas
APP – Área de Preservação Permanente
ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDABM – Conhecendo e Divulgando as Águas e Banhados do Meu Município
CEDEC – Centro de Desenvolvimento de Equipamentos Urbanos e Comunitários
CEU – Centro de Artes e Esportes Unificado
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
COOPREVIVE – Cooperativa de Catadores de Sapucaia do Sul
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
EDIF – Departamento Municipal de Edificações Públicas
EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental
ENPEC – Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências
ETE – Estação de Tratamento de Esgoto
FDE – Fundo para o Desenvolvimento Escolar
FECE – Fundo Estadual de Construções Escolares
FZB – Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul
GPS – *Global Positioning System*
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOM – Lei Orgânica do Município
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PEI – Programa Escola Integrada
PGA – Projeto Guardiões Ambientais
PIS – Parques Infantis
PMRS – Política Municipal de Resíduos Sólidos
PNJMA – Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente
PNMH – Programa Nacional Microbacias Hidrográficas

PNRH – Política Nacional de Recursos Hídricos

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

PPD – Projeto Peixe Dourado

PTTS – Projeto Técnico Social

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RCC – Resíduos da Construção Civil

SEMAS – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Sapucaia

SMED – Secretaria Municipal de Educação

SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

UBS – Unidades Básicas de Saúde

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNISINOS – Universidade do Vale dos Sinos

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vista aérea da Praça CEU	19
Figura 2: Quadro conceitual para abordagem qualitativa	33
Figura 3: Esquema da Triangulação	99
Figura 4: O conceito de Praça CEU	105
Figura 5: A área de abrangência da Praça CEU	106
Figura 6: Os Interlocutores Ambientais e a continuidade dos projetos	107
Figura 7: Qual o papel de um Interlocutor Ambiental	109
Figura 8: Quais as ações dos Interlocutores Ambientais na comunidade	110
Figura 9: Há ações dos Interlocutores Ambientais na Praça CEU	111
Figura 10: Atividades oferecida na Praça CEU	112
Figura 11: Praça CEU, está, aberta à comunidade	113
Figura 12: Há espaço físico, disponível, na Praça CEU	114
Figura 13: Há a disponibilidade de espaços para comunidade	115
Figura 14: Conhecendo a Praça CEU	115
Figura 15: Como utilizam a Praça CEU	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Legenda da imagem da Praça CEU	19
Quadro 2: Objetivos do estudo	32
Quadro 3: Síntese da metodologia	36
Quadro 3.1: Quadro oriundo da pesquisa da mestranda- Palavra-chave: Cidade Educadora	42
Quadro 3.1.1: Quadro oriundo da pesquisa da mestranda- Palavra-chave: Centro Educacional Unificado	43
Quadro 3.1.2: Quadro oriundo da pesquisa da mestranda- Palavra-chave: CEU	46
Quadro 3.1.3: Quadro oriundo da pesquisa da mestranda- Palavra-chave: Território Educativo	47
Quadro 3.1.4: Quadro oriundo da pesquisa da mestranda- Palavra-chave: Educação Ambiental	49
Quadro 3.1.5: Quadro oriundo da pesquisa da mestranda- Palavra-chave: Território Educativo	52
Quadro 3.1.6: Quadro oriundo da pesquisa da mestranda- Palavra-chave: Educação ambiental	53
Quadro 3.1.7: Quadro oriundo da pesquisa da mestranda- Palavra-chave: Cidade Educadora	54
Quadro 4: Categorias de análise/apresentando os resultados da pesquisa	99

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 CONTEXTUALIZANDO E DEFININDO A PESQUISA	19
1.1 PRAÇA CEU: TERRITÓRIO EDUCATIVO EM UMA POSSÍVEL CIDADE EDUCADORA	21
1.2 DEFININDO A PESQUISA	32
2 A CONSTRUÇÃO DO ESTADO DO CONHECIMENTO: A PRAÇA CEU COMO OBJETO DE PESQUISA	37
2.1 INTRODUÇÃO	37
2.2 BUSCA DE DISSERTAÇÕES E TESES	38
2.2.1 Trabalhos agrupados por categorias de análise	41
2.2.1.1 Políticas públicas e a construção de cidades educadoras	42
2.2.1.2 Políticas intersetoriais na gestão pública	43
2.2.1.3 Arquitetura e urbanismo como intervenção social	45
2.2.1.4 A construção e a definição de território	47
2.2.1.5 Os espaços não formais na prática da Educação Ambiental	48
2.3 BUSCA DE ARTIGOS	50
2.3.1 Trabalhos agrupados por categoria de análise	51
2.3.1.1 A construção e a definição de território	51
2.3.1.2 Sensibilização ambiental	53
2.3.1.3 Políticas públicas na construção de cidades educadoras	53
2.4 PESQUISA REALIZADA NOS ANAIS DO ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS (ENPEC)	55
2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
2.6 REFERÊNCIAS	56
3 A PRAÇA CEU NA PERSPECTIVA DA CIDADE EDUCADORA: POLÍTICAS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS A SERVIÇO DA VIDA	60
3.1 INTRODUÇÃO	60
3.2 REFERÊNCIAS	80
4 A PRAÇA CEU E A CONSTRUÇÃO DOS INTERLOCUTORES AMBIENTAIS	84
4.1 INTRODUÇÃO	84

4.2 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PERSPECTIVA DA CONSTRUÇÃO DOS INTERLOCUTORES AMBIENTAIS	85
4.3 A PRAÇA CEU NA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CONTEXTUALIZADA	93
4.4 APRESENTANDO OS RESULTADOS DA PESQUISA	98
4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
4.6 REFERÊNCIAS	120
5 A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS EDUCATIVOS NÃO FORMAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	124
5.1 INTRODUÇÃO	125
5.2 REFERÊNCIAS	128
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS	137
APÊNDICE	146
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO - FORMAÇÃO DE ESTUDANTES	146
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA	148
APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA	149
ANEXOS	150
ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SAPUCAIA DO SUL PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA	150
ANEXO B – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA MESTRANDA À DIREÇÃO DA ESCOLA	152
ANEXO C – AUTORIZAÇÃO DA DIREÇÃO DA ESCOLA PARA A PESQUISA	153
ANEXO D – TERMO E CONSENTIMENTO LIVRO E ESCLARECIDO – AUTORIZAÇÃO DOS ALUNOS PARA PARTICIPAR DA PESQUISA	154
ANEXO E – CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS	161
ANEXO F – REPORTAGEM	163

INTRODUÇÃO

O tema desta de pesquisa, a Praça CEU, surgiu a partir das inquietações e reflexões que foram surgindo no decorrer da vivência profissional como educadora na Educação Ambiental. A prática docente possibilitou refletir sobre a utilização dos espaços públicos para a realização das atividades de Educação Ambiental.

Este trabalho é um estudo de caso e tem como objetivo investigar em que medida este espaço pode ser dinamizador do conceito de Cidade Educadora em Sapucaia do Sul. A partir dos questionamentos decorrentes do cotidiano da prática pedagógica em Educação Ambiental e da pesquisa, a investigação procurou descobrir o que é uma Praça CEU. Mas, afinal de contas, como surgiu o projeto das Praças CEUs? Como o projeto da Praça CEU chegou a Sapucaia do Sul? Na procura por estudos que pudessem responder aos questionamentos, alcançou-se o debate da Cidade Educadora. Buscou-se compreender a Praça CEU de Sapucaia do Sul sob a perspectiva das políticas públicas federais e municipais que viabilizaram sua implantação e implementação.

A articulação em torno da Praça CEU e as atividades propostas podem ser caracterizadas como uma ação de Cidade Educadora? Sapucaia do Sul pode ser um Território Educativo? Ou será que deverão, ainda, ser construídos? Sob a perspectiva do movimento das Cidades Educadoras, foram buscados elementos da história para compreender como esse modelo de educação influenciou o ideário que constituiu a Praça CEU, em Sapucaia do Sul.

Este estudo tem como foco e problema: investigar a Praça CEU como política federal implementada no âmbito do município de Sapucaia do Sul e, na perspectiva da construção dos Interlocutores Ambientais, se pode ser considerada uma atividade que colaboraria para caracterizar uma Cidade Educadora? A Praça CEU se caracteriza como um território educativo?

A partir da revisão bibliográfica, com o propósito de contextualizar e definir a pesquisa, teve início o levantamento de artigos, teses e dissertações que abordam o tema, publicados a partir de 2010, ano de implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) II. Essas buscas foram feitas na Base Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), nos periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC).

A dissertação está constituída por quatro artigos interdependentes e inter-relacionados. Para alcançar os objetivos no primeiro artigo, “A construção do estado do conhecimento: a

Praça CEU como objeto de pesquisa”, foram considerados, na pesquisa de artigos, dissertações e teses, os seguintes descritores: Território Educativo, Educação Ambiental, Praça CEU, CEU, CEU – Centro Educacional Unificado, CEU – Centro de Artes e Esportes Unificado e a escola, Educação Ambiental, Cidade Educadora e PAC.

No segundo artigo, para entender “A Praça CEU na perspectiva da Cidade Educadora: políticas e equipamentos públicos a serviço da vida”, buscou-se analisar a Praça CEU a partir das políticas públicas e das ações intersetoriais, selecionando estudos que trouxessem o histórico do surgimento do Projeto CEU e a relação das políticas públicas e intersetoriais que compuseram seu projeto inicial.

O terceiro artigo é composto pela análise da Educação Ambiental na perspectiva da construção dos Interlocutores Ambientais, com o propósito de compreender como a Praça CEU possibilitará a construção dos Interlocutores Ambientais em Sapucaia do Sul.

A partir da reflexão sobre a relevância dos espaços educativos não formais para a formação de professores em suas práticas pedagógicas, utilizando o Parque Zoológico e a Praça CEU (Centro de Artes e Esportes Unificados) como referência, foi possível organizar o quarto artigo. Pode-se caracterizar a Praça CEU como espaço não formal para a prática de Educação Ambiental, e no intuito de compreender estes espaços, foram buscados estudos baseados na importância dos espaços educativos não formais na formação de professores e suas práticas pedagógicas.

Para justificar o problema de pesquisa da presente dissertação e situar o leitor quanto ao campo de conhecimento e como foi construído, faz-se necessário iniciar por uma breve narrativa da trajetória profissional desta pesquisadora.

Professora concursada no município de Sapucaia do Sul há 20 anos, ao longo destes anos de trabalho como educadora foi possível vivenciar e exercer diversas funções desafiadoras, na escola e na Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Na escola, em que pese o exercício de diferentes funções, foi a coordenação e execução do projeto Guardiões Ambientais¹ na Escola Municipal de Ensino de Fundamental Prof.^a Rosane Amaral Dias que possibilitou dar os primeiros passos no campo da Educação Ambiental.

¹ Projeto Guardiões Ambientais - projeto desenvolvido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, que visa à atuação dos estudantes como multiplicadores na escola e na comunidade do entorno.

Em 2008, há exatamente 12 anos, a pesquisadora foi convidada pela Coordenadora da Escola de Educação Ambiental² a fazer parte do quadro de professores e, a partir deste momento, foi transferida da Secretaria Municipal de Educação (SMED) para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMAS), através de uma cedência. Foi – e ainda é – possível vivenciar, na atuação como educadora na área ambiental, um mundo de possibilidades. Trabalhar com Educação Ambiental envolve diferentes campos e saberes do conhecimento.

Após a cedência para a SEMAS, passou a atuar como educadora não só para atender os estudantes da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Prof.^a Rosane Amaral Dias, mas também para elaborar e executar atividades pedagógicas nas dependências da Escola de Educação Ambiental e nas escolas que solicitavam apoio para o desenvolvimento de atividades em sala de aula. Até aquele momento, nunca havia trabalhado a Educação Ambiental abrangendo o município.

A equipe era composta por quatro pessoas e cada uma era responsável por organizar oficinas, trilhas e palestras de acordo com as solicitações das escolas, empresas e comunidade. Nesta época, a sede da Escola Educação Ambiental, onde eram desenvolvidas as atividades de Educação Ambiental, funcionava no Aterro Sanitário do município. Eram recebidos, diariamente, estudantes de diferentes níveis de escolaridade e conhecimento, bem como as atividades eram adaptadas de acordo com esta diversidade e conteúdo que estavam aprendendo em sala de aula.

Em 2012, a Escola de Educação Ambiental cedeu seu espaço para a Cooperativa de Catadores de Sapucaia do Sul (Cooprevive)³, mas continuou a utilizar o espaço físico do Aterro Sanitário Municipal para visitas orientadas, sendo que, a partir daquele momento, passou-se a divulgar a coleta seletiva. Desde então, o trabalho desenvolve-se na Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Naquele mesmo ano, foi cedida uma sala na Faculdade Equipe (FAE)⁴ de Sapucaia do Sul, onde, com o apoio do Professor pesquisador Martin Sander⁵ da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, montou-se o Espaço Ciência e Natureza⁶.

O Espaço Ciência e Natureza foi pensado e organizado com móveis e estruturas feitas de material de reaproveitamento. A coleção didática utilizada nas oficinas e palestras foi

² Por Escola de Educação Ambiental entende-se o espaço destinado para visitação orientada dos estudantes ao Aterro Sanitário Municipal onde eram desenvolvidas diferentes atividades pedagógicas: oficinas, trilhas e palestras.

³ Cooperativa de catadores de materiais recicláveis de Sapucaia do Sul.

⁴ Faculdade localizada no município de Sapucaia do Sul, criada em outubro de 1989.

⁵ Biólogo com especialização em Zoologia, pesquisador na área de ornitologia (Zoologia - Seção, ramo, da zoologia que se dedica ao estudo das aves).

⁶ Sala organizada com peças de Coleção Científica de diferentes ecossistemas.

doadas pela Unisinos. Foram recebidos exemplares taxidermizados⁷ de aves, mamíferos, peixes e répteis. Com o auxílio do biólogo Martin Sander, foram montados diversos planos de aula.

Além da preparação de material didático para realizar as trilhas, palestras e oficinas, a pesquisadora recebeu a incumbência de representar o município de Sapucaia do Sul no Projeto Peixe Dourado⁸ e socializar os inúmeros conhecimentos que aprendia nos encontros de formação realizados pelo Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos (COMITESINOS) com sede na UNISINOS.

Com base na experiência com o projeto Conhecendo e Divulgando as Águas e Banhados do Meu Município (CDABM)⁹, vislumbrou-se o problema de pesquisa que se tornaria a proposta para a dissertação de mestrado. Desde então, busca-se compreender a relevância da Praça CEU de Sapucaia do Sul como território educativo e suas potencialidades na construção dos Interlocutores Ambientais.

Os desafios profissionais também colaboraram para a configuração do contexto de elaboração do problema de pesquisa desta dissertação. Foi a partir do planejamento e da execução das atividades de Educação Ambiental do Projeto Técnico Social (PTTS)¹⁰ – PAC II¹¹ – Obras do Centro de Artes e Esportes Unificados denominado de Praça CEU que surgiram as inquietações, pois foi o cotidiano do trabalho que instigou a estudar este equipamento público. Ao planejar as ações de Educação Ambiental para a Praça CEU, foi possível perceber o quanto era desafiador profissionalmente planejar e executar atividades de Educação Ambiental em um território de muitos conflitos sociais, tão importantes quanto as questões ambientais que a presente pesquisadora sempre defendeu ao longo dos anos, haja vista que sua área verde e seu entorno fazem parte da cidade.

⁷ Técnica de preservar animais e exibi-los tal como quando vivos.

⁸ O Projeto Peixe Dourado é um projeto de formação de professores desenvolvido pelo Comitê Sinos em parceria com a UNISINOS. Este projeto faz parte do Programa Permanente de Educação Ambiental da Bacia dos Sinos.

⁹ O Projeto Conhecendo e Divulgando as Águas e Banhados do Meu Município é um projeto de formação de professores desenvolvido pelo Comitê Sinos em parceria com a UNISINOS. Este projeto faz parte do Programa Permanente de Educação Ambiental da Bacia dos Sinos.

¹⁰ Projeto de Trabalho Técnico Social – Obras de Drenagem Urbana, de parte da microbacia, do arroio José Joaquim. Obra em execução no município de Sapucaia do Sul.

¹¹ O PAC Programa de Aceleração do Crescimento criado em 27 de janeiro de 2007, através do Decreto n.º 6.025, representa um novo modelo de planejamento, gestão e execução do investimento público. Articula projetos de infraestrutura públicos e privados e medidas institucionais para aumentar o ritmo de crescimento da economia. Modernizar a infraestrutura, melhorar o ambiente de negócios, estimular o crédito e o financiamento, aperfeiçoar a gestão pública e elevar a qualidade de vida da população são alguns dos objetivos do PAC. É também um instrumento de inclusão social e de redução das desigualdades regionais. Suas ações e obras geram empregos que garantem renda e consumo para milhares de trabalhadores e suas famílias.

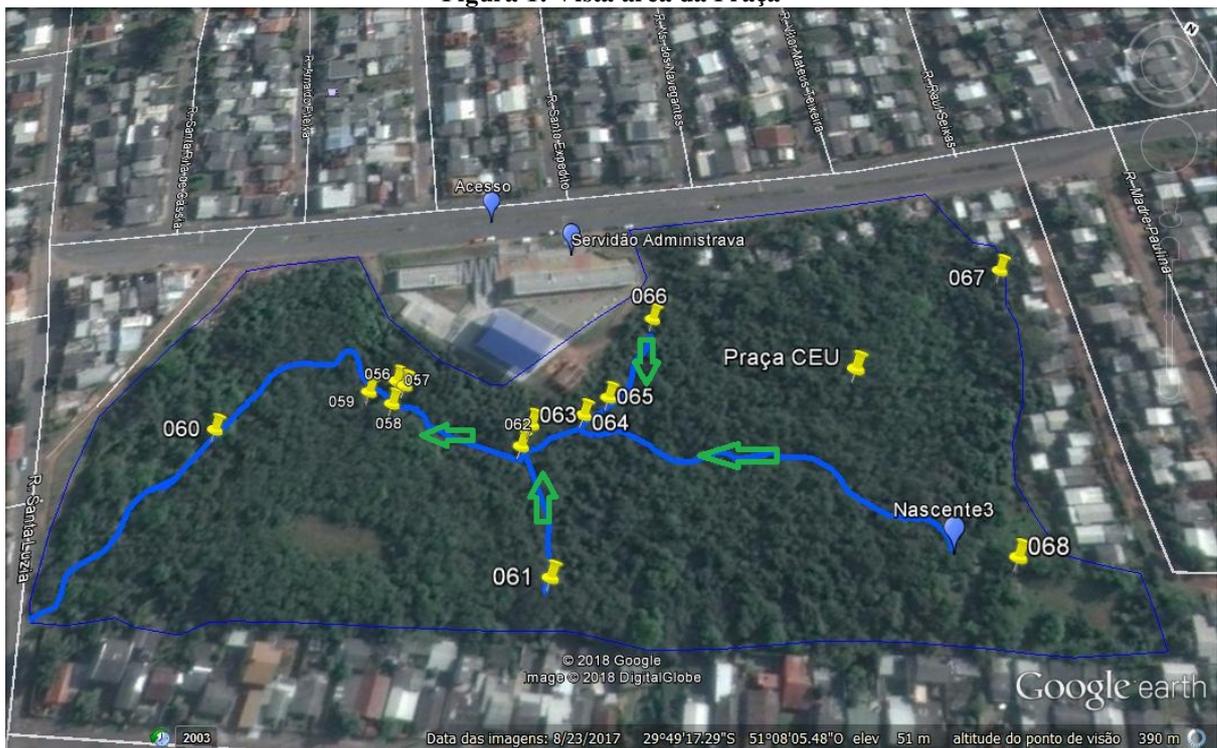
A organização e execução das ações de Educação Ambiental possibilitou a construção do campo de conhecimento para a presente pesquisa. Pode-se dizer que o campo de conhecimento foi sendo construído ao longo da trajetória como educadora, através dos desafios profissionais que foram surgindo.

A partir das vivências como educadora nas atividades de Educação Ambiental na rede pública municipal de educação de Sapucaia do Sul justifica-se a pesquisa no âmbito do Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Linha de Pesquisa 1: Educação Científica: Processos de Ensino e Aprendizagem na Escola, na Universidade e no Laboratório. A problemática norteadora deste estudo é a investigação acerca da Praça CEU como espaço dinamizador do conceito de Cidade Educadora em Sapucaia do Sul.

1 CONTEXTUALIZANDO E DEFININDO A PESQUISA

A pesquisa foi realizada na Praça CEU, espaço que se localiza na Avenida Valdemiro Machado, n.º 158-206, Loteamento Santa Luzia, no Bairro Vargas, em Sapucaia do Sul, RS. Para que o leitor possa ter uma perspectiva do espaço em que foi trabalhada a pesquisa, é disponibilizada esta imagem selecionada com o auxílio do *software Google Earth*. Com o auxílio do *Global Positioning System (GPS)*, foram marcados pontos (os chamados *waypoints*), na legenda indicados por números e as coordenadas (latitude/longitude/altitude), criando uma imagem ilustrativa da Praça CEU. As demarcações foram realizadas para a visualização dos córregos e nascentes localizados no interior da área verde. Foram demarcados, também, a infraestrutura predial e os locais de acesso. As linhas azuis representam os córregos e as flechas em verde indicam o sentido do escoamento das águas.

Figura 1: Vista área da Praça



Fonte: Google Earth (2018).

Quadro 1: Legenda da imagem da Praça CEU

056: Nascente 1	060: Passo	065: Queda d'água
057: Nascente 2	061: Córrego 1	066: Dois braços
058: Erosão	062: Encontro dos córregos 1 e 2	067: Nascente 4
059: Erosão	063: Nascente 3	068: Nascente 5.
	064: Encontro do córrego 2 com o córrego 3	

Fonte: Santos (2018).

O projeto da Praça CEU vem sendo desenvolvido em Sapucaia do Sul desde 2011, mas as obras de implantação ocorreram em 2014. Este empreendimento está vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e sua gestão é compartilhada entre as demais secretarias municipais.

A Praça CEU de Sapucaia do Sul possui área institucional de 8.003,65 m² e área verde de 53.176,74 m² de vegetação. A área institucional possui equipamentos esportivos (quadra de esportes coberta, pista de *skate*, equipamento de ginástica), equipamentos socioassistenciais da proteção básica do sistema único de assistência social: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)¹². Os espaços de cultura compreendem: biblioteca telecentro, cine auditório/cine teatro e oficinas, além de salas multiuso, salas de aula, salas de reunião e oficinas. Foi implantado um *playground*, realizado paisagismo externo e implementados, como infraestrutura de apoio, a pavimentação de vias, os passeios públicos, a rede de eletricidade, o sistema de abastecimento de água e a sinalização viária.

Sua infraestrutura possibilita o desenvolvimento de atividades para a comunidade no horário das 8h00min às 18h00min, e entre estas demandas, são realizadas: *invernada*¹³, dança tradicionalista, futebol feminino, zumba e ritmo, vôlei misto, dança de salão, informática, capoeira, violão, EVA¹⁴, *Patchwork*¹⁵, teatro, desenho, pintura em tela, crochê, ginástica, capoeira, Desbravadores¹⁶, futebol, Grupo ConViver¹⁷ e pintura em tecido.

Desde o envio da proposta de projeto da Praça CEU de Sapucaia do Sul para análise do Governo Federal, instituiu-se um grupo multidisciplinar de trabalho com um representante de cada secretaria para compor o Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) Obras da Praça CEU.

Ao ser designada, em 2014, para elaborar e executar as atividades de Educação Ambiental da Praça CEU, buscou-se estruturar o plano de trabalho, organizando uma saída a campo¹⁸ com o engenheiro agrônomo da Secretaria de Meio Ambiente e com o técnico

¹² O CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social sendo responsável pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e Distrito Federal.

¹³ A *Invernada* é um grupo criado dentro do CTG encarregado de incentivar todas as manifestações artísticas emanadas da entidade.

¹⁴ EVA - Etil Vinil Acetato – borracha utilizada em artesanato.

¹⁵ *Patchwork*, palavra inglesa. 1. Obra feita de pedaços de tecido de cores ou padrões diferentes, cosidos uns nos outros.

¹⁶ Meninos e meninas com idades entre 10 e 15 anos, de diferentes classes sociais, cor, religião. Reúnem-se, em geral, uma vez por semana para aprender a desenvolver talentos, habilidades, percepções e o gosto pela natureza.

¹⁷ Projeto ConViver – desenvolve atividades destinadas a terceira idade.

¹⁸ Estudo do meio, saída a campo, estudo de localidades são denominações de uma metodologia de trabalho utilizada pela Geografia para ampliar a percepção sobre a vida cotidiana na cidade ou no campo.

extensionista da EMATER/RS-Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR)¹⁹. O objetivo da visita foi fazer o reconhecimento da área através de um diagnóstico ambiental²⁰. À medida que foram sendo planejadas as atividades, chamava a atenção à área verde de 53.176,74 m² de vegetação. Durante a visita técnica, fez-se a identificação e o registro fotográfico do tipo de solo, relevo, da vegetação e do espaço físico disponível para a realização das atividades. Após a análise, organizou-se um cronograma de atividades. Desde então, foram executadas diversas atividades pedagógicas de Educação Ambiental.

1.1 PRAÇA CEU: TERRITÓRIO EDUCATIVO EM UMA POSSÍVEL CIDADE EDUCADORA

O ano de 2008 foi um marco na vida profissional da pesquisadora; neste período houve uma mudança de função, pois, de professora das séries iniciais, passou a coordenar e executar projetos na área ambiental, compondo o quadro técnico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMAS).

Os desafios sempre estiveram presentes na trajetória da pesquisadora. Neste mesmo ano, foi indicada para representar o município de Sapucaia do Sul no Programa Permanente de Educação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos – Etapa Formação de Multiplicadores/Projeto Peixe Dourado do Comitê Sinos, recém-chegada para fazer parte do grupo e com um grande desafio de participar do curso de Formação de Multiplicadores do Projeto Peixe Dourado e ministrá-lo em Sapucaia do Sul para os professores.

O curso foi organizado em duas etapas, uma teórica e outra prática. Na parte teórica, as aulas foram ministradas por diversos professores, pois, em se tratando de Bacia Hidrográfica, os temas são abrangentes. Através das aulas, foi oportunizado o acesso à informações de diferentes áreas, que englobaram a legislação vigente sobre recursos hídricos, a formação de comitês de bacia e os ecossistemas aquáticos. Nas aulas práticas, foram visitadas as Terras Altas²¹ do rio dos Sinos, para aplicar os conhecimentos adquiridos durante o curso.

¹⁹ Instituição que presta assistência técnica e extensão rural aos agricultores.

²⁰ O diagnóstico ambiental é uma ferramenta base de suporte, que consiste num levantamento da situação e percepção dos componentes ambientais de uma determinada área.

²¹ A Bacia Hidrográfica do rio dos Sinos foi classificada em três trechos: parte superior – Terras Altas, parte média – Terras Onduladas e a parte inferior – Terras Baixas.

Após a formação, a incumbência era desenvolver o curso no município. Ao retornar para Sapucaia do Sul, foi definido que a capacitação seria oferecida para o grupo de professores que coordenava as atividades de Educação Ambiental nas escolas do município.

Um ano antes, a pesquisadora fez parte deste grupo de professores, colegas da rede pública municipal de educação que exerciam a função de coordenadores, nas suas respectivas escolas, do Projeto Guardiões Ambientais, cargo exercido na escola em que trabalhara.

Da mesma forma como a formação foi realizada, dever-se-ia organizar e realizar a Formação de Multiplicadores em Sapucaia do Sul, dividindo-a em duas etapas, teórica e prática. A primeira etapa do curso, a teórica, foi realizada no prédio da Escola de Educação Ambiental, e a segunda etapa, a prática, consistia em escolher um córrego da cidade para a realização. Durante o planejamento da formação, pôde-se perceber a necessidade de conhecer e reconhecer as águas de Sapucaia do Sul.

O curso possibilitou a aprendizagem sobre o conceito de bacia hidrográfica²² e a caracterização da Bacia do Rio dos Sinos, sendo também tema do curso o sistema de classificação de riachos e rios, e as características limnológicas²³ de cabeceiras e planícies. Identificar e localizar Sapucaia do Sul como parte da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos passou a integrar as atividades pedagógicas a partir das seguintes questões: Em que parte do rio está Sapucaia do Sul? Na cabeceira ou na planície? À medida que transcorria o curso, a maneira de pensar a Educação Ambiental em Sapucaia do Sul mudou, passou a ser planejada sob a perspectiva das águas. Até aquele momento, não havia, ainda, aprofundamento nos temas ambientais da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos.

No decorrer do planejamento das atividades, descobriram-se quantos córregos e nascentes havia na área urbana do município, em sua maioria antropizados²⁴ e descaracterizados. Não só como educadores, mas também, como cidadãos e moradores da bacia, surgiu o questionamento: o que havia sido feito para contribuir com a degradação dos recursos hídricos? A percepção de educador e cidadão que compreende o meio ambiente de forma conservadora mudou para uma visão crítica, que entende o meio ambiente como parte do cotidiano.

²² Espaço geográfico delimitado pelo respectivo divisor de água cujo escoamento superficial converge para seu interior sendo captado pela rede de drenagem que lhe concerne.

²³ Estudo científico das extensões de água doce (como lagos, pântanos etc. incluindo, por vezes, águas correntes) com respeito a suas condições ou aspectos biológicos, químicos, físicos, meteorológicos, geológicos ou ecológicos.

²⁴ Uma área antropizada é uma área cujas características originais foram alteradas. As alterações foram no solo, na vegetação, relevo etc.

Neste ambiente urbanizado e antropizado, era preciso identificar um córrego com características originais, ou seja, com mata ciliar e com o mínimo de ação antrópica, que significaria encontrar água de qualidade para que tornasse possível fazer a coleta de macroinvertebrados bentônicos²⁵ e, assim, exemplificar a biodiversidade bentônica²⁶. A busca por macroinvertebrados bentônicos auxiliaria no trabalho com os professores sobre o biomonitoramento²⁷. Entender os ecossistemas do município para planejar e executar ações pedagógicas em Educação Ambiental despertaram a curiosidade sobre o território sapucaense. Com toda certeza, a partir deste curso, as ações em Educação Ambiental foram modificadas, isto porque ocorreram mudanças de conceitos com base nos conhecimentos adquiridos. As atividades de Educação Ambiental sofreram ajustes positivos e com o olhar voltado para as águas de Sapucaia do Sul.

A função de educador no setor de Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Sapucaia do Sul vem desafiando a repensar as práticas pedagógicas a cada projeto novo. No reinventar das práticas pedagógicas de Educação Ambiental em 2010, iniciou-se a execução do Projeto Conhecendo e Divulgando as Águas e Banhados do Meu Município²⁸, através do Comitê Sinos. Tinha-se como desafio trabalhar com os estudantes a identificação dos impactos ambientais²⁹ em alguns trechos da microbacia³⁰ do arroio José Joaquim. Antes da execução do Projeto Conhecendo e Divulgando as Águas e Banhados do Meu Município, eram trabalhados alguns aspectos do rio dos Sinos, como o conceito de bacia hidrográfica e a caracterização da Bacia do Rio dos Sinos. A partir deste projeto, passou-se a tratar da microbacia do arroio José Joaquim, que se localiza em território sapucaense, tendo sua nascente na zona rural.

Ao executar o Projeto Conhecendo e Divulgando as Águas e Banhados do Meu Município, percebeu-se que os estudantes não conheciam a microbacia do arroio José Joaquim e referiam-se ao córrego como “valão da Vargas”, porque não sabiam que se tratava de uma microbacia e que se chamava arroio José Joaquim. Pôde-se evidenciar no decorrer das atividades que não conheciam a cidade onde moravam e que não bastava dizer-lhes ou

²⁵ Os macroinvertebrados bentônicos são insetos aquáticos que em sua forma jovem vivem no substrato dos ecossistemas aquáticos, pelo menos em uma etapa do seu ciclo de vida.

²⁶ A diversidade de macroinvertebrados bentônicos encontrado em um ecossistema aquático.

²⁷ O biomonitoramento é uma metodologia de avaliação da qualidade ambiental de ecossistemas aquáticos através da identificação de organismos como os macroinvertebrados bentônicos.

²⁸ Projeto desenvolvido pelo Programa Permanente de Educação Ambiental do Comitêsinos.

²⁹ É qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas.

³⁰ Área geográfica de captação de água composta por pequenos canais de confluência e delimitada por divisores naturais.

simplesmente mostrar fotos do arroio. Passou-se a promover e possibilitar para professores e estudantes o reconhecimento da existência de natureza no meio urbano, oportunizando-lhes a vivência através de visitas orientadas a pontos predeterminados, pois cresceram vendo-o como um canal de descarte do efluente doméstico³¹ e resíduo sólido³², e não como um elemento vivo que faz parte da história da cidade e de seus moradores.

O desconhecimento não era apenas da comunidade sapucaense com relação ao município, mas também desconhecia-se o local de trabalho. Conhecer e reconhecer a microbacia do arroio José Joaquim, sua extensão e quais os bairros que foram consolidados em seu entorno foi uma das tarefas para poder, a partir deste levantamento, seguir adiante com o trabalho. Percorreu-se em um final de semana o arroio José Joaquim, de sua nascente à foz³³, fotografando-o. A partir de um mapa hídrico, carta do exército, foram identificados seus contribuintes³⁴, que ainda não haviam desaparecido devido à ocupação desordenada. Após a coleta de dados, através do material fotográfico, foram sendo identificados os trechos do córrego no mapa e teve início a construção das informações.

Quanto mais ensinava, mais se aprendia, pois a partir das dúvidas dos estudantes podia ser melhorada a intervenção didática da próxima atividade. As dúvidas e inquietações possibilitaram a percepção de que os estudantes não olhavam para a cidade, pois não sabiam e não percebiam quanta beleza natural há em Sapucaia do Sul. Com a apropriação dos conceitos e concepções de educação ambiental, foi-se percebendo a mudança no que se refere aos pressupostos pedagógicos e metodológicos da prática docente como educadores na área ambiental. Percebeu-se que era preciso trabalhar as particularidades do território sapucaense.

Trabalhar as particularidades do território sapucaense a partir da perspectiva das águas significa definir aqui território como espaço geográfico a partir da microbacia do arroio José Joaquim e seus contribuintes. A definição clássica de território, segundo Heidrich (2006, p. 25), é “sentido de extensão e de delimitação de lugares, especialmente do espaço das instituições políticas”.

Embasou-se, também, no Decreto n.º 94.076, editado em 1987, que institui o Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas (PNMH), o qual visa promover práticas de manejo e conservação dos recursos renováveis a partir de unidades ecológicas, as

³¹ Substância líquida com predominância de água produzida pelas atividades humanas (esgoto doméstico) lançada na rede de esgoto ou nas águas receptoras (curso d'água).

³² São diferentes materiais, resultantes das atividades humanas, chamadas geralmente de lixo. Podem ser orgânicos, quando constituídos principalmente por restos vegetais e animais; inorgânicos quando constituído por materiais como vidros, papéis, plásticos, metais, etc.

³³ Local onde o rio deságua podendo ser em outro rio, lago, lagoa ou no mar.

³⁴ Rio ou riacho que deságua em outro maior; corrente de água que alimenta outra maior.

microbacias. A metodologia de trabalhar com a microbacia como unidade de planejamento foi aprendida nas inúmeras formações recebidas no Programa Permanente de Educação Ambiental do Comitê Sinos.

Promover uma Educação Ambiental levando em consideração a microbacia do arroio José Joaquim demandou tratar não apenas das belezas naturais, mas que igualmente trouxesse para o diálogo com professores e estudantes os problemas ambientais acarretados a partir dos problemas sociais. Reconhecer a cidade, perceber seus principais problemas sociais e ambientais e o quanto o cidadão pode contribuir para melhorar ou piorar, pois a sociedade faz parte não só da degradação, mas também da solução.

No intuito de elucidar o conceito de território, buscou-se como uma das referências para a pesquisa o Programa Mais Educação³⁵ (2010, p. 21): “O conceito de território a partir do contexto considera: ‘este espaço/território, não apenas, como mera estrutura física – grande/pequeno, feio/bonito... – mas como lugar de vida, de relações”.

A forma como professores e estudantes caracterizavam o arroio incomodava, e foi então que se iniciou uma reflexão. De que forma agir, uma vez que eles não estavam errados? Isto porque, quando nasceram, o processo de antropização da microbacia do arroio José Joaquim já havia iniciado devido à ocupação desordenada de suas margens, agravada com a expansão urbana. Seus pais e avós chegaram a banhar-se no córrego, porém não era mais possível fazerem uso de suas águas para consumo ou recreação.

As inquietações e reflexões que surgiram no decorrer da vivência profissional trouxeram algumas questões que auxiliaram na construção do campo de conhecimento. Afinal, que tipo de Educação Ambiental até o momento havia sido desenvolvida? Que tipo de formação continuada promover?

À medida que o tempo foi passando, não só as inquietações fizeram refletir sobre as práticas pedagógicas em educação ambiental, mas as responsabilidades de, a cada novo projeto, poder contribuir de forma positiva no estímulo à mudança de hábitos e atitudes para com o meio ambiente. Um ano após a SEMAS assumir o planejamento e a execução da

³⁵ O Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto n.º 7.083/2010, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo sete horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

Educação Ambiental das obras da Praça CEU, passou-se, em 2015, a representar Sapucaia do Sul no Consórcio Pró-Sinos³⁶ como Interlocutores.

Para planejar e executar a Educação Ambiental das obras da Praça CEU era preciso conhecê-la. Durante o mapeamento, percebeu-se que era possível usufruir da área verde como um território educativo e não precisaria construir uma estrutura, pois já havia no local a vegetação, os córregos e as nascentes. Os estudantes que moram no entorno não têm noção dos serviços ambientais que a vegetação e a calha da malha hídrica dos córregos realizam e não lhes cobram por isso. Sendo assim, poder-se-ia estimular os professores e os estudantes a perceberem-se como parte do ambiente que os cerca e o quanto podem interferir de forma positiva ou negativa na resolução da problemática social e ambiental.

O que levou a compreender a Praça CEU como um possível território educativo? Até então, em todas as intervenções pedagógicas realizadas, a fala dos participantes era basicamente a mesma. A relação com o meio ambiente era algo distante e não o percebiam como parte de seu cotidiano, como se a água que utilizavam em toda a rotina diária, desde escovar os dentes até a produção dos alimentos e do vestuário, não era extraída da natureza. Não há processo industrial que não utilize água.

De que forma as atividades de Educação Ambiental desenvolvidas seriam relevantes para a formação dos professores e dos estudantes? A cidade faz parte do meio ambiente, portanto foi necessário repensar a prática pedagógica para que fosse possível contribuir para a melhoria da qualidade de vida na cidade.

Por que utilizar da infraestrutura da Praça CEU? Por qual razão direcionar as práticas pedagógicas em Educação Ambiental para as necessidades locais? A cidade não é compreendida como parte do meio ambiente, e na correria do dia a dia não se percebe quantas árvores e quantos pássaros convivem conosco. Pensar no meio ambiente não deve ser uma ação isolada apenas no dia 5 de junho no Dia Mundial do Meio Ambiente, mas, com certeza, o cuidado com a cidade e com a natureza nela construída refletirá no território como um todo. Afinal, qual a relação da Praça CEU com a poluição do rio dos Sinos? Qual a relação da Praça CEU com a microbacia do arroio José Joaquim? A malha hídrica e a vegetação podem ser incluídas na realização da alfabetização ecológica. A alfabetização ecológica é definida como a capacidade de ler, descrever e interpretar o ambiente que o cerca, pois, para Capra (2006, p. 48), “[...] temos que conhecer os princípios básicos da ecologia – a linguagem da natureza”.

³⁶ Consórcio Público de Saneamento Básico da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos - Pró-Sinos. O Consórcio Pró-Sinos é uma associação pública de natureza autárquica, integrante da administração indireta que obedece aos princípios da administração pública dispostos no art. 37 da Constituição Federal do Brasil.

As águas drenadas dentro da malha hídrica são contribuintes da microbacia do arroio José Joaquim. A cobertura vegetal contribui para a regulação do ciclo hidrológico³⁷ e auxilia na infiltração das águas da chuva no solo, devolvendo-a para o lençol freático e, assim, recarregando os córregos e rios.

O bairro Vargas foi consolidado no entorno da área verde onde foi construída a Praça CEU de Sapucaia do Sul. Este capão³⁸ composto por córregos, nascentes e vegetação (introdução de exóticas por dispersão de sementes por pássaros, pequenos animais e pelo vento) é um remanescente das áreas naturais de Sapucaia do Sul, sendo o único espaço público de lazer e com vegetação no bairro. A vegetação urbana tem papel importante na qualidade de vida, pois é fundamental na diminuição da temperatura, redução da poluição sonora, absorção de gás carbônico e liberação de oxigênio. Além da função paisagística como embelezamento das ruas, prédios e casas, atua também na humanização das cidades, preservação da biodiversidade e como filtro natural. Ajuda a proteger o solo da intemperização à ação direta do sol e da água das chuvas que modificam o solo em seus aspectos físicos e químicos, possibilitando sua degradação.

De acordo com a legislação, é considerada uma Área de Preservação Permanente (APP) a partir de alguns critérios. Para a conservação das APPs devem ser tomados alguns cuidados especiais, com destaque para o artigo 1º da Lei Federal n.º 4.771/1965, que estabelece que as Áreas de Preservação Permanente são áreas com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade e o fluxo gênico de fauna e flora. Sendo assim, pode-se considerar, de acordo com a legislação, a área verde da Praça CEU uma APP.

Dentro de um mesmo espaço, pode-se exemplificar a função ecológica e social, pois a cobertura vegetal assegura a retenção das águas da chuva e a recarga dos mananciais, tornando-se imprescindível a conservação de áreas de infiltração, como a Praça CEU, pois a formação vegetal, composta por arbustos, gramíneas, trepadeiras, palmeira e os exemplares arbóreos, é muito importante para a filtragem e acúmulo natural de água. O uso deste espaço nas ações de Educação Ambiental possibilita refletir sobre como se está contribuindo com os alagamentos nas cidades e de que forma é possível ajudar a minimizar as ações antrópicas³⁹.

³⁷ É a contínua circulação da água em nosso planeta, que inclui os fenômenos evaporação, precipitação, transporte, escoamento superficial, infiltração, retenção percolação da água.

³⁸ Formação vegetal típica do Brasil meridional. Consiste em um agrupamento de vegetação arbórea cercada por campinas. Capão é uma palavra de origem Tupi e possui duas etimologias possíveis: “mata redonda”, através da junção dos termos ka’a e pu’ã e “intervalo de mata”, através da junção dos termos ka’a e pa’um.

³⁹ Toda ação humana no meio ambiente.

Cabe olhar para dentro do território do lugar onde se vive e refletir sobre as ações antrópicas. Para ilustrar o estudo da Praça CEU como um provável território educativo, convém citar as reflexões de Carvalho (2012, p. 37) a respeito da Educação Ambiental:

A EA surge em um terreno marcado por tradição naturalista. Superar essa marca, mediante a afirmação de uma visão socioambiental, exige um esforço de superação da dicotomia entre natureza e sociedade, para poder ver as relações de interação permanente entre a vida humana social e a vida biológica da natureza.

De que adianta mostrar a natureza longe do lugar onde se vive, pois se está inserido no meio ambiente e não fora dele, como parte e não separado? Para o reconhecimento e a compreensão deste ambiente é que se busca a definição de território, pois na perspectiva de Koga (2009, p. 2):

Partimos da perspectiva de que o território se configura como um elemento relacional na dinâmica do cotidiano de vida das populações. E o fato do território estar tão presente no cotidiano e na vida das pessoas evidencia que a história não se faz fora do mesmo.

O que entendem por natureza ou meio ambiente? A problemática social e ambiental não é um problema que deve ser debatido apenas pelos gestores públicos, mas pela comunidade; não é um problema apenas do governo, mas seu/meu, ou seja, nosso. A cada passo pelas ruas são observados inúmeros “focos”⁴⁰ de resíduos sólidos⁴¹ descartados de forma incorreta em terrenos baldios, vias públicas e as margens dos córregos.

Isto ratifica a conduta da população referente à problemática ambiental refletindo um posicionamento de que a responsabilidade é só da gestão pública e não do cidadão, mas a responsabilidade é compartilhada. Para Brandão (2005, p. 24), “começamos a transformar as coisas e os cenários do meio ambiente para adaptá-los a nós”. Muitas das adaptações realizadas não levaram em conta a geomorfologia do lugar, e a fisiologia do solo foi sendo transformada a partir da ocupação desordenada para depois remediar as situações que foram surgindo ao longo do processo. Foi-se ocupando o solo terrestre sem antes compreender as variações topográficas. Contribuiu-se com as inundações no momento em que se impermeabilizou os pátios das casas, não permitindo que as águas da chuva voltem para o ciclo hidrológico. Por não ter para onde escoar, e se não há cobertura vegetal, o excedente das chuvas não terá para onde ir, acumulando nas ruas e causando danos materiais.

⁴⁰ Locais onde são descartados os resíduos sólidos de forma irregular.

⁴¹ É chamado de resíduo sólido tudo aquilo que normalmente chamamos de lixo, ou seja, qualquer matéria sólida ou semissólida que é produzida e/ou descartada pelo homem e pela natureza, tais como: embalagens, produtos eletroeletrônicos, galhos, folhas de árvores, entre muitos outros itens.

Apreendeu-se que as enchentes são causadas pelo entupimento dos bueiros, mas é muito mais que isso. Em se tratando de uma cidade, deve-se trazer a complexidade do tema para o debate; ultrapassar os muros da escola, pois só assim pode-se compreender o território como lugar social. Enquanto estes temas forem tratados como obrigação apenas do poder público não haverá mudanças. Para ajudar a caracterizar o território de que se fala, traz-se a ideia de Gómez (2017, p. 98) de que “pesquisas recentes acerca do tema colocam as questões que envolvem a definição do Território Educativo como lugar social qualificado, estabelecendo conexões intra e extramuros com a cidade e seus moradores”.

Mas, afinal, qual a relação da Praça CEU com a poluição do rio dos Sinos? Direcionar as práticas pedagógicas em Educação Ambiental para as necessidades locais, usando a área verde da Praça CEU para abordar as questões sociais e seus impactos ambientais no cotidiano da cidade possibilita voltar o foco para o território sapucaense. Por muito tempo, foram organizadas as atividades de Educação Ambiental voltadas para o rio dos Sinos, no entanto dever-se-ia olhar para as águas da microbacia do arroio José Joaquim, tendo-a como unidade de planejamento para que fosse possível refletir sobre qual a contribuição de Sapucaia do Sul no que diz respeito à quantidade e qualidade das águas lançadas no rio dos Sinos.

Fala-se da realidade do território e como é possível interagir a partir da cobrança por políticas públicas que possibilitem o planejamento da ocupação do solo para que não ocorram as ocupações desordenadas, consequência da falta de planejamento, não havendo infraestrutura para o atendimento das necessidades básicas dos moradores.

Segundo o Ministério das Cidades (SNIS⁴², 2011), 48,1% do efluente doméstico⁴³ gerado têm coleta, e do que é coletado, menos de 40% é tratado. O percentual de efluente doméstico não tratado é lançado em arroios e rios, tornando-os corpo receptor de uma grande carga poluidora. De acordo com a Lei n.º 11.445/2007, saneamento básico é definido como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais urbanas, conhecimento que a maioria da população não tem.

No decorrer das atividades de Educação Ambiental, foi identificado, a partir da fala dos professores e estudantes, o desconhecimento em relação ao sistema de esgotamento

⁴² Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. O SNIS foi concebido e vem sendo desenvolvido pelo Programa de Modernização do Setor Saneamento – PMSS, vinculado à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA, do Ministério das Cidades – MCIDADES.

⁴³ Esgoto produzido nas residências originado a partir do uso da água.

sanitário⁴⁴ da cidade de Sapucaia do Sul, pois, segundo informações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, apenas 7% do efluente doméstico que é produzido diariamente vai para a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), os restantes 93% são lançados nos córregos da cidade *in natura*.

O que se entende por meio ambiente ou natureza? O meio ambiente é o local onde se desenvolve a vida na terra, ou seja, é a natureza com todos os seres vivos e não vivos que nela habitam e interagem. Nas diversas saídas a campo com professores e com estudantes, era evidente a ideia que cada um tinha de que o meio ambiente é algo fora dos centros urbanos, dando a entender que apenas as áreas de preservação ambiental eram consideradas parte do meio ambiente. As áreas de preservação ambiental não têm intervenção humana, é aquela natureza intocável.

Quando realizadas as trilhas interpretativas na área verde da Praça CEU, a grande maioria não conhecia a vegetação existente e muito menos as águas que compõem a malha hídrica local. Tanto a vegetação nativa quanto o conjunto de águas são bens de uso comum e, para tanto, é necessária a preocupação com a manutenção do seu equilíbrio ecológico.

Ao assumir a responsabilidade de planejar e executar diversos projetos nos quais existia, e ainda existe, a tarefa de estimular o desenvolvimento de ações pedagógicas de Educação Ambiental nas escolas, as práticas pedagógicas possibilitaram o entendimento de que havia a necessidade de estimular a percepção do entorno, instigando-os a compreender que o meio ambiente não está fora da cidade, mas permeado pelos espaços construídos pela comunidade ou pelo poder público, como a Praça CEU.

Foi então que foi buscada articulação com a Secretaria Municipal de Educação e com o Parque Zoológico. Essa articulação possibilitou planejar e executar diversas atividades em conjunto, incluindo o Projeto de Trabalho Técnico Social/PAC II relacionado às Obras de Drenagem Urbana, de parte da microbacia do arroio José Joaquim, mas também eram planejadas concomitantemente as atividades do PTTS da Praça CEU.

No contexto político, a Educação Ambiental nunca foi prioridade para os governos, mas continuou a ser executada – pois passou a fazer parte do planejamento dos PTTS – e tornou-se contrapartida nas propostas enviadas para o governo federal. Com a intenção de qualificar e ampliar as ações no campo de atuação e ao mesmo tempo otimizar os recursos,

⁴⁴ É a implantação de sistemas de coleta, tratamento e destino final de esgotos sanitários visando o controle de doenças e outros agravos, assim como contribuir para a redução da morbimortalidade provocada por doenças de veiculação hídrica e para o aumento da expectativa de vida e da melhoria na qualidade de vida da população.

buscou-se em 2015 o apoio da SMED para a execução das atividades com as escolas. Antes disso não havia abertura para a aproximação entre SMED e SEMAS.

Trazer para o debate e compreender que a degradação ambiental do ecossistema aquático e terrestre faz parte do cotidiano, que são os efeitos das atividades antrópicas, como o depósito de resíduos sólidos, escoamento de efluente líquido, ocupação desordenada e retirada da mata ciliar, que, por consequência, causa a erosão⁴⁵ e o assoreamento⁴⁶, os quais modificam o leito dos córregos e rios e a organização e funcionamento das comunidades naturais. São problemas cotidianos que não são discutidos, e é papel da Educação Ambiental dialogar com a população.

A Praça CEU pode tornar-se um polo agregador de conhecimentos? Como desenvolver ações educadoras que promovam uma maior aproximação dos estudantes com a natureza? Estimular a efetivação de atividades práticas na Praça CEU torna Sapucaia do Sul uma Cidade Educadora? Qual a melhor forma de fomentar a participação crítica e a corresponsabilidade? Em relação aos problemas do território, como se pode e deve abordar as questões sociais e ambientais? É fundamental refletir sobre a palavra socioambiental, que é incluída nos discursos da Educação Ambiental, mas muitas vezes não há uma compreensão do interlocutor do que ela significa.

Há políticas públicas federais ou municipais sendo desenvolvidas no território na Vila Vargas onde foi implantada a Praça CEU? Para que seja possível auxiliar os professores e os estudantes na compreensão das inúmeras possibilidades que há para tornar o local em que se vive melhor, é necessário identificar as políticas públicas vigentes no território.

Refletir sobre as práticas a partir do planejamento intersetorial possibilita dialogar com o território? Melhora as ações locais? Com o diálogo construído através da ação e da reflexão, ter-se-á a noção da dimensão das práticas pedagógicas e a compreensão do que se pode fazer, como planejar e executar as ações de Educação Ambiental no espaço da Praça CEU.

Durante a estruturação desta dissertação, surgiu a ponderação acerca de a cidade de Sapucaia do Sul ter consciência (ou não) das ações que desenvolve? Percebe a relação das atividades da Praça CEU com os referenciais de uma Cidade Educadora? A possibilidade de Sapucaia do Sul estar no caminho de uma possível Cidade Educadora pode povoar pensamentos e ações.

⁴⁵ A erosão referida aqui é a de origem pluvial. O processo erosivo classificado como erosão pluvial é proveniente da ação da chuva.

⁴⁶ Monte de terra ou de areia formado pela ação da água ou do vento. Acúmulo de sedimentos, de terra, de areia, de detritos, no leito do rio, canal, lago etc.

1.2 DEFININDO A PESQUISA

A pesquisa foi definida a partir dos seguintes objetivos, que foram os desencadeadores deste estudo:

Quadro 2: Objetivos do estudo

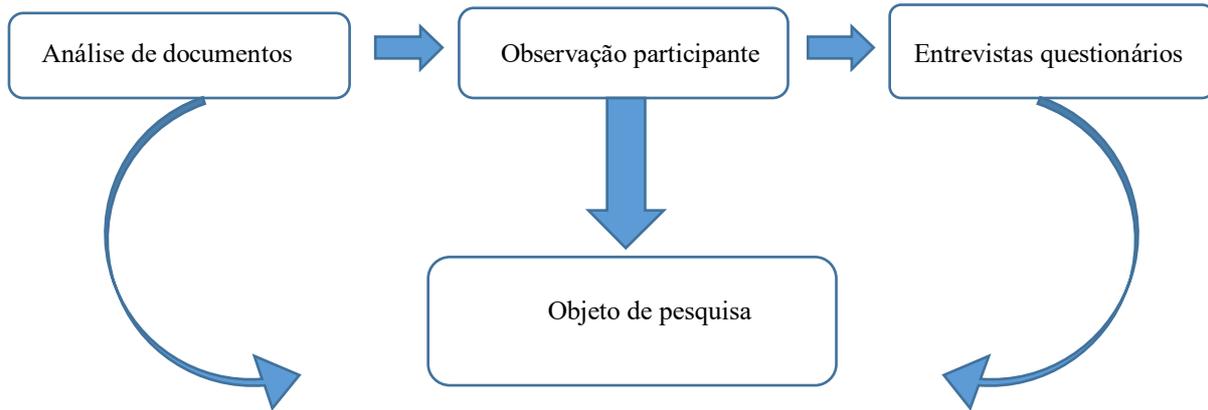
Objetivo Geral	Objetivos Específicos
Investigar a Praça CEU como espaço dinamizador do conceito de Cidade Educadora em Sapucaia do Sul;	<p>Identificar estudos que componham o campo de conhecimento;</p> <p>Analisar a Praça CEU a partir das políticas públicas e das ações intersetoriais;</p> <p>Analisar a Educação Ambiental na perspectiva da construção dos Interlocutores Ambientais;</p> <p>Refletir sobre a relevância dos espaços educativos não formais para a formação de professores em suas práticas pedagógicas, utilizando o Parque Zoológico e a Praça CEU (Centro de Artes e Esportes Unificados) como referência.</p>

Fonte: Santos (2019).

Para alcançar os objetivos propostos neste estudo, optou-se pela pesquisa qualitativa, que é considerada adequada como metodologia para estudar os fenômenos educacionais. No caso desta investigação, a utilização da abordagem qualitativa auxiliou na compreensão da interação dos Interlocutores Ambientais, através da percepção dos sentimentos e concepções construídos com a Praça CEU de Sapucaia do Sul. Isso porque a abordagem qualitativa exige do pesquisador a delimitação do tempo e do espaço, fazendo o recorte do período e local do estudo.

Para Oliveira (2018, p. 37), a pesquisa qualitativa é “um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para a compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação”.

Figura 2: Quadro conceitual para abordagem qualitativa



Fonte: Oliveira (2018).

A pesquisa qualitativa foi realizada através de estudo de caso com o uso de estratégias, como o questionário, a observação participante e a entrevista. Estas práticas metodológicas são adequadas para identificar as percepções e conceitos, neste caso dos Interlocutores Ambientais, sobre o que pensam a respeito da Praça CEU, como percebem-na em seu bairro e o que significa este equipamento público no contexto das interações realizadas em seu espaço. A pesquisa foi realizada com os estudantes que compõem os Interlocutores Ambientais e com o diretor da escola da EMEF Getúlio Vargas. Com o objetivo de identificar e sistematizar suas percepções e seus conceitos, buscou-se embasamento teórico em Oliveira (2018, p. 43), que afirma que “é possível a utilização de mais de um método para se explicar uma determinada realidade, bem como a aplicação de vários instrumentos ou técnicas na operacionalização de uma pesquisa”.

Com o propósito de alcançar os objetivos, foi aplicado questionário com perguntas semiestruturadas de resposta fechada sobre a Praça CEU.

Para Oliveira (2018, p. 83):

O questionário pode ser definido como uma técnica complementar para a obtenção de informações sobre sentimentos, crenças, expectativas, situações vivenciadas e sobre todo e qualquer dado que o pesquisador (a) deseja registrar para atender os objetivos de seu estudo.

O questionário aplicado continha 11 perguntas de característica exploratória. Para complementar, em um segundo momento foi organizado, com os estudantes, um piquenique (observação participante) na Praça CEU, buscando, de forma descontraída, observar novos elementos que indicassem de que forma interagiam com este espaço público, pois, para Lüdke e André (2018, p. 30), a observação na abordagem qualitativa “ocupa um lugar privilegiado

nas novas abordagens de pesquisa educacional, usada como principal método de investigação ou associada a outras técnicas”.

A utilização das técnicas complementares, como a observação participante, o questionário com perguntas fechadas e a entrevista, foi relevante para a construção do olhar para a análise sobre o tema da pesquisa. As perguntas de caráter exploratório possibilitaram compreender as percepções dos estudantes com relação à área institucional e área verde da Praça CEU. No referencial teórico utilizado como caminho metodológico para esta pesquisa podem ser citados Bogdan e Biklen, em Lüdke e André (2018, p. 12), que assim se referem à pesquisa qualitativa: “Ao considerar os diferentes pontos de vista dos participantes, os estudos qualitativos permitem iluminar o dinamismo interno das situações, geralmente inacessível ao observador externo”.

Os sujeitos do estudo e o diretor da EMEF Getúlio Vargas foram escolhidos porque a instituição faz parte da área de abrangência da Poligonal Intervenção do PAC II⁴⁷ – Obras da Praça CEU, e também por fazerem parte do Coletivo Educador⁴⁸, tendo um professor referência em Educação Ambiental indicado pela equipe diretiva da escola, e através dele foi possível realizar a pesquisa com os Interlocutores Ambientais. Esta parceria foi firmada a partir de 2015 com a Coordenação de Educação Ambiental da SMED e com a SEMAS, e desde então foram desenvolvidas atividades educativas com os professores e com os estudantes que fazem parte do projeto. Quatro escolas encontram-se na área de abrangência da Poligonal Intervenção do PAC II – Obras da Praça CEU, mas a EMEF Getúlio Vargas é a mais próxima.

Ainda na perspectiva da natureza qualitativa da pesquisa, buscou-se uma revisão de literatura sobre o tema a partir das teses, dissertações e artigos pesquisados, além de trabalhos apresentados no Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC). Os descritores utilizados foram: Cidade Educadora, Centro Educacional Unificado, CEU, Território Educativo, Educação Ambiental, Praça CEU e PAC.

⁴⁷ Poligonal de Intervenção do PAC II.

⁴⁸ Coletivos Educadores são conjuntos de instituições que atuam em processos formativos permanentes, participativos, continuados e voltados à totalidade e diversidade de habitantes de um determinado território. O Coletivo Educador é, ao mesmo tempo, resultado e realizador do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e do Programa Nacional de Formação de Educadoras e Educadores Ambientais (ProFEA). O papel de um Coletivo Educador é promover a articulação institucional e de políticas públicas, a reflexão crítica acerca da problemática socioambiental, o aprofundamento conceitual e criar condições para o desenvolvimento continuado de ações e processos de formação em Educação Ambiental com a população do contexto, visando à sinergia dos processos de aprendizagem que contribuem para a construção de territórios sustentáveis.

Além da análise bibliográfica, esta pesquisa desenvolveu-se em três momentos: o primeiro se deu com a aplicação do questionário com perguntas fechadas de caráter exploratório; o segundo momento ocorreu através de um piquenique com os estudantes, na Praça CEU; e o terceiro momento ocorreu a partir da entrevista com o diretor. Logo após a aplicação dos questionários, foram realizados o piquenique e a visita orientada com os participantes na área institucional da Praça CEU e na área verde. Foi realizada, também, uma entrevista com o diretor da escola.

A escola foi escolhida a partir da parceria com a referida docente em projetos de Educação Ambiental (EA) que foram desenvolvidos ao longo dos anos de 2015 até o presente.

A Dissertação está organizada a partir de quatro artigos interdependentes e inter-relacionados:

1. A construção do estado do conhecimento: a Praça CEU como objeto de pesquisa;
2. A Praça CEU na perspectiva da Cidade Educadora: políticas e equipamentos públicos a serviço da vida;
3. A Praça CEU e a construção dos Interlocutores Ambientais; e
4. A importância dos espaços educativos não formais na formação de professores e suas práticas pedagógicas.

Iniciou-se este trabalho através da análise de artigos, teses e dissertações que abordam o tema. Foram selecionadas publicações a partir de 2010, ano de criação do PAC II. Os estudos consultados auxiliaram na investigação sobre a origem da Praça CEU, e o contexto político em que foi constituído seu projeto arquitetônico. A busca por textos que contribuíssem com a pesquisa levou à delimitação na escolha dos trabalhos. Os estudos eleitos para comporem o referencial teórico foram quatorze dissertações, três teses e dois artigos.

Para a análise das informações coletadas nesta pesquisa a técnica utilizada foi Triangulação dos dados. Segue, logo abaixo, quadro explicativo de como a pesquisa foi realizada e qual o percurso metodológico utilizado neste estudo. O quadro é uma síntese da metodologia sendo descrita etapa por etapa.

Quadro 3: Síntese da metodologia

Artigos	Objetivos Específicos	Metodologia
ARTIGO 1	I. Identificar estudos que componham o campo de conhecimento;	<p>A pesquisa para a produção do estado do conhecimento ocorreu no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), nos Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC).</p> <p>A pesquisa qualitativa se constituiu em uma análise e seleção dos estudos que abordavam a temática da pesquisa e que foram publicados de 2010 a 2019. A partir das leituras foram criadas categorias de análise para exemplificar as dimensões do estudo.</p> <p>Este estudo possui características de uma pesquisa documental e revisão bibliográfica quanto aos procedimentos técnicos.</p>
ARTIGO 2	II. Analisar a Praça CEU a partir das políticas públicas e das ações inter setoriais;	<p>A pesquisa qualitativa constituiu-se através da análise documental e da revisão bibliográfica. Este estudo possui características de uma pesquisa documental e revisão bibliográfica quanto aos procedimentos técnicos.</p>
ARTIGO 3	III. Analisar a Educação Ambiental na perspectiva da construção dos Interlocutores Ambientais;	<p>Pesquisa é de natureza qualitativa e a metodologia utilizada foi o estudo de caso. Usou-se para a coleta de dados às técnicas: o questionário com perguntas fechadas de caráter exploratória, a observação participante (piquenique) e a entrevista (com o diretor da escola).</p> <p>Na observação participante o pesquisador participa do grupo pesquisado. Neste tipo de pesquisa ocorre interação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, os indivíduos pesquisados. A pesquisa foi construída a partir da observação participante e da análise das falas extraídas do questionário, da entrevista e do piquenique.</p> <p>O método de análise utilizado foi a triangulação entre as categorias organizadas a partir do questionário, fala da pesquisadora e de autores conforme Lopes e Abramowicz.</p>
ARTIGO 4	IV. Refletir sobre a relevância dos espaços educativos não formais para a formação de professores em suas práticas pedagógicas, utilizando o Parque.	<p>Pesquisa qualitativa de caráter exploratório. Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, este estudo se caracteriza com uma pesquisa de campo.</p>

Fonte: Santos (2020).

2 A CONSTRUÇÃO DO ESTADO DO CONHECIMENTO: A PRAÇA CEU COMO OBJETO DE PESQUISA

RESUMO: Este artigo tem como objetivo identificar os estudos que ajudaram a construir e auxiliar o estado do conhecimento da pesquisa. Para alcançar o objetivo foram realizadas buscas nos repositórios da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), nos Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC), através da seleção de títulos, resumos e dos seguintes descritores: Território Educativo, Educação Ambiental, Praça CEU, CEU - Centro de Artes e Esportes Unificado e a escola, Cidade Educadora, PAC e Centro Educacional Unificado (CEU). Durante a construção do estado de conhecimento, a partir da revisão de literatura, foram selecionados estudos de diferentes áreas do conhecimento com intuito de responder as indagações que surgiram antes e durante a pesquisa.

Palavras-chave: Praça CEU. Território Educativo. Educação Ambiental. Escola. Cidade Educadora. PAC.

2.1 INTRODUÇÃO

A produção do estado do conhecimento sob a perspectiva da Praça CEU foi configurada a partir da concepção das Cidades Educadoras, de Território Educativo, da Educação Ambiental, das políticas e ações intersetoriais, das políticas públicas federais e municipais e do seu potencial como espaço/território educativo. O foco deste artigo foi a análise dos saberes construídos entre os períodos de 2010 a 2018.

Este artigo tem como objetivo identificar estudos que compunham o campo de conhecimento, selecionando trabalhos que pudessem auxiliar no embasamento teórico da pesquisa. O Estado do Conhecimento foi construído a partir dos descritores eleitos: “Praça CEU” AND “Território Educativo”, “Praça CEU” AND “Educação Ambiental”, “Praça CEU” AND “Escola”, “Praça CEU” AND “Cidade Educadora” e “Praça CEU” AND “PAC II”. Cada um dos estudos selecionados contribuiu para responder as inquietações que surgiram, antes e durante a construção desta dissertação.

Para compreender a Praça CEU de Sapucaia do Sul como um possível espaço educativo foi preciso investigar os múltiplos saberes que configuram este campo de

conhecimento, na medida em que a implementação de políticas públicas envolve um conjunto de ações que não ocorrem isoladamente.

Deste universo, foram encontradas diversas dissertações, teses e artigos, mas apenas algumas foram selecionadas para a categoria de análise. Estes documentos foram selecionados a partir da temática debatida estar relacionada com a pesquisa.

Na primeira busca para a construção do estado do conhecimento não foram encontrados resultados a partir dos descritores, então ocorreram modificações na forma de pesquisar, tanto no portal da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) quanto nos Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A forma de buscar os descritores foi modificada, colocando-os separadamente, grafando-os: Território Educativo, Educação Ambiental, Escola, Cidade Educadora e PAC. A nomenclatura Praça CEU – Centro de Artes e Esportes Unificado não foi encontrada nas buscas em ambos: BDTD e CAPES. Mas quando utilizou-se o descritor CEU – Centro Educacional Unificado foram encontrados alguns resultados, considerando como foco central os trabalhos que abordam especificamente o campo de interação com a Praça CEU, pois esse foi o *locus* deste estudo.

A pesquisa foi realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), nos Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e nos trabalhos apresentados no Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC), considerando sempre o período entre os anos de 2010 a 2019.

Os seguintes elementos foram considerados para a seleção das pesquisas: título, resumo e palavras-chave pertinentes ao tema Praça CEU.

2.2 BUSCA DE DISSERTAÇÕES E TESES

A BDTD proporciona visibilidade e acesso fácil às teses e dissertações, oportunizando uma pesquisa segura e ampla. Foram encontrados, nesta busca, artigos, dissertações e teses.

Os descritores escolhidos para a busca nessa base foram: Cidade Educadora, Centro Educacional Unificado, CEU, Território Educativo, Educação Ambiental, Praça CEU e PAC. O idioma escolhido foi Português.

Na primeira busca utilizou-se unicamente o descritor Território Educativo e apareceram 592 trabalhos entre artigos, teses e dissertações. Ao utilizar a palavra-chave Educação Ambiental aparecem 527 trabalhos entre artigos, teses e dissertações. Para o

descriptor Praça CEU foram encontrados 11 resultados e 726 resultados para a palavra-chave CEU. Para o descritor Centro Educacional Unificado - CEU apareceram 38 resultados, e sob a nomenclatura Centro de Artes e Esportes Unificado - CEU e a escola apareceu uma dissertação. Na busca por estudos sobre as Cidades Educadoras apareceram 2.541 trabalhos entre teses e dissertações, e na busca pelo descritor PAC apareceram 1.276 resultados, mas apenas um referia-se ao tema da pesquisa. Com o descritor Programa de Aceleração do Crescimento, 678 foram obtidos, e durante a pesquisa com a palavra-chave Educação Ambiental apareceram 527 resultados.

Diante das inúmeras pesquisas encontradas na busca, foi necessária uma análise para delimitar os resultados, e isto só foi possível após a leitura dos resumos, objetivando identificar os estudos que abordassem os seguintes descritores: Cidade Educadora, cinco dissertações; Centro Educacional Unificado, oito dissertações; CEU, nove dissertações; Território Educativo, cinco dissertações; e Educação Ambiental, 21 dissertações. A análise consistiu em ler os artigos, as teses e as dissertações, selecionando as que se aproximavam do tema da pesquisa.

Para responder às interrogações que surgiram antes e durante a pesquisa e alcançar os objetivos propostos, foi necessário buscar estudos que abrangessem as temáticas abordadas. A investigação procedeu de forma a averiguar quais pesquisas tratavam de políticas públicas da esfera federal e municipal, das políticas públicas referentes à educação ambiental, da educação ambiental executada com jovens, da educação ambiental realizada em espaços não formais, da organização intersetorial dos órgãos públicos quanto às demandas da sociedade e da arquitetura e urbanismo como forma de planejamento urbano e com o propósito de intervenção social.

Um dos focos, também, foi à análise de pesquisas que tratassem da metodologia estudo de caso, contribuindo com esta pesquisa. A partir deste diagnóstico foram sendo identificados dissertações, artigos ou teses que tratavam do tema, descartando os que não correspondiam. Esta análise possibilitou a redução no número de estudos que comporiam o levantamento bibliográfico desta pesquisa.

Buscando identificar os estudos que abordam políticas públicas que viabilizam a concepção de uma Cidade Educadora, chegou-se aos seguintes resultados: com o descritor Cidade Educadora, foram selecionadas duas teses, escolhidas porque auxiliaram no desenvolvimento da pesquisa ao clarificar o conceito de cidade educadora.

Com o descritor Centro Educacional Unificado, destacaram-se quatro dissertações; e com o descritor CEU, três dissertações. Estes estudos corroboraram as indagações iniciais,

pois seus apontamentos contribuíram para o entendimento a respeito da constituição do projeto arquitetônico da Praça CEU, e também, sobre as políticas intersetoriais que viabilizaram sua implementação. A leitura destes trabalhos comprovou a importância da arquitetura como forma de realizar intervenção social e o pragmatismo político demonstrado através da descontinuidade dos projetos.

Com o propósito de conceituar Território Educativo foi selecionada uma dissertação que contribuiu na elucidação e definição deste tema para a pesquisa. Na seleção do descritor Educação Ambiental, três dissertações foram elencadas, as quais propiciaram a compreensão da EA em espaços não formais a partir da sensibilização, da compreensão da linguagem como forma de estimular a consciência ambiental e de trabalhos desenvolvidos com jovens sob a perspectiva do viés socioambiental.

Os estudos selecionados foram organizados por categorias de análise e em quadros. As categorias de análise facilitaram demonstrar as contribuições dos artigos, teses e dissertações com a pesquisa. Os quadros foram estruturados de forma a melhorar visualização e identificação das informações gerais dos trabalhos escolhidos. A composição dos quadros facilitou, portanto, o acesso aos estudos utilizados.

Inicialmente, a pesquisa havia sido pensada apenas sob a perspectiva das práticas em educação ambiental realizadas pela pesquisadora na área verde da Praça CEU de Sapucaia do Sul. A partir das leituras das teses, artigos e dissertações encontradas na base de pesquisa da CAPES e BDTD, ocorreu um amadurecimento da pesquisadora com relação ao início do estudo. Este amadurecimento no decorrer da especialização possibilitou a percepção de que a pesquisa não se tratava apenas da Educação Ambiental. O estudo apenas sob a perspectiva da educação ambiental não seria suficiente para responder as inquietações que surgiram ao longo do processo de pesquisa.

Diante dos inúmeros trabalhos, foi necessário selecioná-los a partir dos descritores. Ao realizar a leitura dos resumos, foram sendo excluídos os estudos que não tratavam da temática da pesquisa em questão. Na medida em que foi trabalhado, o campo de pesquisa tornou-se mais amplo. Durante a leitura, por completo, dos trabalhos, novamente foram excluídos os que não conversavam com a temática da pesquisa. Mesmo com os vários recortes, ainda assim havia muitos trabalhos, então a partir daí foram selecionados por categorias.

De onde surgiram as categorias? Por que estas categorias? As categorias foram elencadas a partir das inquietações que surgiram durante a pesquisa. A pesquisa possibilitou perceber que um projeto, seja ele de âmbito municipal, estadual ou federal, deve abranger as diversas esferas de uma sociedade, envolvendo a sociedade civil e todos os setores da gestão

pública, pois devem ser pensados para o bem da coletividade, e sendo assim, deverão ser compreendidas as diferentes necessidades locais. Para compreender as necessidades locais faz-se necessária a articulação entre os diferentes atores deste contexto na elaboração e execução das ações.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, percebeu-se que a temática Praça CEU envolvia as políticas públicas e a construção de Cidades Educadoras, políticas intersetoriais na gestão pública, arquitetura e urbanismo como intervenção social, a construção e a definição de território e os espaços não formais na prática da Educação Ambiental. Para compreender a Praça CEU de Sapucaia do Sul, foi fundamental analisá-la a partir destes temas que se tornaram categorias de análise.

Dissertar sobre as ações na Praça CEU não envolvia apenas a Educação Ambiental, pois tratava-se de um projeto arquitetônico que envolvia uma equipe multidisciplinar. Na busca por entender como surgiu o conceito Praça CEU, mergulhou-se na história da arquitetura, das políticas públicas, das políticas intersetoriais, na história da organização da educação brasileira e em estudos que debatem as diferentes formas de desenvolver e ofertar a educação ambiental.

O último recorte ocorreu a partir da leitura e análise dos estudos que fariam parte desta dissertação. Na medida em que foram respondendo as inquietações, tornaram-se parte do referencial teórico, e da mesma forma ocorreu com os estudos que não se relacionavam durante a revisão bibliográfica, que foram sendo descartados, pois não conversavam com a temática da pesquisa.

Esta sistematização possibilitou um novo recorte, demonstrando porque foram selecionados, pois estes estudos dialogam com a temática da pesquisa. Na medida em que foram filtrados, a pesquisa foi afinando e reduzindo os números, passando-se para dez dissertações e três teses.

Os inúmeros trabalhos possibilitaram a construção do estado do conhecimento e viabilizaram a fundamentação teórica da pesquisa e a construção dos artigos.

2.2.1 Trabalhos agrupados por categorias de análise

As categorias de análise constituíram-se em cinco temas: políticas públicas e a construção de Cidades Educadoras; políticas intersetoriais na gestão pública, arquitetura e urbanismo como intervenção social; a construção e a definição de território; e os espaços não formais na prática da Educação Ambiental.

Estas categorias de análise foram construídas para demonstrar de que forma os estudos contribuíram com a pesquisa. Desse conjunto, foram elencados alguns trabalhos com os quais foi possível estabelecer diálogo mais pontual sob o aspecto da análise da Praça CEU, de Sapucaia do Sul, a partir das políticas públicas federais e das ações intersetoriais de âmbito municipal.

Para analisar a Educação Ambiental na perspectiva da construção dos Interlocutores Ambientais, buscou-se compreender e caracterizar os estudos que apresentam temáticas relacionadas com o que vem sendo realizado neste campo.

Quadro 3.1: Quadro oriundo da pesquisa da mestranda- Palavra-chave: Cidade Educadora

Ano	Título da Tese	Autores	Universidade
2014	Cidades Educadoras: Possibilidades de novas políticas públicas para reinventar a democracia.	Valter Morigi	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
2017	Descontinuidade das políticas públicas em educação: ações políticas e a alternância de poder	José Cláudio Diniz Couto	Universidade Metodista de São Paulo

Fonte: Santos (2019).

2.2.1.1 Políticas públicas e a construção de cidades educadoras

Na análise da Praça CEU, de Sapucaia do Sul, a partir das políticas públicas federais e das ações intersetoriais de âmbito municipal, destacaram-se dois estudos. No trabalho de Morigi (2014), sob o título “Cidades Educadoras: possibilidades de novas políticas públicas para reinventar a democracia”⁴⁹, o objetivo é realizar um paralelo entre as Cidades Educadoras com mais de uma década de engajamento na Associação Internacional de Cidades Educadoras a partir de políticas públicas efetivadas.

Na tese de Couto (2017), intitulada “Descontinuidade das políticas públicas em educação: ações políticas e a alternância de poder”⁵⁰, o objetivo é estudar os documentos que se referem à transição entre o governo de Marta Suplicy e José Serra/Gilberto Kassab para identificar quais os fatores que colaboraram para a descontinuidade das ações públicas em educação.

⁴⁹ Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGedu/UFRGS, ano de 2014, sob a orientação do Prof. Orientador Dr. Jaime Zitroski.

⁵⁰ Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Metodista de São Paulo. Área de concentração: Políticas e Gestão Educacionais, ano de 2017, sob a orientação Prof. Dr. Roger Marquesini Quadros de Sousa.

Na tese de Morigi (2014), a metodologia utilizada foi o método fenomenológico, abordagem que prioriza estudos teóricos e análise de documentos. Utilizou, também, o método crítico-dialético e a pesquisa participante. O processo metodológico de coleta de dados deu-se através de revistas, livros, jornais e *sites* sobre as Cidades Educadoras, para análise de conteúdo. Foram escolhidos três municípios, das 400 cidades que fazem parte da rede da Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE). Foi realizado um resgate teórico sobre as Cidades Educadoras e sistematização das produções no que se refere às Cidades Educadoras e o que têm em comum as três cidades pesquisadas.

No trabalho de Couto (2017), a metodologia utilizada é o estudo de caso com técnicas complementares de entrevistas, visitas técnicas e estudos de documentos. A tese contribuiu com a pesquisa por trazer as inquietações do autor quanto à descontinuidade das ações públicas em Educação e as rupturas e permanências destas ações. Nos doze anos em que a pesquisadora faz parte do quadro técnico da educação ambiental, lidou com a descontinuidade.

2.2.1.2 Políticas intersetoriais na gestão pública

Dentro da categoria de análise “políticas intersetoriais na gestão pública”, foram destacadas quatro dissertações: Silva (2012), Silva (2014), Passos (2017) e Rodrigues (2018). As dissertações selecionadas auxiliaram no entendimento do processo de concepção do projeto conceito CEU a partir de políticas públicas.

Quadro 3.1.1: Quadro oriundo da pesquisa da mestranda- Palavra-chave: Centro Educacional Unificado

Ano	Título da Dissertação	Autores	Universidade
2012	O pensamento vivo de Mário de Andrade: dos parques infantis aos CEUs da cidade de São Paulo.	Susete Rodrigues da Silva	Universidade Estadual Paulista
2017	A implementação de políticas Inter setoriais: estudos de caso dos Centros Educacionais Unificados.	Rodrigo Luppi dos Passos	Universidade Federal do ABC
2018	O Centro Educacional Unificado: o processo de criação de projeto educacional na cidade de São Paulo (2001-2004).	Daniela do Nascimento Rodrigues	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
Ano	Título da Tese	Autores	Universidade
2014	O Centro Educacional Unificado (CEU) como espaço de formação do sujeito através da participação em atividades culturais	Célia Vanderlei da Silva	Universidade Nove de Julho

Fonte: Santos (2019).

Do campo das Artes, ressalta-se a dissertação de Silva (2012), “O pensamento vivo de Mário de Andrade: dos parques infantis aos CEUs da cidade de São Paulo”⁵¹, que objetiva compreender as influências que os CEUs receberam do ideário modernista e das concepções políticas-culturais elaboradas por Mário de Andrade. A pesquisa busca investigar as influências que os CEUs receberam do ideário modernista e das concepções político-culturais. A pesquisadora utilizou entrevistas *in loco*, pesquisa de documentos e bibliografias.

O texto contribuiu com a pesquisa, pois faz um paralelo entre os Parques Infantis e os Centros Educacionais Unificados, abordando a São Paulo modernista e a contemporânea. A autora aborda no texto sua experiência como educadora no CEU e gestora. O relato da trajetória da criação dos Parques Infantis e o contexto político do seu tempo e a trajetória dos CEUs na cidade de São Paulo auxiliam na compreensão do pensamento de Mario de Andrade e sua contribuição para o projeto da Praça CEU nos dias atuais.

A tese de Silva (2014), “O Centro Educacional Unificado (CEU) como espaço de formação do sujeito através da participação em atividades culturais”⁵², tem como objetivo analisar a participação das pessoas nas atividades culturais onde estão localizados dois CEUs. A metodologia utilizada abrangeu observação, descrição, comparação, análise e síntese, abordagem analítico-interpretativo, pesquisa documental e bibliográfica.

A dissertação de Passos (2017) dialoga com a temática das ações intersetoriais, sob o título “A implementação de políticas intersetoriais: estudos de caso dos Centros Educacionais Unificados”⁵³, e tem como objetivo analisar o processo da implantação de políticas intersetoriais centralizados na gestão dos CEUs Heliópolis e Butantã entre 2013 e 2016. A metodologia de pesquisa de caráter qualitativo foi organizada em duas etapas: análise do referencial teórico e estudo de caso.

O texto aborda a implementação de políticas intersetoriais⁵⁴, trazendo o debate conceitual sobre a intersetorialidade, os desafios e a forma como essas políticas foram implementadas no Brasil. O pesquisador contribuiu com a pesquisa através de sua análise do

⁵¹ Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Estadual Paulista - UNESP. Área de concentração: Artes e Educação, ano de 2012, sob a orientação do Prof. Orientador Dr. João Cardoso Palma Filho.

⁵² Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho – UNINOVE. Área de concentração: Teorias da Educação, ano de 2014, sob a orientação do Prof. Orientador Dr. Marcos Antônio Lorieri.

⁵³ Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade do ABC, ano de 2017, sob a orientação da Profª. Orientadora Drª. Vera Schattan Ruas Pereira Coelho.

⁵⁴ Que se efetiva ou se desenvolve entre dois ou mais setores; que compreende mais de um ramo, domínio, subdivisão ou seção. Que envolve mais de uma divisão ou subdivisão de um órgão público ou de uma empresa responsável por um serviço ou assunto específico: reunião intersetorial de gestão pública.

papel da implementação (fatores comuns) da intersetorialidade no que diz respeito à coordenação governamental, concepções e valores associados ao CEU pelos diferentes setores envolvidos na sua implementação, a disputa entre secretarias pela hegemonia política sobre a agenda e a capacidade técnica das secretarias. Analisa o papel (fatores específicos) da implementação da intersetorialidade em relação à gestão com a sociedade local, reflete sobre as redes locais para a implementação e a liderança local. Traça o perfil das burocracias locais e a prioridade política do equipamento ou território.

O estudo de Rodrigues (2018), sobre “O Centro Educacional Unificado: o processo de criação de projeto educacional na cidade de São Paulo (2001-2004)”⁵⁵, busca compreender como se deu o processo inicial de criação do projeto do Centro Educacional Unificado (CEU), na cidade de São Paulo, no âmbito dos debates do legislativo e executivo para a criação e adequação orçamentária para a implementação do projeto. A metodologia utilizada foi um estudo histórico.

O texto de Rodrigues favorece a pesquisa por auxiliar no entendimento das políticas de melhoria social que embasaram o governo de Marta Suplicy e da forma como este governo pensava a cidade e via a educação. Debate a forma como a gestão pública enfrentou a burocracia e os limites jurídicos para obter recursos para implementar o projeto arquitetônico CEU.

2.2.1.3 Arquitetura e urbanismo como intervenção social

Na categoria de análise “arquitetura e urbanismo como intervenção social”, destacaram-se três trabalhos: o de Soares (2013), Wilderom (2014) e Oliveira (2017). Nos estudos de Soares (2013), “Arquitetura como projeto social: os casos dos Centros Educacionais Unificados (CEUs) em São Paulo, Brasil e dos Parques Bibliotecas em Medellín, Colômbia”⁵⁶, o objetivo é compreender como a arquitetura pode contribuir como elemento modificador socioeconômico.

⁵⁵ Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Área de concentração: História, Política e Sociedade, ano de 2018, sob a orientação do Prof. Orientador Dr. Daniel Ferraz Chiozzini.

⁵⁶ Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Área de concentração: Arquitetura e Urbanismo, ano de 2013, sob a orientação do Prof. Orientador Dr. Jose Geraldo Simões Junior.

A dissertação de Wilderom (2014), “Espaço Educacional Contemporâneo: reflexões sobre os rumos da arquitetura escolar na cidade de São Paulo⁵⁷ (1935-2013)”, faz uma análise histórica da arquitetura escolar na cidade de São Paulo. A pesquisa de Oliveira (2017), “O CEU na integração da periferia”⁵⁸, tem como objetivo discutir possibilidades de qualificação do tecido periférico, através de ações promovidas pelo poder público que visem um urbanismo mais incluyente.

Quadro 3.1.2: Quadro oriundo da pesquisa da mestranda- Palavra-chave: CEU

Ano	Título da Dissertação	Autores	Universidade
2013	Arquitetura como projeto social: Os casos dos Centros Educacionais Unificados (CEUs) em São Paulo, Brasil e dos Parques Bibliotecas em Medellín, Colômbia.	Patrícia de Palma Soares	Universidade Presbiteriana Mackenzie
2014	Espaço Educacional Contemporâneo: reflexões sobre os rumos da arquitetura escolar na cidade de São Paulo (1935-2013).	Mariana Martinez Wilderom	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
2017	O CEU na integração da periferia	Paula Custódio de Oliveira	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Fonte: Santos (2019).

O estudo de Soares (2013) utilizou a metodologia estudo de caso, contribuindo com a pesquisa por, igualmente, tratar de um estudo de caso. O texto aborda o impacto social que os edifícios têm caráter de promover e desenvolver atividades educacionais e culturais como o CEU, em São Paulo, e dos Parques Bibliotecas, em Medellín/Colômbia, buscando compreender as relações das edificações com o meio onde estão inseridas.

A análise histórica de Wilderom (2014) desenvolveu uma pesquisa de metodologia qualitativa, utilizando a busca por bibliografia sobre o tema, consulta ao acervo histórico, leitura e análise de informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Educação e pelo FDE. Esta dissertação contribuiu com a pesquisa, pois, através de sua análise da história do espaço educacional na cidade de São Paulo, mostrou como a arquitetura das escolas vêm contribuindo com a paisagem urbana, refazendo o desenho da cidade, e quais as políticas

⁵⁷ Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo, ano de 2014, sob a orientação da Prof^{fa}. Orientadora Dr^a. Mônica Junqueira de Camargo.

⁵⁸ Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Planejamento Urbano e Regional, ano de 2017, sob a orientação da Prof^{fa}. Orientadora Dr^a. Maria Lucia Refinetti Rodrigues Martins.

públicas aplicadas na criação dos equipamentos públicos hoje conhecidos; e como ocorreu a criação dos espaços educativos, seu uso e produção. A análise histórica auxiliou na compreensão de como surgiu a ideia dos prédios educacionais chamados Centro Educacional Unificado (CEU), São Paulo.

A pesquisadora realizou uma análise do espaço educacional na cidade de São Paulo para compreender o que é o Centro Educacional Unificado, conhecido como CEU. Realizou uma análise histórica das edificações escolares baseada na problemática que a arquitetura educacional enfrentou nas últimas décadas. A análise da autora possibilitou trazer para a pesquisa todo o conhecimento sobre a arquitetura escolar paulista e sua contribuição para a criação do Programa CEU idealizado no governo de Marta Suplicy.

O texto de Oliveira (2017) contribuiu com a pesquisa por abordar o contexto político da construção das políticas públicas que possibilitaram a criação dos CEUs; como ocorreu a implantação dos CEUs; faz uma avaliação da política pública dos CEUs; traz a origem remota dos CEUs e as experiências que inspiraram o projeto; fala sobre a política pública que propõe o CEU como integração sociourbana e territorial e sobre o resgate do papel da centralidade nos planos urbanísticos em São Paulo nos anos de 1950 a 2010; e analisa a implantação da política pública dos CEUs.

2.2.1.4 A construção e a definição de território

Nesta categoria destaca-se a dissertação de Carvalho (2014), “A escola, o bairro e a cidade: processos de formação de territórios educativos na perspectiva da Educação Integral”⁵⁹, cujo objetivo é analisar, no âmbito do Programa Escola Integrada (PEI), como ocorreu o envolvimento da escola e dos sujeitos na experiência em questão.

Quadro 3.1.3: Quadro oriundo da pesquisa da mestranda- Palavra-chave: Território Educativo

Ano	Título da Dissertação	Autores	Universidade
2014	A escola, o bairro e a cidade: processos de formação de territórios educativos na perspectiva da Educação Integral.	Paulo Felipe Lopes de Carvalho	Universidade Federal de Minas Gerais

Fonte: Santos (2019).

⁵⁹ Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: conhecimento e inclusão social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Área de concentração: Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas, ano de 2014, sob a orientação da Prof^ª. Orientadora Dr^ª. Lúcia Helena Alvarez Leite.

Carvalho (2014) utilizou a abordagem metodológica da etnografia e as técnicas observação participante, confecção de mapas mentais e entrevista individual e coletiva.

O texto aborda a relação entre escola e território a partir do Programa Escola Integrada (PEI) desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação (SMED) de Belo Horizonte, MG. Procura entender se o PEI possibilita a constituição dos territórios educativos e quais os processos que se relacionam com esses territórios, bem como de que forma o PEI tem produzido o espaço geográfico educativo.

Este estudo contribuiu com a dissertação a partir de suas reflexões sobre o espaço geográfico educativo e de como a apropriação pelos sujeitos participantes da experiência possibilita o vínculo com a comunidade e com o bairro, refletindo na melhoria dos espaços na comunidade e a intensificação do sentimento de pertença de educadores e educandos pelo bairro.

2.2.1.5 Os espaços não formais na prática da Educação Ambiental

Para analisar a Educação Ambiental, espaços não formais e a prática da Educação Ambiental na perspectiva da construção dos Interlocutores Ambientais, destacam-se três estudos: o de Fernandes (2010), “Entre juventude e educação ambiental: as relações e reciprocidades na caminhada dos jovens do projeto Sombra da Mata”⁶⁰, cujo propósito é acompanhar e analisar integração e reciprocidade entre juventude e educação ambiental; o de Brustolin (2012), chamado de “A linguagem da educação ambiental e a construção da pertença planetária”⁶¹, com o objetivo de construir conexões entre os sentidos da linguagem dos educadores de educação ambiental com relação ao manejo dos resíduos sólidos no espaço escolar e a forma como os alunos aprendem a pertença planetária; e a dissertação de Müller (2015), “Percepção e cuidado pelo viés socioambiental: um estudo na escola de ensino fundamental Fábio da Silva sobre a relação ser humano-escola-comunidade”⁶², que tem como objetivo compreender a percepção socioambiental de pais, professores e gestores da Escola de Ensino Fundamental Fábio da Silva.

⁶⁰ Dissertação apresentada ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Área de concentração: Educação Ambiental, ano de 2010, sob a orientação da Prof^ª. Orientadora Dr^ª. Leila Chalub Martins.

⁶¹ Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul. Área de concentração: Educação Ambiental, Educação e Filosofia, ano de 2012, sob a orientação da Prof^ª. Orientadora Dr^ª. Eliana Maria do Sacramento Soares.

⁶² Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina. Área de concentração: Educação Ambiental, Comunidade e Escola, ano de 2015, sob a orientação da Prof^ª. Orientadora Dr^ª. Fátima Elisabeti Marcomin.

Quadro 3.1.4: Quadro oriundo da pesquisa da mestranda- Palavra-chave: Educação Ambiental

Ano	Título da Dissertação	Autores	Universidade
2010	Entre juventude e educação ambiental: as relações e reciprocidades na caminhada dos jovens do projeto Sombra da Mata	Jaqueline Fernandes	Universidade de Brasília
2012	A linguagem da educação ambiental e a construção da pertença planetária	Rosane Kohl Brustolin	Universidade de Caxias do Sul
2015	Percepção e cuidado pelo viés socioambiental: um estudo na escola de ensino fundamental Fábio da Silva sobre a relação ser humano – escola – comunidade.	Angélica Michels Müller	Universidade do Sul de Santa Catarina

Fonte: Santos (2019).

Fernandes (2010) busca compreender as possibilidades e caminhos de integração e reciprocidade entre juventude e educação ambiental. Com uma visão da Educação Ambiental crítica e emancipatória, analisa a realidade a partir de fotografias, e as fotografias foram utilizadas como instrumento de registro e expressão de ideias, sentimentos e realidades. A autora debate algumas questões que motivaram a pesquisa sobre o projeto Sombra da Mata e como tem contribuído para a construção da identidade dos jovens, e de que forma o processo tem auxiliado na consolidação da educação ambiental. A pesquisa foi pensada sob a perspectiva do desenvolvimento local sustentável, focando na educação ambiental, a juventude, seus encontros e desencontros. Traz tendências e concepções de educação ambiental a partir de autores que estudam o tema, como Carvalho, Layrargues, Loureiro e Sauv e.

A pesquisa de caráter qualitativo utilizou a metodologia pesquisa-a o crítica. As estratégias metodológicas para a coleta de dados foram: relatos orais e escritos sobre a história de vida dos jovens foco da pesquisa; observa o participante, e diário de campo como instrumento de coleta de dados.

Brustolin (2012), em sua pesquisa, utilizou a metodologia análise de conteúdo e análise textual discursiva de Moraes e Galiazi, e técnicas complementares como a entrevista com escuta sensível em grupos focais e transcri o de dados.

A pesquisa aborda o pensamento, ou seja, a base teórica de Humberto Maturana, a biologia do conhecer, e Morin, a partir de suas inquieta es, em que descreve, interpreta e analisa a linguagem dos estudantes e dos professores vinculada ao meio ambiente e   educa o ambiental. Traz   pertença planetária a educa o planetária de Edgar Morin, que

busca entender a situação ambiental contemporânea. A partir das análises, procura construir a relação entre a linguagem e as atitudes no manejo dos resíduos sólidos. A atividade de educação ambiental principal na escola é o foco da pesquisa.

A abordagem da pesquisa de Müller (2015) é qualitativa e fenomenológica à luz da percepção em Merleau-Ponty, utilizando-se da observação da pedagogia de Paulo Freire e da ética do cuidado de Leonardo Boff. A pesquisadora traz suas inquietações quanto ao que os participantes da pesquisa concebem como um sujeito crítico e atuante na sociedade, qual a compreensão que os pesquisados têm de meio ambiente sob a ótica ambiental, e como concebem a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente.

As três dissertações com foco na Educação Ambiental contribuíram com a pesquisa a partir de autores que estudam o tema, como Carvalho, Layrargues, Loureiro, Sauv e, Humberto Maturana, Edgar Morin, Merleau-Ponty, Leonardo Boff e Paulo Freire. Alguns autores era desconhecidos para a pesquisadora at e o momento da análise bibliográfica.

2.3 BUSCA DE ARTIGOS

A busca nos periódicos da CAPES iniciou com as palavras-chave “Praça CEU” AND “Território Educativo”, “Praça CEU” AND “Educa o Ambiental”, “Praça CEU” AND “Escola”, “Praça CEU” AND “Cidade Educadora” e “Praça CEU” AND “PAC”, mas para estes descritores não se obteve resultado. Posteriormente, foram inseridas as palavras-chave Território Educativo, Educa o Ambiental, Praça CEU, CEU - Centro de Artes e Esportes Unificado e a escola, Cidade Educadora, PAC e Centro Educacional Unificado (CEU) e território educativo, sendo alguns desses selecionados pela relevância com a temática desta pesquisa.

A partir do descritor Território Educativo, apareceram 2.838 trabalhos; ao utilizar o descritor Educa o Ambiental, apareceram 5.682 estudos entre artigos, teses e disserta es; e para a palavra-chave Praça CEU não houve resultado, mas quando grafado como Centro de Artes e Esportes Unificado - CEU e a escola apareceram nove resultados, mas nenhum relacionado com a pesquisa. Ao pesquisar a palavra-chave Escola e Educa o Ambiental, foram encontradas três disserta es e uma tese, mas nenhuma relacionada com a pesquisa. Quando utilizado o descritor Cidade Educadora, apareceram 291 trabalhos entre artigos, teses e disserta es; e na busca da palavra-chave PAC, apareceram 24 resultados, mas nenhum referia-se ao tema da pesquisa.

Diante da impossibilidade da utilização de todas as pesquisas encontradas, foi necessário reduzir os números a partir da leitura dos resumos para identificar os trabalhos relacionados com a temática da dissertação. A estratégia utilizada trouxe resultados: foram encontrados, com o descritor Território Educativo, dez estudos relacionados ao tema da pesquisa; com o descritor Educação Ambiental, 21 trabalhos; e na busca com o descritor Cidade Educadora, apareceram dez resultados.

Para melhor organizar os dados encontrados e suas contribuições para a presente dissertação, foi necessário organizá-los em categorias de análise e quadros. As categorias de análise foram elencadas a partir dos objetivos deste trabalho, e assim, foi possível definir quais estudos fariam parte da pesquisa. Os quadros foram organizados com informações gerais das pesquisas selecionadas.

2.3.1 Trabalhos agrupados por categoria de análise

A partir destes achados, fez-se um novo recorte, redefinindo o número de estudos, passando para quatro dissertações, uma tese e um artigo. Estes documentos foram selecionados, pois conversam com a temática da pesquisa. Mediante a análise dos artigos, teses e dissertações, foi possível identificar quais poderiam auxiliar no campo de conhecimento.

Desse conjunto de estudos, encontrados na busca no portal da CAPES, elencou-se alguns trabalhos que pudessem contribuir com a pesquisa. Para melhor elucidar a contribuição dos trabalhos com esta dissertação, foram elaboradas três categorias de análise: a construção e a definição de território; sensibilização ambiental; e as políticas públicas na construção de cidades educadoras. A partir das categorias de análise, foi possível nortear a pesquisa, a fim de alcançar os objetivos propostos neste estudo.

2.3.1.1 A construção e a definição de território

Dos estudos que abordam a categoria de análise “a construção e a definição de território”, destacaram-se duas pesquisas: a de Gómez (2017) e a de Rocha (2018). Esta pesquisa, na busca no portal da CAPES, foi encontrada a partir de descritor Território Educativo, pois traz, em sua escrita, como se processa a construção de um território e como defini-lo.

Quadro 3.1.5: Quadro oriundo da pesquisa da mestrandia- Palavra-chave: Território Educativo

Ano	Título da Dissertação	Autores	Universidade
2017	A escola e seu território educativo: estudo de caso Ilha do Governador, RJ.	Alain Lennart Flandes Gómez	Universidade Federal do Rio de Janeiro
2018	Educação Integral e Cidade Educadora: cartografia de territórios educativos em bairros de Governador Valadares.	Daniel Rômulo de Carvalho Rocha	Universidade do Vale do Rio Doce

Fonte: Santos (2019).

Dos estudos que buscam conceituar território educativo, foram selecionadas as dissertações: de Gómez (2017), intitulada “A escola e seu território educativo: estudo de caso Ilha do Governador, RJ”⁶³, com o objetivo de analisar a relação existente entre os ambientes educativos e seu entorno urbano; e de Rocha (2018), “Educação Integral e Cidade Educadora: cartografia de territórios educativos em bairros de Governador Valadares”⁶⁴, cujo objetivo é cartografar territórios educativos em bairros da cidade de Governador Valadares.

O texto de Gómez (2017) aborda a escola e sua relação espacial e temporal na contemporaneidade. Procura compreender as problemáticas que atingem a educação pública, buscando novos métodos que tragam novas soluções e resultados. Debate sobre o conceito de Território Educativo, foco do estudo, e conceitua o termo, considerando-o em construção e constante evolução. O pesquisador realizou uma revisão das experiências arquitetônicas mais destacadas do século passado do Rio de Janeiro que buscam outra forma de pensar a escola. Traz a conceituação de território a partir de diferentes autores. Debate a escola e seu entorno e a aparente desconexão. A pesquisa foi relevante para este estudo por caracterizar-se como um estudo de caso e auxiliar na conceituação de território educativo sob a perspectiva da arquitetura.

O estudo de Rocha (2018) caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa com análise documental e bibliográfica. O texto aborda o reconhecimento dos territórios constituídos pela identidade, cultura, significações, manifestações, pelos gestos cotidianos dos atores definidos por Paul Claval, e com o auxílio das contribuições de Henri Lefebvre, que apresenta a cidade como um direito de seus usuários, e as de Michael de Certeau, que permitem refletir o bairro que se constrói no movimento cotidiano de seus praticantes ordinários.

⁶³ Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cultura, Paisagem e Ambiente Construído, ano de 2017, sob a orientação da Prof^a. Orientadora Dr^a. Giselle Arteiro Nielsen Azevedo.

⁶⁴ Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE, ano de 2018, sob a orientação da Prof^a. Orientadora Dr^a. Maria Celeste Reis Fernandes de Souza.

2.3.1.2 Sensibilização ambiental

Na categoria de análise “a sensibilização ambiental”, foi escolhida a dissertação de Muhle (2014), denominada “A percepção ambiental dos usuários do centro de pesquisas e conservação da natureza Pró-Mata-PUCRS”⁶⁵. O objetivo da pesquisa é analisar e identificar a percepção de diferentes grupos que frequentam o local entre novembro de 2012 e outubro de 2013.

Quadro 3.1.6: Quadro oriundo da pesquisa da mestranda- Palavra-chave: Educação ambiental

Ano	Título da Dissertação	Autores	Universidade
2014	A percepção ambiental dos usuários do centro de pesquisas e conservação da natureza Pró-Mata-PUCRS	Rita Paradedda Muhle	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Fonte: Santos (2019).

A pesquisa caracteriza-se como questionários com perguntas abertas e observação participante. O texto possibilitou a reflexão sobre a difícil tarefa da sensibilização ambiental, a partir da abordagem sobre a percepção ambiental dos grupos participantes através da experiência estética sensibilizante por ser um ambiente que possibilita múltiplas interações entre ambiente-pessoa. Busca a formação de indivíduos responsáveis e engajados ambientalmente. Este espaço é aberto para alunos, professores e funcionários da Universidade, que está sendo aberto para os estudantes das escolas locais.

2.3.1.3 Políticas públicas na construção de cidades educadoras

Na categoria de análise que aponta as políticas públicas que possibilitam a construção de Cidades Educadoras, destacam-se uma dissertação, uma tese e um artigo: Martin (2014), “Cidades Educadoras no Estado de São Paulo: análise das ações frente ao perfil temático e aos princípios do movimento”⁶⁶, dissertação cujo objetivo é analisar os municípios paulistas que

⁶⁵ Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Área de concentração: Educação Ambiental, Percepção Ambiental, Ética Ambiental e Experiência Estética, ano de 2014, sob a orientação da Prof^a. Orientadora Dr^a. Isabel Cristina de Moura Carvalho.

⁶⁶ Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP, ano de 2014, sob a orientação Prof. Dr. Cleiton de Oliveira.

se comprometeram com o movimento das Cidades Educadoras; Camargo (2016), com o título “Cidades Educadoras sob uma perspectiva constitucional”⁶⁷, tese que tem por objetivo analisar a democracia discursiva e o modelo de cidade educadora; e Severo (2017), nomeado “A cidade com o espaço educativo: contribuições da pedagogia social”⁶⁸, artigo que objetiva debater acerca da perspectiva da cidade como contexto de formação humana a partir da vivência dos espaços comuns.

Quadro 3.1.7: Quadro oriundo da pesquisa da mestranda- Palavra-chave: Cidade Educadora

Ano	Título da Dissertação	Autores	Universidade
2014	Cidades Educadoras no Estado de São Paulo: análise das ações frente ao perfil temático e aos princípios do movimento.	Carolina Martin	Universidade Metodista de Piracicaba
Ano	Título da Tese	Autores	Universidade
2016	Cidades Educadoras sob uma perspectiva constitucional.	Elimei Paleari do Amaral Camargo	Universidade Metodista de Piracicaba
Ano	Título do Artigo	Autores	Universidade
2017	A cidade como espaço educativo: contribuições da pedagogia social.	José Leonardo Rolim de Lima Severo	Universidade Federal da Paraíba

Fonte: Santos, 2019

Martin (2014) investiga as principais características de seis Cidades Educadoras no estado de São Paulo e analisa as ações desses municípios no ano de 2012, frente ao perfil temático e aos princípios do movimento. O texto contribui com a pesquisa, pois trata das abrangentes e complexas políticas públicas que norteiam o movimento das Cidades Educadoras.

A pesquisa de Camargo (2016) caracteriza-se pela análise documental e revisão bibliográfica. O texto aborda a importância da sociedade na elaboração de políticas públicas educacionais, trazendo para o debate a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, que trata dos direitos, deveres e promoções de seus entes responsáveis.

O texto de Severo (2017) aborda os vínculos criados pelas pessoas com a cidade a partir das vivências nos grupos sociais. Traz o sentimento de pertencimento a partir da identidade de lugar criado na vivência social.

⁶⁷ Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Metodista de Piracicaba (PPGE/Unimep), ano de 2016, sob a orientação Prof. Dr. Richard Paulo Pae Kim.

⁶⁸ Artigo publicado na Revista Educação e Cultura Contemporânea, v. 15, n° 38.

2.4 PESQUISA REALIZADA NOS ANAIS DO ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS (ENPEC)

O ENPEC é um importante evento na área da Educação em Ciências e uma excelente oportunidade de divulgação científica na área, portanto é pertinente fazer a pesquisa em seus anais.

Esse Encontro é bienal, o que justifica o número mais reduzido de trabalhos apresentados, uma vez que o período de pesquisa abrange os anos de 2010 a 2019. Os trabalhos de 2019 não haviam sido publicados até o momento da pesquisa.

Foram pesquisados, nos anais do ENPEC 2011, 2013, 2015 e 2017, no índice de palavras-chave, os seguintes descritores: Território Educativo, Educação Ambiental, Praça CEU, CEU - Centro de Artes e Esportes Unificado e a escola, Cidade Educadora e PAC.

Não foram encontrados trabalhos com os descritores da pesquisa, passando-se a realizar a busca através da lista por temática, mas também não foram localizados trabalhos de acordo com a relevância e com a temática desta pesquisa.

As categorias de análise no caso da busca no ENPEC não foram organizadas, pois não foram encontrados trabalhos a partir dos descritores elegidos.

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao organizar o estado do conhecimento, pôde-se compreender a dimensão do estudo e sua especificidade nesse campo de pesquisa, considerando os descritores que foram utilizados. A partir das buscas realizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e nos Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pôde-se realizar uma revisão bibliográfica sobre os estudos que abordavam a temática desta dissertação.

No decorrer da carreira como docente, surgiram inquietações decorrentes dos desafios que foram vivenciadas durante a trajetória profissional e que possibilitaram o surgimento do tema deste trabalho. Durante a pesquisa, novas indagações surgiram, que foram respondidas mediante a leitura dos trabalhos localizados na busca, o que tornou a caminhada encantadora, pois trouxeram análises históricas sobre o ideário em que foi pensado o Projeto CEU.

As pesquisas apresentadas possibilitaram conhecer o Movimento das Cidades Educadoras, tema que há 47 anos vem sendo estudado, auxiliando na composição do

referencial teórico, possibilitando um novo olhar para a Praça de Sapucaia do Sul, olhar esse de admiração para as grandezas das políticas públicas e intersetoriais. Estas políticas públicas viabilizaram a implementação deste projeto voltado para a arquitetura como intervenção urbana e social da periferia.

É preciso compreender o território da Praça CEU de Sapucaia do Sul como pioneiro na construção dos Interlocutores Ambientais, pois, para Martin (2014, p. 27), “[...] a demanda de novas formas de gestão, a respeito dos desafios para atender os habitantes em relação à oferta de equipamentos e serviços e à complexidade no uso do território, o qual pode se tornar fragmentado”.

O levantamento dos trabalhos que tratam da temática deste estudo contribuiu com a construção de categorias de análise, as quais facilitaram o alcance dos objetivos elencados. Este estudo viabilizou a compreensão do território da Praça CEU de Sapucaia do Sul como pioneiro na construção de Interlocutores Ambientais.

2.6 REFERÊNCIAS

BIOSFERA. **Licenciamento ambiental**: diagnóstico ambiental. Disponível em: <http://www.biosferamg.com.br/licenciamento/diagnostico-ambiental/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável*. 2ª ed. – Brasília: MMA, Programa Nacional de Educação Ambiental, 2005. 181 p.: il. Color. 21 cm. Ilustração de: Silvio Herigato.

BRASIL. Decreto n. 94.076, de 5 de março de 1987. Institui o Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 mar. 1987, p. 3159. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-94076-5-marco-1987-444426-norma-pe.html>. Acesso em: 14 jan. 2020.

BRASIL. Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o Código Florestal. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, DF, 9 jun. 1965, p. 4156; **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 set. 1965, p. 9529, ret. 20 set. 1965, p. 9513. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 14 jan. 2020.

BRASIL. Lei n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 jan. 2007, p. 3; ret. 11 jan. 2007, p. 1. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2007/lei-11445-5-janeiro-2007-549031-norma-Atualizada-pl.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Mais Educação/Série Mais Educação: Cadernos Pedagógicos **Territórios Educativos para a Educação Integral**: a reinvenção pedagógica dos espaços e tempos da escola e da cidade, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão da rede federal**: Educação básica - saiba mais Programa Mais Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/195-secretaria112877938/seb-educacao-basica-2007048997/16689-saiba-mais-programa-mais-educacao>. Acesso em: 14 jan. 2020.

BRUSTOLIN, Rosane Kohl. **A linguagem da educação ambiental e a construção da pertença planetária**. Orientador: Eliana Maria do Sacramento Soares. 2012. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Caxias do Sul, RS, 2012.

CAMARGO, Elimei Paleari do Amaral. **Cidades educadoras sob uma perspectiva constitucional**. Orientador: Richard Paulro Pae Kim. 2016. 202 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Educação, Piracicaba, SP, 2016.

CAPÃO. *In*: DICIONÁRIO Educalingo. Disponível em: <https://educalingo.com/pt/dic-pt/capao>. Acesso em: 10 fev. 2020.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2012.

CARVALHO, Paulo Felipe Lopes de. **A escola, o bairro e a cidade**: processos de formação de territórios educativos na perspectiva da educação integral. Orientador: Lúcia Helena Alvarez Leite. 2014. 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belo Horizonte, MG, 2014.

CAPRA, Fritjof *et al.* **Alfabetização ecológica**: a educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo: Cultrix, 2006.

COUTO, José Cláudio Diniz. **Descontinuidade das políticas públicas em educação**: ações políticas e alternância de poder. Orientador: Roger Marquesini de Quadros Souza. 2017. 421 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP, 2017.

EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO. **Territórios educativos**: conceito. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/conceito-territorios-educativos/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

EDUCA REDE BRASIL. **Como organizar uma saída de campo**. 21 maio 2013. Disponível em: <https://www.aberta.org.br/educarede/2013/05/21/como-organizar-uma-saida-a-campo/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

EMATER/RS. **Área técnica**. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/>. Acesso em: 14 jan. 2020.

FERNANDES, Jaqueline. **Entre juventude e educação ambiental**: as relações e reciprocidades na caminhada dos jovens do projeto Sombra da Mata. Orientador: Leila Chalub Martins. 2010. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Gestão Ambiental) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010.

GÓMEZ, Alain Lennart Flandes. **A escola e seu território educativo**: estudo de caso Ilha do Governador, Rio de Janeiro. Orientador: Giselle Arteiro Nielsen Azevedo. 2017. 254 f. Dissertação (Mestrado em Ciências em Arquitetura) – UFRJ/PROARQ/Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. Rio de Janeiro, RJ, 2017.

HEINDRICH, Álvaro Luiz *et al.* **Saberes e práticas na construção de sujeitos sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

INTERSETORIAL. *In*: DICIONÁRIO *Online* de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/intersectorial/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

KOGA, Dirce; ALVES, Vanice Aparecida. Território: lugar de desafios para a proteção social. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2009, São Luís, MA. **Anais [...]**. São Luís, MA: Universidade Federal do Maranhão, 2009.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARTIN, Carolina. **Cidades Educadoras no Estado de São Paulo**: análise das ações frente ao perfil temático e aos princípios do movimento. Orientador: Cleiton de Oliveira. 2014. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas/Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP, 2014.

MORIGI, Valter. **Cidades Educadoras**: possibilidades de novas políticas públicas para reinventar a democracia. Orientador: Jaime Zitkoski. 2014. 153 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, RS, 2014.

MUHLE, Rita Paradedda. **A percepção ambiental dos usuários do centro de pesquisas e conservação da natureza Pró-Mata-PUCRS**. Orientador: Isabel Cristina de Moura Carvalho. 2014. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2104.

MÜLLER, Angélica Michels. **Percepção e cuidado pelo viés socioambiental**: um estudo na escola de ensino fundamental Fábio da Silva sobre a relação ser humano-escola-comunidade. Orientador: Fátima Elizabeti Marcomin. 2015. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, SC, 2015.

OLIVEIRA, Paula Custódio. **O CEU na integração da periferia**. Orientador: Maria Lúcia Refinetti Rodrigues Martins. 2017. 208 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, São Paulo, SP, 2017.

PASSOS, Rodrigo Luppi dos. **A implementação de políticas intersectoriais**: estudo de caso dos Centros Educacionais unificados. Orientador: Vera Schattan Ruas Pereira Coelho. 2017.

128 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, São Bernardo do Campo, SP, 2017.

ROCHA, Daniel Rômulo de Carvalho. **Educação integral e cidade educadora**: cartografia de territórios educativos em bairros de Governador Valadares. Orientador: Maria Celeste Reis Fernandes de Souza. 2018. 160 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) – Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares, MG, 2018.

RODRIGUES, Daniela do Nascimento. **O Centro Educacional Unificado**: o processo de criação de projeto educacional na cidade de São Paulo (2001-2004). Orientador: Daniel Ferraz Chiozzini. 2018. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2018.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. A cidade como espaço educativo: contribuições da pedagogia social. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, RJ, v. 15, n. 38, p. 248-264, jan./mar. 2018.

SILVA, Célia Vanderlei da. **O Centro Educacional Unificado (CEU) como espaço de formação do sujeito através da participação em atividades culturais**. Orientador: Marcos Antonio Lorieri. 2014. 108 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, SP, 2014.

SILVA, Susete Rodrigues da. **O pensamento vivo de Mário de Andrade**: dos parques infantis aos CEUs da cidade de São Paulo. Orientador: João Cardoso Palma Filho. 2012. 278 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, 2012.

SOARES, Patrícia de Palma. **Arquitetura como projeto social: Os casos dos Centros Educacionais Unificados (CEUs) em São Paulo, Brasil e dos Parques Bibliotecas em Medellín, Colômbia**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Área de concentração: Arquitetura e Urbanismo, ano de 2013, sob a orientação do Prof. Orientador Dr. Jose Geraldo Simões Junior.

WILDEROM, Mariana Martinez. **Espaço educacional contemporâneo**: reflexões sobre os rumos da arquitetura escolar na cidade de São Paulo (1935-2013). Orientador: Monica Junqueira de Camargo. 2014. 220 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2014.

3 A PRAÇA CEU NA PERSPECTIVA DA CIDADE EDUCADORA: POLÍTICAS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS A SERVIÇO DA VIDA⁶⁹

Moll, Jaqueline⁷⁰

Santos, Loreni⁷¹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar a Praça CEU a partir das políticas públicas e das ações intersetoriais. A investigação também ocorreu através da revisão de literatura, com intuito de explorar elementos que possam auxiliar na compreensão de como surgiu o projeto da Praça CEU e em qual contexto histórico e a contribuição dos governos democráticos na idealização e concretização de sua implementação, buscando compreender o conceito de cidade educadora de maneira a entender a política municipal e a convergência com a política do governo federal.

Palavras-chave: Praça CEU. Cidade Educadora. Políticas Públicas. Ações Intersetoriais.

3.1 INTRODUÇÃO

O Centro de Artes e Esportes Unificado denominado, em Sapucaia do Sul, como Praça CEU faz parte de um programa do governo federal brasileiro PAC II, que visa promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social, através do desenvolvimento de programas, ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e de inclusão digital. Estes espaços são construídos em parceria da União com os municípios.

A Praça CEU chegou a Sapucaia do Sul através do governo federal brasileiro a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) II. A criação do PAC I ocorreu em 2007, e do PAC II, em 2010. O projeto vem sendo desenvolvido em Sapucaia do Sul desde 2011 e as obras de implantação ocorreram em 2014.

Na medida em que ocorria o planejamento para as ações de Educação Ambiental, pouco a pouco descobria-se a magnitude do projeto e, ao mesmo tempo, foram surgindo

⁶⁹ Este texto em uma versão adaptada as normas da Revista Humanidades & Inovação foi submetido para publicação com o nome de: A Praça CEU na perspectiva da cidade educadora: políticas e equipamentos públicos a serviço da vida

⁷⁰ Professora titular da Faculdade de Educação/UFRGS.

⁷¹ Professora Municipal, Mestranda em Educação em Ciências/UFRGS.

interrogações de como e onde iniciou a idealização deste projeto. Na busca para compreender como foi elaborado este equipamento público, buscou-se, através da análise bibliográfica, artigos, livros, teses e dissertações que pudessem auxiliar na busca por dados históricos e o contexto político em que desabrochou.

Dentre os inúmeros trabalhos encontrados, em sua maioria falam da cidade de São Paulo, mas por que esta cidade e não outra? O desenho arquitetônico da Praça CEU hoje conhecido iniciou em São Paulo, então nada melhor do que buscar elementos que ajudem a elucidar quando, onde e como foi delineado. Na revisão de literatura realizada para compreender esta proposta arquitetônica, destaca-se a dissertação de mestrado de Wilderom (2014), que relata em sua pesquisa que:

A produção de equipamentos públicos educacionais é estudada desde 1935, a partir da criação do Departamento de Cultura e dos parques Infantis instalados nos bairros operários, chegando até os dias atuais, com 45 CEUs em funcionamento na periferia de São Paulo.

Os projetos envolvendo a produção de equipamentos públicos que possibilitam o fácil acesso da população periférica não é uma preocupação dos gestores da atualidade. São anseios antigos cuja continuidade sempre dependeu da vontade política de cada nova gestão.

Inicia-se falando da construção de escolas como política pública e a análise histórica mostra que desde a Proclamação da República há uma busca pela organização do sistema educacional brasileiro, de forma a sanar os *déficits* com a relação à oferta de vagas, através da construção de prédios escolares. O poder público daquela época tinha dificuldades, pois operava com precariedade na construção dos prédios escolares. A Constituição republicana não estabelecia critérios claros de como deveria ser estruturado o sistema educacional e, a partir daí, o governo do Estado de São Paulo tentou buscar soluções para sanar o *déficit* de vagas.

Ao longo da história do estado de São Paulo, foram sendo criadas leis, códigos e comissões que pudessem organizar a forma como o estado iria ofertar o ensino público. A partir do estudo de Silva (2012, p. 33), pode-se entender o processo histórico do desenvolvimento populacional da época: “Ocorre um crescimento descontrolado na cidade de São Paulo. Sua paisagem é modificada e muitos problemas de infraestrutura aparecem”.

Em 1933, foi criado o Código de Educação com o objetivo de unificar a legislação escolar. Os primeiros equipamentos públicos que se preocupavam em democratizar a cultura e o lazer, em São Paulo, surgiram em 1935 no governo de Fábio Prado, pois, para Silva (2014,

p. 39), “sua gestão muito elogiada na época (e até os dias de hoje) foi marcada pela ‘visão moderna e a sensibilidade pessoal para as questões sociais e culturais’”.

Paulo Duarte foi nomeado por Fábio Prado como chefe de Gabinete. Paulo Duarte nutria o sonho, junto com outros intelectuais, desde o final da década de 1920, da criação de um Departamento de Cultura para o município de São Paulo. O Departamento de Cultura do Município de São Paulo foi criado a partir do sonho dos vários intelectuais da época, incluindo Mario de Andrade. À frente do Departamento de Cultura, Mario de Andrade realizou uma viagem pelo Brasil para conhecer a cultura brasileira, pois, segundo Silva (2012 p. 36), “quando diretor do Departamento de Cultura irá desenvolver várias ações voltadas para a cultura da infância, para a cultura popular brasileira e para a brasilidade, fundamentos no tempo livre do ócio criador”.

Antes mesmo de assumir o Departamento de Cultura, os intelectuais – entre eles, Mario de Andrade – se posicionavam contra as ideias de Vargas do “Estado Novo”. A Era Vargas considerava muito a organização e racionalização do trabalho para a formação da classe trabalhadora, usando a mão de obra dos imigrantes, acreditando que a industrialização brasileira era o único caminho para o desenvolvimento.

Mario de Andrade contesta esse pensamento, através de suas obras, como a “Divina Preguiça” e “Macunaíma”, criticando as ideias do governo. As ações governamentais não levavam em consideração o lazer e a cultura, e Mario de Andrade defendia o ócio produtivo, porque não só de trabalho se vive. Entendia a cultura e o lazer como parte da formação do sujeito, pois, da forma como era posto pelo governo, as pessoas não fariam outra coisa senão trabalhar: “o trabalho dignifica o homem”.

O contexto político em que nasce o Departamento de Cultura foi imprescindível para sua criação, pois sua constituição recebeu influências modernistas, das ideias do movimento da “Escola Nova”, influências essas de conceito democrático. O Departamento de Cultura teve sua fase embrionária como um prolongamento da Universidade de São Paulo. Sua criação data de maio de 1935. A partir dos estudos de Silva (2014 p. 25), pode-se afirmar que “a criação dos Parques Infantis é um marco na história da educação”.

À frente do Departamento de Cultura, Mario de Andrade cria os Parques Infantis (PIS), a primeira iniciativa de atendimento para os filhos dos operários. Nos Parques Infantis era ofertado o direito de brincar, o direito de ser criança e eram oferecidas atividades culturais não só para as crianças, mas também para a família. Foi o primeiro equipamento público que não só prestava serviços, mas propiciava a relação social com a cidade, pois já havia a exclusão geográfica das periferias, a desigualdade socioterritorial. Os Parques Infantis foram,

até 1943, o único serviço educacional oferecido pelo município, sendo que foram inaugurados em 1935.

Mas devido ao pragmatismo político que se refletiu na diminuição do tempo e dos investimentos, a falta de intersetorialidade em suas ações nunca possibilitou a continuidade dos projetos bem sucedidos, como o de Mario de Andrade. A descontinuidade não permitiu o avanço para melhorar o plano educacional para enfrentar as demandas locais, como a chegada dos imigrantes europeus. Governo após governo, foram sendo criados mecanismos para superar o *déficit* de vagas, mas sem sucesso. Wilderom (2014, p. 50) aborda a forma de organização: “A organização de um código, a instituição de uma comissão empenhada em diagnosticar e planejar a ação, são medidas que se mostrarão fundamentais para o avanço da Rede Pública Estadual ao longo da história”.

Entre 1943 e 1954, o estado de São Paulo faz Convênio Escolar com o município e cria o Fundo Estadual de Construções Escolares (FECE), mas ainda não havia sido criada uma comissão que o colocaria em funcionamento. A Comissão Executiva foi criada somente em 1949, surgindo, assim, a Comissão Executiva do Convênio Escolar, posteriormente Comissão de Construções Escolares. Surge a rede pública municipal de ensino, que teve sua origem na Comissão de Construções Escolares, e a partir daí, os governos começam a criar outros métodos de trabalho para o desenvolvimento da rede escolar municipal.

Cria-se, a partir do FECE (1943-1959), um grupo de trabalho que buscava organizar as demandas a partir do mapeamento das necessidades, uniformizando as licitações e criando programas arquitetônicos com o objetivo de diminuir custos. O FECE estava diretamente ligado à Secretaria Estadual de Educação. Até aquele momento havia numerosas classes, mas funcionavam isoladamente e de forma precária.

Tanto a rede de ensino estadual quanto a municipal funcionavam de maneira precária, mas a partir de 1956 ambas começam a se reestruturar. Em 1960, a partir dos relatórios do Fundo Estadual de Construções Escolares, fez-se um diagnóstico da situação da rede estadual de ensino, atestando que 60% das escolas funcionavam em galpões de madeira. Constatou-se, então, a necessidade da administração organizar-se de forma que pudesse traçar metas e definir programas para avançar na expansão da rede escolar. O FECE dá início a uma série de padronizações nos projetos construtivos que visavam aperfeiçoar a realização.

Diante das dificuldades de expansão da rede escolar, o estado foi criando departamentos especializados para realizar as demandas. Foi organizado um Plano do Governo Estadual que reuniu um grupo multidisciplinar, muitos oriundos da Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais – do Padre Lebet. A

expansão da rede escolar a partir da construção de prédios escolares sempre esteve em busca de acabar com o *déficit* de vagas, tendo como pano de fundo a criação de decretos, leis – Lei Federal n.º 5.692, Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1971 – e convênios.

Os projetos desenvolvidos pela Comissão de Construções Escolares eram de tamanha relevância que foram publicados em periódicos e em revistas de engenharia, assim como os artigos de seus membros da comissão executiva. Segundo Wilderom (2014, p. 63), “por mais que os Grupos Escolares tenham sido sistematicamente implantados pelo Governo do Estado, o número de vagas não conseguia acompanhar o crescimento populacional e o aumento pela demanda”.

Na pesquisa realizada fica claro que a criação de departamentos a partir de planos de ação dos governos, convênios, leis e decretos possibilitou que esses profissionais pudessem, ao longo de suas carreiras como funcionários públicos, acumular experiência na construção de prédios escolares. Dependendo do contexto político, a descontinuidade dos projetos e programas após cada mandato sempre foi uma preocupação do servidor público, pois as ações sempre foram definidas a partir da ideologia política do governo vigente, preocupação essa registrada nos periódicos e revistas de engenharia que publicavam artigos desses funcionários. O *déficit* de vagas e a desproporção da construção de prédios escolares sempre foram tratados como meta, mas a forma como cada governo tratava nunca foram ações a longo prazo, e sim, soluções imediatas que acabaram por beneficiar algumas regiões mais que outras.

Em 1990, foi criado o Centro de Desenvolvimento de Equipamentos Urbanos e Comunitários (CEDEC), coordenado por Mayumi Watanabe de Souza Lima, arquiteta responsável por estruturar este departamento. O CEDEC foi criado durante a gestão do Governo de Luíza Erundina. A arquiteta Mayumi foi um exemplo de funcionária com grande experiência por coordenar diferentes departamentos na esfera federal, estadual e municipal, o que resultou no acúmulo de experiência para a arquitetura escolar como intervenção urbana.

Mas, afinal de contas, como surgiu o projeto das Praças CEUs? De acordo com os documentos analisados por Silva (2014) para sua tese de doutorado, o projeto das chamadas Praça CEU iniciaram no governo municipal de São Paulo, pela então prefeita Marta Suplicy, entre 2001 e 2004. Naquele contexto político, fazia parte de seu plano de governo o Programa CEU – Centro Educacional Unificado. No período de 2000 a 2004 foram construídos 21 CEUs. Devido ao sucesso, a continuidade do projeto foi garantida no governo de José Serra e Gilberto Kassab, seu sucessor, sendo construídos mais 24 CEUs.

O contexto político e a construção de políticas públicas que viabilizassem a implantação do CEU, segundo Oliveira (2017, p. 36), só foi possível porque o governo de

Luiza Erundina (1989-1992) realizou a descentralização administrativa, possibilitando assim “o fortalecimento das Administrações Regionais, por meio das quais se tornou possível à entrada do tema periferia na agenda das políticas públicas”.

Os bairros onde foram construídos os CEUs, no governo de Marta Suplicy, foram escolhidos a partir de mapeamento feito sobre as condições sociais dos locais: bairros da periferia, os territórios de alta vulnerabilidade social. A pesquisa de Wilderom (2014, p. 20) demonstra que “os CEUs representariam então, uma versão contemporânea que agruparia esses equipamentos dentro de um mesmo lote/conceito”.

Paulo Freire foi secretário de educação no mandato de Luiza Erundina, e já tinha a ideia de criar equipamentos públicos que chamava de Praças de Equipamentos Integrados, ou Praças de Equipamentos Sociais. O CEU traz o conceito dos Parques Infantis (PIS) de Mario de Andrade, com sua função educativa, recreativa e cultural, e o conceito de Paulo Freire de Praças de Equipamentos Integrados ou Praças de Equipamentos Sociais agrupa, também, o conceito de biblioteca, parque infantil, centro comunitário e grupo escolar. Sua concepção surge da experiência dos departamentos e órgãos públicos que realizam as construções escolares como a Comissão do Convênio Escolar e o Departamento Municipal de Edificações Públicas (EDIF). A experiência extraordinária dos funcionários contribuiu com a formulação do Programa Centro Educacional Unificado como cita Oliveira (2017, p. 37):

A partir de entrevista que realizou em 2015 com os arquitetos e funcionários públicos Alexandre Delijaicov, André Takia e Wanderley Ariza – que pautaram, principalmente, nas realizações do educador Anísio Teixeira, com seu projeto pedagógico para a escola parque (1959), na Bahia (com projeto arquitetônico de Hélio Queiroz Duarte e Diógenes Rebouças), e na experiência acumulada do próprio Departamento, fundado em 1949.

E qual o seu contexto social? A partir da identificação do problema da falta de acesso da população periférica a serviços públicos, como transporte, atendimento médico, atividades culturais e espaços de recreação para as crianças, a gestão pública iniciou a árdua tarefa de tornar o projeto arquitetônico em uma política pública, pois pensava a cidade através da educação. Como aborda Rodrigues (2018, p. 48), “o Executivo defendia uma política de educação para a cidade de São Paulo baseando-se num movimento no sentido de transformá-la em uma Cidade Educadora”.

A educação inclusiva social embasou o Programa Centro Educacional Unificado (CEU) e sua estruturação ocorreu a partir de estudos com base em diversos documentos, como leis e diretrizes, para formular a educação inclusiva da Prefeitura Municipal de São Paulo. A

execução do Programa do Centro Educacional Unificado demandou um trabalho em conjunto de diferentes secretarias municipais, pois envolvia diferentes políticas públicas inclusive realocação de investimentos para a realização do projeto. Os edifícios educacionais incluíam o ensino, então a verba da educação passa a financiar melhorias na infraestrutura urbana e programas sociais, possibilitando aos moradores o acesso a equipamentos públicos construídos no bairro que disponibilizam espaços de convivência e acesso à cultura, como teatro, bibliotecas e espaço de lazer, como os *playgrounds*.

Diante dos problemas que o município de São Paulo enfrentava, como o *déficit* de vagas e a garantia de recursos para a construção de novas unidades, a manutenção e a conservação dos edifícios escolares do Programa CEU tinham um custo muito alto. No decorrer da história da educação, o pragmatismo dos governos nunca possibilitou o financiamento de equipamentos públicos como praças, quadras de esporte e *playgrounds*, que não são considerados parte da educação.

Na maioria das gestões, os equipamentos – como os idealizados por Paulo Freire e Mario de Andrade – não são prioridade na agenda do poder público, por serem considerados complementares. Por isso, no governo de Marta Suplicy o projeto arquitetônico das Praças CEU foi constituído como edifício educacional, o que possibilitou a construção das bibliotecas, salas de multiuso, cinema, quadras de esporte e *playgrounds*, pois não há recurso específico para este tipo de equipamento público.

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, segundo Rodrigues (2018, p. 19), em sua dissertação, se ancorou em três diretrizes: a qualidade social da educação, a democratização da gestão e a democratização do acesso e permanência. As diretrizes educacionais apresentadas já haviam sido desenvolvidas por Paulo Freire quando foi Secretário de Educação da Prefeitura de São Paulo.

Como o projeto da Praça CEU chegou a Sapucaia do Sul? Para entender a idealização e execução deste projeto arquitetônico em âmbito municipal foi necessário compreender algumas ações em termos de legislação para a realocação de recursos públicos que embasaram e possibilitaram sua criação.

Diferente dos construídos no governo da ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy, em Sapucaia do Sul surgiram a partir de iniciativa do Governo Federal. Só no Rio Grande do Sul foram construídas 20 Praças CEU, diferenciadas do projeto executado no município de São Paulo por não incluírem edifícios educacionais e pelas dimensões menores.

A construção das Praças CEU, no Brasil, ocorreu na segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) II. Foram disponibilizados diversos modelos de

equipamentos e edificações aos municípios, como os de 700 m², 3.000 m³ e 7.000 m², de acordo com o tamanho da área onde seriam construídas. Os valores disponibilizados eram de acordo com o projeto enviado, e Sapucaia do Sul baseou sua proposição na infraestrutura de 3.000 m².

A segunda fase do PAC corresponde à diminuição das desigualdades sociais ocasionadas pela falta de acesso da periferia aos serviços públicos. A partir do envio do projeto e sua justificativa, cabia aos municípios ceder o espaço físico para a construção. Dentre as determinações, exigia-se como contrapartida, além da disponibilização do espaço físico, um plano de trabalho no qual constasse o envolvimento das secretarias do município.

Segundo o Ministério da Economia, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tinha como objetivo representar um novo modelo de planejamento, gestão e execução de investimento do dinheiro público. Sua criação visava aumentar o ritmo de crescimento da economia através de obras de infraestrutura de portos, rodovias, aeroportos, redes de esgoto, geração de energia, hidrovias, ferrovias etc. Além de buscar a modernização da infraestrutura do país, também pretendia tornar-se instrumento de inclusão social e de redução das desigualdades regionais, pois suas ações e obras solicitaram mão de obra regional, trazendo trabalho e renda para a localidade onde estavam desenvolvendo alguma obra relacionada ao programa.

As instituições interessadas deveriam orientar-se a partir do Manual de Instruções para Contratação e Execução das Praças CEU. A instituição do PAC ocorreu através da Lei n.º 12.309, de 9 de agosto de 2010, sendo que se baseou no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal e na Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, regendo as diretrizes orçamentárias da União para 2011. Segundo o artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, seção II referente aos orçamentos, são as leis de iniciativa do Poder Executivo do Governo Federal que estabelecem o plano plurianual, diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

Pode-se constatar que as Praças CEU, dentro de uma análise histórica de sua concepção, tiveram diferentes nomes. No município de São Paulo chamavam-se de Centros Educacionais Unificados – CEU, já o Governo Federal as denominava de Praças PEC – Praça dos Esportes e da Cultura e Praças do PAC. Em 2013, o Programa foi rebatizado de CEU – Centro Artes e Esportes Unificados. Um dos desafios dos municípios era a gestão compartilhada entre diferentes secretarias municipais, e a parceria com a União ocorreu por meio do financiamento da execução das obras e instalação dos equipamentos.

Segundo documento elaborado pelo Governo Federal (cartilha) sobre o conceito de equipamento (2013, p. 1), as obras das Praças CEUs é:

O projeto resultante tem como perspectiva a consolidação de um equipamento de combate às desigualdades socioespaciais urbanas e promoção do desenvolvimento territorial, para ser implementado em escala significativa em todo o país, abrigando as políticas setoriais de inclusão social executadas por estes ministérios em articulação com os entes federados.

A idealização e construção do CEU – Centro Educacional Unificado pelo Partido dos Trabalhadores, em São Paulo, e alguns anos depois na dimensão federal, foi a concretização da implantação da Praça CEU, que ocorreu em território nacional por ser uma proposta característica de um governo democrático. A partir da análise de documentos do governo federal a respeito da constituição das Praças CEU no Brasil, pode-se observar o envolvimento de diferentes ministérios e órgãos públicos na sua idealização e implementação, possibilitando a aplicação de inúmeras políticas públicas, através de leis e decretos. As Praças CEUs implantadas em território nacional diferenciam-se das implantadas no município de São Paulo devido às suas dimensões estruturais, sendo que os novos projetos não são mais Centro Educacional Unificado, ou seja, não há a inclusão de escola no conjunto arquitetônico.

Os documentos utilizados como fonte da pesquisa descrevem as Praças CEU como equipamento público de inclusão social, uma forma de integrar as políticas públicas e de gestão compartilhada, exigindo da administração pública municipal envolvimento intersetorial, o qual permite o trabalho em rede, facilitando o acesso da comunidade do entorno às políticas públicas. Nos Programas e ações de governo de Marta estava claro a intenção da implantação do CEU como uma política educacional que visava transformar São Paulo em uma Cidade Educadora, mas no caso de Sapucaia do Sul o fato do CEU ter sido implantado em seu território a torna uma cidade educadora?

A administração pública municipal da cidade de Sapucaia do Sul, desde que assumiu o compromisso com o projeto da Praça CEU, busca promover e integrar os diferentes setores para que suas ações se complementem. O compromisso com a gestão compartilhada da Praça CEU propiciou a criação de conselho gestor formado por um membro de cada secretaria municipal e sociedade civil. São organizadas reuniões periódicas em que os representantes possam conhecer as atividades desenvolvidas no município em um mesmo espaço, a Praça CEU.

A articulação em torno da Praça e as atividades propostas podem se caracterizar como uma ação de Cidade Educadora? Sapucaia do Sul tem consciência de que pode ser uma possível Cidade Educadora? Ou será que essa consciência deverá, ainda, ser construída? Pois bem, desde o começo do trabalho na coordenação e execução das atividades de Educação

Ambiental na Praça CEU, estavam presentes as indagações a respeito das Cidades Educadoras. Sapucaia do Sul faz parte da associação das Cidades Educadoras? As ações de Educação Ambiental na área da Praça CEU, sempre foram divulgadas nas mídias sociais e para o departamento de comunicação da prefeitura de Sapucaia do Sul.

As ações também eram divulgadas nas redes de educação ambiental que o município participava, área de abrangência do Comitesinos e do Pró-Sinos. A Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos é composta por 32 municípios. É habitual as reuniões mensais das redes ocorrerem em um município diferente a cada mês, e cabe ao município anfitrião fazer um relato de experiência para os demais participantes.

Esta visibilidade proporcionou a divulgação do trabalho e o apoio de novas parcerias. O olhar de quem está de fora do processo é uma das formas de avaliação das ações. A partir do olhar dos parceiros surgiram os questionamentos sobre a definição de uma Cidade Educadora.

Para compreender a Praça CEU de Sapucaia do Sul na perspectiva de uma Cidade Educadora, foi necessário entender quais as definições de uma Cidade Educadora e quem a define. A intencionalidade é o suficiente para tornar Sapucaia do Sul uma Cidade Educadora? Para entender a origem deste conceito foi preciso voltar no tempo, mais precisamente à década de 1970. O conceito de cidade educadora é proposto em 1972 por Edgar Fauré (e outros) na obra coletiva “Aprender a ser”. Na época, todos os autores eram membros da Comissão Internacional para o Desenvolvimento da Educação.

Os membros da Comissão Internacional faziam parte da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), uma agência da Organização das Nações Unidas (ONU). Cabe à UNESCO desenvolver ações voltadas para a educação de qualidade. Edgar Fauré (França) era o presidente da Comissão Internacional e junto com os demais membros Felipe Herrera (Chile), Abdul-Razzak Kaddoura (Síria), Henri Lopes (República Popular do Congo), Arthur V. Pétrovski (U.R.S.S.), Majid Rahnema (Irã) e Frederick Champion Ward (E.U. A.) criaram a obra “Aprender a ser”.

Edgar Fauré como presidente da Comissão Internacional e seus membros redigiram um relatório, a fim de contribuir para o progresso da educação no mundo. A obra “Aprender a ser” é composta por quatro postulados. Segue a descrição dos quatro postulados, segundo Edgar Fauré (1972):

O primeiro, que constitui a própria justificação da tarefa empreendida, é o da existência duma comunidade internacional que, sob a diversidade de nações e de culturas, das opções políticas e dos níveis de desenvolvimento, se exprime pela

unidade de aspirações, de problemas e de tendências e pela convergência para o mesmo destino. O seu corolário é, para além das divergências e dos conflitos transitórios, a solidariedade fundamental dos governos e dos povos.

O segundo é a crença na democracia concebida como o direito de cada homem se realizar plenamente e de participar na edificação do seu próprio futuro. A chave duma democracia assim concebida é a educação, não só amplamente ministrada, mas também repensada tanto nos seus objectivos como nos seus processos.

Constitui o terceiro postulado o desenvolvimento que tem por objetivo a expansão integral do homem em toda a sua riqueza e na complexidade das suas expressões e compromissos: indivíduo, membro de uma família e uma colectividade, cidadão e produtor, inventor de técnicas e criador de sonhos.

O nosso último postulado é o de que a educação para formar este homem completo, cujo advento se torna mais necessário à medida que coações sempre mais duras separam e atomizam cada ser, terá de ser global e permanente. Trata-se de não mais adquirir, de maneira exacta, conhecimentos definitivos, mas de se preparar para elaborar, ao longo de toda a vida, um saber em constante evolução e de 'aprender a ser'.

Os quatro postulados foram redigidos em forma de relatório para o diretor-geral da UNESCO, René Maheu. Ao escrever para o diretor-geral, Edgar Fauré faz um balanço crítico, sob a perspectiva do desenvolvimento da educação mundial. Desde então, o conceito de Cidade Educadora vem sendo discutido por pesquisadores de diferentes países. Segundo Bellot (2013, p. 19), em 1989, a câmara municipal de Barcelona apresentou o conceito de cidade educadora, e em 1990, nasceu o movimento das Cidades Educadoras a partir da realização do I Congresso Internacional de Cidades Educadoras.

Este congresso possibilitou que os participantes criassem princípios direcionados ao desenvolvimento, de todos, surgindo assim a Carta das Cidades Educadoras que se tornou referência para as cidades que pretendem tornarem-se educadoras. Ao longo dos anos, ocorreram correções e ajustes na Carta das Cidades Educadoras, possibilitando que a proposta de cidade educadora possa atingir todos os habitantes e não apenas uma parcela da população.

A Carta das Cidades Educadoras foi baseada em diversos documentos internacionais para a redação de seus princípios, documentos estes que trouxeram para o debate direitos fundamentais que devem ser respeitados por todas as nações. A Carta das Cidades Educadoras baseou-se na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), no Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966), na Declaração Mundial da Educação para Todos (1990), na Convenção nascida da Cimeira Mundial para a Infância (1990) e na Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (2001).

A partir dos princípios da Carta das Cidades Educadoras, surgem alguns questionamentos. O projeto da Praça CEU, em Sapucaia do Sul, se caracteriza como um espaço/território educativo? A forma como foi implementada inclui os princípios de uma cidade educadora?

A implantação do projeto CEU em Sapucaia do Sul foi o resultado do esforço da administração pública municipal em envolver diferentes secretarias para um trabalho interdisciplinar, objetivando o enfrentamento da violência urbana através de diversas ações desenvolvidas pelos órgãos municipais em um mesmo local, fazendo uso do espaço multifuncional instalado dentro da comunidade. O projeto da Praça CEU foi pensado e planejado para ser implantado no Bairro Vargas por tratar-se de uma grande periferia de alta vulnerabilidade social, um espaço de convivência pública que beneficiou em torno de dez mil famílias, um empreendimento que mudou a fisionomia do Bairro Vargas.

A gestão da Praça CEU é compartilhada, um desafio para a gestão pública. No decorrer da caminhada, foi possível aprender a lidar com o novo modelo de gerenciamento de projeto, pois nunca antes havíamos participado de um empreendimento arquitetônico que demandasse não apenas recursos financeiros, mas uma obra que demandou esforço de todos os funcionários envolvidos.

Os desafios profissionais na Educação Ambiental sempre fizeram parte, e sem eles jamais haveria quebra de paradigma. Em um dado momento, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente recebeu a tarefa de desenvolver as atividades de Educação Ambiental do Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) – Drenagem Urbana do Arroio José Joaquim – Fase I e II⁷², PTTS – Loteamento Colina Verde e PTTS – Obras da Praça CEU - Centro de Arte e Esporte Unificado, chamado de Praça CEU, projeto ainda em desenvolvimento.

O planejamento intersetorial fora realizado anteriormente, mas este planejamento não era consciente, pois, devido à demanda de trabalho, os prazos para entrega dos relatórios do PTTS eram sempre apertados. Foi o distanciamento do *locus* da pesquisa que tornou possível perceber o quanto é importante não apenas realizar as atividades que para nós eram comuns, mas colocá-las no papel sob a ótica da epistemologia. Como refere Passos (2017, p. 22): “Podemos entender a intersetorialidade como uma ação potencializadora da articulação intencional dos saberes e das práticas pelos atores sociais envolvidos na implementação de uma determinada política”.

Em 2008, iniciamos a participação no Programa Permanente de Educação Ambiental do Comitê Sinos através do Projeto Peixe Dourado, e em 2015, da rede de Educação Ambiental do Consórcio Pró-Sinos como interlocutores, representando o município de Sapucaia do Sul. Estas iniciativas articuladas em redes em torno dos princípios da educação ambiental no âmbito do planejamento a partir da bacia hidrográfica possibilitava a

⁷² Obra de canalização a céu aberto, de parte, do arroio José Joaquim com revestimento das margens.

compreensão da Bacia Hidrográfica do rio dos Sinos como um todo, pois as ações de forma isolada não eram capazes de mobilizar as pessoas, mas ainda não havíamos realizado dentro do município esta articulação.

A partir dos PTTs, pôde-se exercitar a capacidade de articulação intersetorial, como refere a Associação Internacional das Cidades Educadoras (2019):

Na Cidade Educadora, o arranjo das políticas deve transcender a lógica setorializada da gestão pública, assumindo a intersetorialidade como premissa norteadora das ações e instrumento estratégico de articulação entre instituições, pessoas e saberes. Fundamentada pela descentralização, a intersetorialidade emerge como oportunidade para que, nos territórios, a gestão de políticas e serviços esteja mais próxima daqueles a quem se destinam, bem como de seus mecanismos de controle social.

Buscando trazer os problemas socioambientais locais à luz do debate nos articulamos localmente. Em 2015, iniciamos o planejamento, em conjunto, das atividades de Educação Ambiental entre diferentes setores do município que desenvolviam ações em prol do meio ambiente. Em um dado momento, percebemos que poderíamos nos articular com outros setores que tinham o mesmo objetivo – a promoção da educação ambiental –, pois competíamos uns com os outros. Iniciamos a parceria intersetorial entre Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Parque Zoológico e Secretaria Municipal de Educação com o intuito de ampliar a rede de parceiros para melhorar as ações através desta articulação, pois de acordo com a AICE (2019): “A lógica setorial e fragmentada da gestão pública, reduzindo o paradigma da Cidade Educadora a ações isoladas, que expiram com o fim dos mandatos”.

A pesquisadora trabalha há 20 anos em Sapucaia do Sul, doze deles dedicados à Educação Ambiental na Secretaria Municipal de Meio Ambiente. O fato de estar em um mesmo setor há 12 anos não é obra do acaso, mas um pensamento que entende a necessidade de continuidade dos projetos mesmo ao fim de um mandato. A cada nova gestão eram nomeados novos coordenadores dos projetos, o que causa um grande desgaste físico e desperdício de recursos, pois todo o investimento que a gestão pública realiza acaba perdendo-se por questões políticas.

É bem comum na administração pública o desconhecimento do que cada um desenvolve em seu setor. Isto ocorre com as pessoas trabalhando na mesma secretaria e muito mais, quando são de secretarias diferentes. A articulação entre colegas de secretaria é difícil, e não fica mais fácil se a cada quatro anos mudar o coordenador do projeto. Cada um faz o seu trabalho sem procurar conhecer o que os demais colegas fazem. Cada um desenvolvia seu

trabalho, não ocorrendo diálogo e troca entre os projetos, o que ocasionava equívocos e sobreposição de tarefas.

Na Secretaria Municipal de Meio Ambiente não era diferente. Trabalhávamos sozinhos e muitas vezes sem recursos, até percebermos o quanto poderíamos nos tornar bem sucedidos se trabalhássemos em redes e não mais fragmentar as atividades de Educação Ambiental no município. Todas as atividades que planejamos, procurávamos ancorá-las em políticas públicas e ações globais, trazendo-as para a realidade local do território sapucaense. À medida que fomos assumindo responsabilidades na elaboração e execução dos projetos, cada vez mais sentíamos a necessidade de tornar realidade a articulação entre os diferentes setores, pois parecia que éramos concorrentes, ao passo que a educação ambiental é coletividade, e não individualidade, até porque tínhamos o objetivo de estimular a consciência ambiental dos sapucaenses.

A partir da articulação da educação ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação e do Parque Zoológico, fizemos o planejamento anual de nossas atividades. Esta forma de organização possibilitou uma maior abrangência de nossas atividades, pois cada um de nós trouxe para o grupo a experiência e seus contatos das redes de educação ambiental de que fazíamos parte. E assim criamos o grupo gestor composto por Secretaria Municipal de Educação, Parque Zoológico e Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Segundo Dresch (2016, p. 51), “a secretaria de educação não pode assumir sozinha a educação. Ela deve contar com todas as demais secretarias da administração municipal, numa lógica de trabalhar todos os espaços da cidade com potencial educativos”.

O planejamento integrado possibilitou a consolidação da rede de educação ambiental, de âmbito municipal, pois de quatro participações nos encontros, passou-se a ter coro de vinte e quatro professores. Desde então, promoveu-se a formação continuada de professores e estudantes em Educação Ambiental. Na rede municipal de Educadores Ambientais são fomentadas a participação de programas, a criação de projetos e a formação continuada, e uma vez por mês são dedicadas de quatro a oito horas de capacitação. O projeto tinha como objetivo valorizar os trabalhos desenvolvidos nas escolas, propiciar momentos de interação, socialização e intercâmbio de experiências entre os participantes. O trabalho em rede possibilita potencializar as iniciativas locais na área da educação ambiental.

Iniciou-se a formação explicando o projeto Coletivo Educador de Sapucaia do Sul. A partir daquele momento, através da parceria com a SMED, tínhamos a garantia de que os professores participantes do Coletivo Educador teriam no mínimo quatro horas para

dedicarem-se à elaboração e execução de projetos voltados para a educação ambiental. Estes professores, a partir daquele momento, tornaram-se professores referência em educação ambiental em suas respectivas escolas.

Um dos objetivos, quando iniciado o planejamento integrado, foi ampliar a participação dos professores das escolas municipais e estaduais na formação continuada do Coletivo Educador, mas também, difundir conhecimentos sobre o território sob a ótica da proteção dos recursos hídricos e a manutenção da quantidade/qualidade das águas disponíveis no território de Sapucaia do Sul, tendo como unidade de planejamento parte da microbacia do arroio José Joaquim.

A Praça CEU, como política federal implementada no âmbito do município de Sapucaia do Sul e na perspectiva da construção dos Interlocutores Ambientais, pode ser considerada uma atividade que colaboraria para caracterizar uma Cidade Educadora? A Carta das Cidades Educadoras (anexo E) apresenta 20 princípios norteadores que estão organizados em três eixos. A estrutura foi organizada da seguinte maneira: I - o direito a uma cidade educadora; II - o compromisso da cidade; e III - ao serviço integral das pessoas. A partir da análise dos 20 princípios da Carta das Cidades Educadoras, procurou-se identificar quais dos princípios possam estar sendo cumpridos total ou parcialmente em Sapucaia do Sul.

Os eixos II e III foram selecionados por conterem os princípios que o município de Sapucaia do Sul cumpre total ou parcialmente. No eixo II “O compromisso da cidade”, o princípio 9 propõe que: “Deverá estimular, ao mesmo, a participação cidadã no projeto coletivo a partir das instituições e organizações civis e sociais, tendo em conta as iniciativas privadas e outros modos de participação espontânea”.

A cidade de Sapucaia do Sul vem sendo redesenhada através da criação de espaços e equipamentos públicos com o intuito de oferecer opções para as comunidades de periferia. Pode-se exemplificar na implementação das academias ao ar livre, da Praça da Juventude e da Praça CEU. O projeto arquitetônico da dimensão da Praça CEU ainda não havia sido implementado, embora estas ações estejam incluídas no eixo II “O compromisso da cidade”.

O princípio 10 propõe que: “O governo municipal deverá dotar a cidade de espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os seus habitantes, prestando uma atenção especial à infância e à juventude”.

A Praça CEU foi implementada na vila Vargas, tendo como objetivo principal resolver as desigualdades sociais. Através do envio de projetos para captar recursos de políticas públicas federais, a administração pública vem empenhando-se e qualificando a equipe

técnica para aperfeiçoar as intervenções urbanas para que possam melhorar a qualidade de vida na cidade.

No eixo II “O compromisso da cidade”, o princípio 11 propõe que:

As intervenções destinadas a resolver desigualdades podem adquirir formas múltiplas, mas deverão partir duma visão global da pessoa, dum parâmetro configurado pelos interesses de cada uma destas e pelo conjunto de direitos que a todos assistem. Toda a intervenção significativa deve garantir a coordenação entre as administrações envolvidas e seus serviços. É preciso, igualmente, encorajar a colaboração das administrações com a sociedade civil livre e democraticamente organizada em instituições do chamado sector terciário, organizações não governamentais e associações análogas.

A gestão municipal estimula a participação através do associativismo de catadores de materiais recicláveis em cooperativas, do incentivo da criação e execução de hortas comunitárias próximas às Unidades Básicas de Saúde (UBS) em áreas carentes e o desenvolvimento de incubadora nas regiões periféricas, auxiliando na compra de mudas de hortaliças, chás e tempero e na assistência técnica para o desenvolvimento e continuidade das atividades. Ao estimular a comunidade a participar das iniciativas, promove-se a participação e a corresponsabilidade, pois a construção de uma sociedade mais justa e igualitária também depende da participação da população. A participação nas decisões é nossa responsabilidade cívica, não com o objetivo de usufruir das políticas públicas, mas de analisar as intervenções que vêm sendo propostas para a comunidade.

No eixo III “Ao serviço integral das pessoas”, o princípio 18 propõe que:

A cidade deverá estimular o associativismo enquanto modo de participação e corresponsabilidade cívica com o objectivo de analisar as intervenções para o serviço da comunidade e de obter e difundir a informação, os materiais e as ideias, permitindo o desenvolvimento social, moral e cultural das pessoas. Por seu lado, deverá contribuir na formação para a participação nos processos de tomada de decisões, de planeamento e gestão que exige a vida associativa.

Ainda há muito que caminhar, mas com certeza, ao longo dos anos, ocorreram mudanças na forma de administrar a cidade. Quem trabalha em Sapucaia do Sul há mais de dez anos pode perceber as mudanças na maneira como a administração vem tratando os problemas da cidade.

O Projeto da Praça CEU trouxe ao município o desafio de proporcionar e promover a articulação entre as secretarias municipais. A administração pública municipal, desde que assumiu o compromisso com o projeto, buscou promover e integrar os diferentes setores para

que suas ações se complementem. O compromisso com a gestão compartilhada propiciou a criação de conselho gestor formado pelos diferentes setores das secretarias municipais.

São organizadas reuniões periódicas em que os setores possam conhecer as diferentes atividades desenvolvidas no município em um mesmo espaço, a Praça CEU. São promovidas oficinas dos mais diferentes assuntos, serviços sociais oferecidos pelo CRAS, como cadastro dos moradores nos Programas Sociais do Governo Federal. Também são promovidas atividades culturais, como internada, capoeira e festas alusivas a datas comemorativas como festa junina, carreteiro e churrasco na semana Farroupilha.

Mas a partir desta iniciativa pode-se definir Sapucaia do Sul como uma Cidade Educadora?

As atividades de Educação Ambiental em parceria entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Educação agregaram o projeto Coletivo Educador⁷³ e seus Interlocutores Ambientais⁷⁴ como uma estratégia de integrar a escola e o território através de ações de educação ambiental. Compreender a Educação Ambiental a partir dos múltiplos olhares e de seu caráter coletivo requer a articulação entre os diferentes atores locais. As escolas são estratégicas na promoção da Educação Ambiental, tornando professores e estudantes multiplicadores de conhecimento. Segundo a AICE (2019), “a Cidade Educadora exige a criação de mecanismos e estratégias capazes de contemplar as diferentes vozes que compõem o território”.

Ouvir as necessidades dos educadores ambientais tornou-se cada vez mais constante, pois não era apenas o que pretendíamos para a Educação Ambiental, mas as necessidades locais e suas particularidades.

A formação continuada realizou-se a partir de diversos projetos coordenados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, através das atividades planejadas no projeto Conhecendo e Divulgando as Águas e Banhados do Meu Município; e a formação continuada organizada para o Coletivo Educador e seus Interlocutores Ambientais, através de Trilha Urbana/Trilha Interpretativa⁷⁵ na área verde da Praça CEU em Sapucaia do Sul. No decorrer de nossas vivências como educadores na área ambiental ficou claro que havia a necessidade de construir o pensamento ambiental e a trilha interpretativa foi escolhida por ser uma

⁷³ De acordo com o Ministério do Meio Ambiente “Coletivos Educadores são conjuntos de instituições que atuam em processos formativos permanentes, participativos, continuados e voltados à totalidade e diversidade de habitantes de um determinado território”.

⁷⁴ Projeto desenvolvido com os estudantes nas escolas a partir do Coletivo Educador.

⁷⁵ As trilhas interpretativas podem ser usadas como meio de interpretação ambiental, visam não somente a transmissão de conhecimento, mas também propiciar atividades que revelam os significados e as características do ambiente por meio de usos dos elementos originais, por experiência direta e por meios ilustrativos, sendo assim, encaixa-se como um instrumento básico de educação ambiental.

ferramenta adequada para o que pretendíamos. O roteiro da trilha interpretativa foi previamente organizado e o objetivo foi observar a diversidade de vegetação no fragmento de mata.

A partir do portal da Cidade Escola/Aprendiz⁷⁶ (2019), é trazido o conceito de Cidade Educadora de Jaume Trilla:

Para além da etapa escolar, como defende Jaume Trilla, é possível aprender na cidade (cidade como espaço onde a aprendizagem ocorre), aprender com a cidade (cidade lida como texto, como emissora constante de aprendizados) e aprender a cidade (cidade como intervenção, passível de transformação, de ação política).

O conceito da cidade como espaço no qual a aprendizagem ocorre refere-se à utilização de locais como o fragmento de mata da Praça CEU para construção do pensamento ambiental, pois este lugar faz parte do cotidiano dos sapucaenses, mas não é visto como meio ambiente, o que é explicado pela Associação Internacional das Cidades Educadoras – AICE (2019) nos seguintes termos: “Assume o território como campo de pesquisa, currículo e lugar de estudo”.

A partir da perspectiva da Cidade Educadora ocorreu a utilização da transposição didática⁷⁷ como ferramenta pedagógica para a disseminação de conhecimentos a respeito da conservação dos recursos naturais e da inclusão do tema ambiental na formação continuada dos Interlocutores Ambientais (professores e estudantes) do município de Sapucaia do Sul.

A formação continuada tinha por objetivo mostrar, inicialmente, para os professores do Coletivo Educador como é rico o território sapucaense e de que forma poderiam trabalhar com os Interlocutores Ambientais. Com a intenção de aprender com a cidade, foram organizando saídas a campo em diferentes lugares em Sapucaia do Sul para que conhecessem os diferentes territórios e as possibilidades de desenvolver atividades de Educação Ambiental com os estudantes.

A pretensão foi contribuir para mudanças nas ações locais dos Interlocutores Ambientais, através da promoção e do estímulo ao conhecimento acerca da realidade social e ambiental do entorno das escolas para que pudessem a partir das formações e desenvolverem

⁷⁶ A Cidade Escola Aprendiz é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que há 22 anos contribui para o desenvolvimento dos sujeitos e suas comunidades por meio da promoção de experiências e políticas públicas orientadas por uma perspectiva integral da educação. Estruturada em programas que atuam em diversas cidades do país, a Cidade Escola Aprendiz pesquisa e desenvolve conteúdos metodológicos, dissemina experiências, realiza formações para gestores, educadores e lideranças sociais, e contribui para a modelagem e implementação de políticas públicas de educação e direitos humanos.

⁷⁷ Instrumento através do qual se transforma o conhecimento científico em conhecimento escolar, para que possa ser ensinado pelos professores e aprendido pelos alunos.

projetos de educação ambiental na comunidade e para a comunidade. Para Franco *et al.* (2015, p. 324):

A educação formal e não formal trabalhadas em conjunto ampliam as aprendizagens ao estabelecer um diálogo entre o mundo vivido, os espaços urbanos e as experiências não escolares, aos processos educativos desencadeados na escola, em consonância com a vida e a organização cultural e espacial da cidade.

Enfatizou-se a participação em várias iniciativas regionais que visavam promover as ações de educação ambiental e estimular os representantes municipais a trabalhar em seus municípios a gestão das águas. O planejamento da educação ambiental ocorre no âmbito territorial, isto porque procura pensar as ações locais tendo como unidade de planejamento a microbacia do arroio José Joaquim. Sua nascente inicia na zona rural, tendo sua foz no rio dos Sinos. A educação ambiental não se faz apenas na zona rural, mas em todos os espaços do território sapucaense. Como define Padilha (2009 p. 8), “trata-se de pensarmos na dimensão ‘rurbana’, ou seja, na interconexão das problemáticas existentes entre a zona rural e a zona urbana, mesmo reconhecendo a existência de especificidades de cada uma delas”.

A Cidade Educadora planeja e organiza suas ações não apenas em parte do território, mas vê a cidade como um todo, pois os problemas sociais e ambientais são interconectados. Quando pensamos na melhoria da qualidade e quantidade da água disponível na bacia não devemos apenas olhar para o rio dos Sinos, pois é o processo final das ações antrópicas dos moradores do Vale dos Sinos, mas sim, olhar para dentro do território e perguntar o que estamos fazendo para contribuir com a qualidade e quantidade das águas do rio, uma vez que a Cidade Educadora pensa localmente para efeitos globais. Se cada um dos municípios que participam da rede de educação ambiental da Bacia Hidrográfica do rio dos Sinos puder fomentar ações para a melhoria da qualidade da água todos ganham. Partindo deste princípio, Machado (2004, p. 84) ressalta que: “Enquanto ideia-projeto de cidade, ela requer ‘um projeto comum’ à escola e ao território”.

Pensar a educação ambiental em redes significa estimular articulação entre os multiplicadores para que suas ideias e projetos possam chegar à toda comunidade. As redes de educação ambiental buscam trazer para os representantes municipais aporte teórico e técnico para que possam disseminar conhecimentos e atingir não só as escolas, mas também através do Coletivo Educador e seus Interlocutores Ambientais todo o território sapucaense.

A Praça CEU como Espaço Educativo, de natureza não formal e não institucionalizado, privilegiado na comunidade por ser um centro de convivência pública,

destaca-se também como um ambiente adequado para estimular a construção de referências que possam instigar a consciência ambiental na comunidade.

Mas o que fez acreditar que a área verde da Praça CEU tem potencial para um espaço educativo? Pois bem, o que fez vê-la como potencial educador, como espaço educativo, foi a malha hídrica composta por três córregos e cinco nascentes e as mais de 40 espécies de vegetação classificadas entre arbóreas, arbustos, gramíneas, trepadeiras e palmeiras.

No decorrer do planejamento e execução das ações de Educação Ambiental das obras da Praça CEU, iniciamos as atividades fazendo uso da infraestrutura predial através de palestras e oficinas. As atividades que envolviam as trilhas interpretativas na Praça CEU iniciavam na área institucional de 8.003,65 m², utilizando a sala de multiuso para conversar com os estudantes sobre biodiversidade, áreas de drenagem e a importância das áreas verdes para a qualidade ambiental da zona urbana. Após a explanação, os estudantes participavam da trilha interpretativa, onde conheciam a área verde de 53.176,74 m² de vegetação, os córregos e as nascentes.

Um dos objetivos de observar a flora regional/local é estimular o despertar dos estudantes a conhecerem as plantas nativas e sua importância no ecossistema e para a qualidade ambiental dos centros urbanos. A maioria das plantas são comuns, mas desconhecidas para os estudantes. A preservação da vegetação ciliar tem importância ecológica, pois, para Lorenzi (2009, p. 11), “as matas nativas absorvem o excesso de água das chuvas que eventualmente escorre pela superfície dos solos, evitando que chegue até os córregos e rios”.

Ao absorver o excesso de água das chuvas, a vegetação possibilita a recarga do lençol freático, para posteriormente ser devolvida em forma de chuva através da evapotranspiração das árvores, sendo que a absorção das águas da chuva pela vegetação auxilia na diminuição dos riscos de inundação.

Para a formulação de uma política pública, o gestor precisa conhecer as demandas da sociedade e, para sua execução, há a necessidade de articulação entre os diferentes setores da administração pública. A complexidade da execução de uma política pública requer o envolvimento intersetorial, pois, para sua aprovação, os gastos públicos devem estar de acordo com a lei orçamentária do município, em muitos casos, sendo necessário um rearranjo, através da criação de decretos e emendas para executá-la. Pensar uma política pública transcende o planejamento do executivo envolvendo também o legislativo.

Ao criar uma política pública deve-se compreender os conflitos urbanos a partir do contexto da cidade, envolvendo a população na resolução dos problemas, pois será através da

interação do cidadão com o território que possibilitará mudanças significativas no meio urbano. As mudanças significativas dizem respeito às intervenções urbanas que levam em consideração as pessoas e, nesse sentido, citamos a AICE (2019), que compreende a Cidade Educadora: “Respondendo aos desafios globais contemporâneos, as Cidades Educadoras buscam o desenvolvimento econômico em consonância com o desenvolvimento sustentável e a justiça social, enfrentando os problemas urbanos de forma sistêmica, transparente e horizontal”.

O fato dos professores serem nomeados pela Secretaria de Educação não significava que traríamos projetos prontos para que executassem, procurávamos deixar bem claro que nossos planejamentos eram para contribuir com o desenvolvimento de suas atividades na escola, não para torná-los tarefeiros. As atividades sempre foram pensadas a partir das necessidades de cada opinião ouvida. Desta forma, poderíamos contribuir com as atividades que são desenvolvidas nas escolas. Ao ouvir as vozes dos diferentes professores, pudemos elaborar a formação continuada de maneira que pudesse contemplar seus anseios e necessidades.

Compreender a educação ambiental a partir dos múltiplos olhares e de seu caráter coletivo requer a articulação entre os diferentes atores locais. As escolas são estratégicas para a construção da consciência ambiental e da postura de Interlocutores Ambientais (professores e estudantes), através da promoção da educação ambiental.

3.2 REFERÊNCIAS

ADVENTISTAS. **Quem são os desbravadores**. Disponível em:

<https://www.adventistas.org/pt/desbravadores/quem-somos/>. Acesso em: 14 jan. 2020.

AICE. **Carta das cidades educadoras**. 1990. Disponível em: <http://www.edcities.org/rede-portuguesa/wp-content/uploads/sites/12/2018/09/Carta-das-cidades-educadoras.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2020.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS. **Educação e vida urbana: 20 anos de Cidades Educadoras**. Torres Novas, PT: AICE, 2013.

BELLOT, Pilar Filgueras. **Cidades educadoras, uma aposta de futuro: Educação e vida urbana: 20 anos de cidades educadoras**. Volume editado originalmente em 2008 por ocasião do X Congresso da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE). Impressão: Gráfica Almondina (Torres Novas, Portugal). 2013. ISBN: 978-84-9850-419-4. Disponível em: <http://www.edcities.org/wp-content/uploads/2015/11/livro-20-anos-cidades-educadoras-PT.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2020.

BRASIL. Lei n. 12.309, de 9 de agosto de 2010. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 ago. 2010, p. 1.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Praça dos Esportes e da Cultura**: Manual de Instruções para Contratação e Execução. Brasília, DF, maio 2011.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Práticas de gestão das Praças CEU**: formação de redes e promoção da Praça. Brasília, DF, ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Economia. **O que é o PAC?** Brasília, DF, 22 maio 2015. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento/visao-geral/o-que-e-o-pac>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. Ministério das Cidades. Portaria n. 21, de 22 de janeiro de 2014. Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 jan. 2014, p. 39. Disponível em: <https://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosCidades/PAC/Manuais-Gerais-PAC/portaria21.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Coletivos educadores**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/informma/item/363-forma%C3%A7%C3%A3o-de-educadores-coletivos-educadores.html>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria Executiva. **Encontros e caminhos**: formação de educadoras (res) ambientais e coletivos educadores. Brasília, DF: Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

CTG LAÇANDO A TRADIÇÃO. **Invernada artística**. Marmeleiro, PR, 2015. Disponível em: <https://www.ctglacandoatradicao.com.br/invernada-artstica>. Acesso em: 14 jan. 2020.

DRESCH, Juliana. Desafios de políticas públicas para a Cidade Educadora: um estudo a partir da experiência de Porto Alegre. **Revista Prâksis**, Novo Hamburgo, RS, v. 1, p. 51-56, nov. 2016.

EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO. **Territórios educativos**: conceito. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/conceito-territorios-educativos/>. Acesso em: 14 jan. 2020.

ESTAÇÃO CIDADANIA-CULTURA. **Práticas de gestão das Praças CEU**: gestão compartilhada. Disponível em: http://estacao.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/28/2017/12/Cartilha_1_Gestao_Compartilhada_Site.pdf. Acesso em: 8 ago. 2018.

ESTAÇÃO CIDADANIA-CULTURA. **Reflexões sobre o PAC da Cultura**: o conceito de equipamento. 2017. Disponível em: http://estacao.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/28/2017/12/02_O_conceito_do Equipamento.pdf. Acesso em: 16 out. 2019.

FAURÉ, Edgar *et al.* **Aprender a ser**. Lisboa, PT: UNESCO, 1972.

FRANCO, Francisco Carlos; PRADOS, Rosalia Maria Netto; MENDES BONINI, Luci. Cultura, cidadania e patrimônio cultural: interfaces entre a escola, a cidade e as políticas culturais na cidade de Guararema, SP. **Perspectiva**, Florianópolis, SC, v. 33, n. 1, p. 319-344, jun. 2015.

LORENZI, Harri. **Árvores brasileiras**: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2009. v. 3.

MACHADO, Joaquim. Cidade educadora e administração local da educação na cidade de Braga. *In*: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 5., 2004, Braga, PT. **Actas dos ateliers [...]**. Braga, PT: Associação Portuguesa de Sociologia/Universidade do Minho, 2004. p. 83-89.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Transposição didática**. 1 jan. 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/transposicao-didatica/>. Acesso em: 14 jan. 2020.

MOLL, Jaqueline; SANTOS, Loreni. A Praça CEU na perspectiva da cidade educadora: políticas e equipamentos públicos a serviço da vida. **Revista Humanidades & Inovação**, Palmas, TO, v. 8, n. 5, p. 335-345, 2020.

OLIVEIRA, Paula Custódio. **O CEU na integração da periferia**. Orientador: Maria Lúcia Refinetti Rodrigues Martins. 2017. 208 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, São Paulo, SP, 2017.

PADILHA, Paulo Roberto. **Município que educa**: nova arquitetura da gestão pública. São Paulo, SP: Instituto Paulo Freire, 2009. (Cadernos de formações; 2).

PATCHWORK. *In*: DICIONÁRIO da Língua Portuguesa. Lisboa, PT: Priberam Informática, [1998]. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/patchwork>. Acesso em: 14 jan. 2020.

PROGRAMA EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO. Associação Cidade Escola Aprendiz. Organização. **Conceito de território educativo**. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/conceito-territorios-educativos/>. Acesso em: 3 mar. 2020.

RODRIGUES, Daniela do Nascimento. **O Centro Educacional Unificado**: o processo de criação de projeto educacional na cidade de São Paulo (2001-2004). Orientador: Daniel Ferraz Chiozzini. 2018. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2018.

SANTOS, Mariane Cyrino dos; FLORES, Mônica Dutra; ZANIN, Elisabete Maria. Trilhas interpretativas como instrumento de interpretação, sensibilização e Educação Ambiental na APAE de Erechim/RS. **Vivências**, Erechim, RS, v. 7, n. 13, p. 189-197, out. 2011.

SILVA, Célia Vanderlei da. **O Centro Educacional Unificado (CEU) como espaço de formação do sujeito através da participação em atividades culturais**. Orientador: Marcos Antonio Lorieri. 2014. 108 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, SP, 2014.

SILVA, Susete Rodrigues da. **O pensamento vivo de Mário de Andrade**: dos parques infantis aos CEUs da cidade de São Paulo. Orientador: João Cardoso Palma Filho. 2012. 278 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, 2012.

SÓ ESCOLA. **O que é EVA?** Significado, utilização, como é feito. Disponível em: <https://www.soescola.com/2017/10/o-que-e-eva.html>. Acesso em: 14 jan. 2020.

TRINTA E CINCO CTG. **Informações gerais**: internada artística. Disponível em: <http://35ctg.com.br/internadas/artistica/>. Acesso em: entre 14 jan. 2020.

WILDEROM, Mariana Martinez. **Espaço educacional contemporâneo**: reflexões sobre os rumos da arquitetura escolar na cidade de São Paulo (1935-2013). Orientador: Monica Junqueira de Camargo. 2014. 220 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2014.

4 A PRAÇA CEU E A CONSTRUÇÃO DOS INTERLOCUTORES AMBIENTAIS

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar a Educação Ambiental na perspectiva da construção dos Interlocutores Ambientais e apresentar a coleta e análise dos dados da pesquisa. A Praça CEU como *lócus* de Educação Ambiental não formal ainda não é vista como um possível espaço de aprendizagem. Territórios como o da Praça CEU e outros tantos nos mostram diferentes caminhos para que se rompa essa concepção enraizada de que na cidade não há meios de se construir a consciência ambiental. O presente estudo nos levou a refletir sobre os conceitos de meio ambiente e sociedade, no que concerne a romper a visão dicotômica e refletir sobre a importância de se vislumbrar outros caminhos. Há outros espaços que podem educar, que podem complementar e qualificar o trabalho da Educação Ambiental, sobretudo interagindo e agindo com a cidade. Nesse trabalho de pesquisa a ideia foi analisar a Educação Ambiental na perspectiva da construção dos Interlocutores Ambientais, para a construção de um novo paradigma que potencialize e colabore para se alcançar este objetivo. A análise de dados foi realizada através da técnica de triangulação.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Praça CEU. Cidade Educadora. Interlocutores Ambientais. Escola.

4.1 INTRODUÇÃO

Este artigo analisará a Praça CEU como território educativo, através de um estudo de caso em Sapucaia do Sul, e as possíveis contribuições para a construção dos Interlocutores Ambientais, referindo-se especificamente aos professores e estudantes que frequentam a Praça CEU. Representa, pelos critérios de análise utilizados, um estudo diferenciado em termos de Praça CEU e formação de Interlocutores Ambientais. É importante relatar que essa pesquisa é a única com este enfoque educativo na Praça CEU de Sapucaia do Sul. Será analisada, também, a Educação Ambiental na perspectiva da construção dos Interlocutores Ambientais e para alcançar o objetivo proposto foi utilizada a metodologia estudo de caso, e o uso de instrumentos de coletas de dados como o questionário com perguntas fechadas de caráter exploratório, a observação participante (piquenique) e a entrevista (diretor da escola). A análise de dados foi realizada através da técnica de triangulação.

No caso desta pesquisa foi conduzida a observação participante com intuito de coletar dados a respeito da concepção e dos conceitos que os Interlocutores Ambientais têm a respeito da Praça CEU.

O questionário aplicado possibilitou verificar a percepção dos estudantes quanto ao uso da Praça CEU como território de convivência e educativo, além da escola. A entrevista foi considerada como um diálogo aberto entre a pesquisadora e o diretor da escola, abordando, de forma mais livre, qual a sua percepção da mudança do bairro com relação à implantação da Praça CEU.

4.2 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PERSPECTIVA DA CONSTRUÇÃO DOS INTERLOCUTORES AMBIENTAIS

Com a intenção de averiguar a relevância da Praça CEU na construção dos Interlocutores Ambientais, foi necessário coletar elementos que pudessem indicar as concepções e os conceitos que o jovem foco da pesquisa tem em relação à Praça CEU.

Por que compreender a forma como os jovens interagem com a Praça CEU? Como a Educação Ambiental pode contribuir para a construção dos Interlocutores Ambientais? Nesta proposta de interlocução, reflete-se com base em Müller (2015, p. 24), que diz: “Não existe um processo educativo sem o questionamento, sem a curiosidade do educando, e inclusive, do próprio educador”.

O objetivo de formar Interlocutores Ambientais está alicerçado no princípio de promover o protagonismo do sapucaense com relação às questões ambientais, através do debate sobre os problemas sociais, buscando, portanto, discutir a dicotomia entre sociedade e meio ambiente, de acordo com a definição de Carvalho (2012, p. 37), que preconiza:

A visão socioambiental orienta-se por uma racionalidade complexa e interdisciplinar e pensa o meio ambiente não como sinônimo de natureza intocada, mas como um campo de interações entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais, no qual todos os termos dessa relação se modificam dinamicamente e mutuamente.

No campo das interações entre sociedade e meio ambiente é que se busca construir os Interlocutores Ambientais, mas esta forma de pensar a Educação Ambiental foi sendo repensada e reorganizada no decorrer dos anos.

Foi então que, em 2010, o Governo Federal criou a Lei n.º 12.305, que se refere à Política Nacional de Resíduos Sólidos, a qual proibiu a disposição final dos resíduos sólidos

in natura a céu aberto, ou seja, proibiu a destinação final dos resíduos sólidos em “lixões”. Determinou que até 2014 todos os municípios brasileiros cumpram a determinação e a não execução acarretaria a perda de verba federal.

Houve uma correria geral e em Sapucaia do Sul não foi diferente, sendo mobilizadas diferentes secretarias para atender a lei. Em 2013, houve troca de gestão e na iminência do não cumprimento do prazo determinado pelo Governo Federal, o novo Secretário de Meio Ambiente lançou a “Campanha cidade limpa”.

O setor de Educação Ambiental passou a ministrar palestras nas escolas e a participar de eventos para a comunidade e em empresas no município. Sapucaia do Sul, nesta época, já destinava os resíduos sólidos para o Aterro Sanitário municipal que funcionava, desde 2006, onde havia anteriormente um “lixão”, transformado em aterro controlado⁷⁸.

Em nossa jornada da “Campanha cidade limpa” nos deparamos com as concepções que os Interlocutores Ambientais (estudantes e professores) e a comunidade tinham sobre o resíduo sólido e a coleta seletiva⁷⁹. Um dos grandes males da sociedade são as “soluções mágicas”. Percebeu-se que a ideia dos Interlocutores Ambientais era que colocavam o “lixo” na lata do “lixo” e o problema estava resolvido. Na fala da comunidade havia o posicionamento de não querer se envolver. “Alguém tem que fazer, mas não eu”. Durante a campanha sobre resíduo sólido e coleta seletiva, ouvia-se o seguinte discurso: “O que é que eu ganho, quanto vão me pagar para separar o lixo”?

Diante da postura dos Interlocutores Ambientais e da comunidade, coube a reflexão sobre a forma como estava sendo tratado o assunto dos resíduos sólidos e a Coleta Seletiva. Tantas palestras realizadas e não estavam surtindo o efeito desejado. Repensar a prática pedagógica da Educação Ambiental era imprescindível, consoante Brustolin (2012, p. 55) aborda em seus estudos:

⁷⁸ O aterro controlado é uma solução intermediária entre o lixão e o aterro sanitário, e consiste em uma tentativa de transformar os lixões em aterros, minimizando os impactos ambientais associados ao acúmulo de lixo em áreas sem nenhum tipo de tratamento para efluentes líquidos e preparação do solo — justamente as duas características principais do lixão. O aterro controlado utiliza algumas técnicas de engenharia para isolar os resíduos descartados, cobrindo-os com argila, terra e grama, impedindo que o lixo fique exposto e favoreça a proliferação de doenças. Este tipo de tratamento também ameniza o cheiro do lixo e a consequente proliferação de insetos e animais que buscam alimentos nos lixões.

⁷⁹ Coleta seletiva é a coleta diferenciada de resíduos que foram previamente separados segundo a sua constituição ou composição. Ou seja, resíduos com características similares são selecionados pelo gerador (que pode ser o cidadão, uma empresa ou outra instituição) e disponibilizados para a coleta separadamente. A coleta de resíduos sólidos em Sapucaia do Sul possui duas denominações: coleta domiciliar e coleta seletiva. A coleta seletiva é destinada para os materiais recicláveis, como papel, plástico, vidro, alumínio, etc. A coleta seletiva é realizada pela cooperativa de catadores de Sapucaia do Sul a Cooprevive.

Como essa responsabilidade é de todos, ela parece ser de ninguém. O acoplamento com o meio não é percebido nem levado em consideração no domínio de ação dos resíduos sólidos. Mas para isso, é fundamental que esses sujeitos se percebam fazendo parte dos processos e não meros observadores diante do contexto.

Foi preciso mudar a forma como as informações sobre resíduos sólidos eram transmitidas para a sociedade sapucaense. Em pleno desenvolvimento da “Campanha cidade limpa”, a Secretaria de Meio Ambiente organizou um calendário de limpeza dos bairros. Este calendário consistia em recolher os resíduos sólidos dispostos em locais inadequados, como as vias públicas, terrenos baldios e as margens dos córregos. Para nosso espanto, quando haviam terminado de limpar o primeiro bairro e iniciaram o segundo, no primeiro já havia novos “focos de lixo”.

A partir das concepções que os Interlocutores Ambientais e a comunidade mostravam através da fala, fez-se uma reflexão sobre as práticas pedagógicas. De acordo com a Agência Nacional das Águas (ANA) (2006, p. 12): “É importante identificar as representações individual e social sobre ambiente, para que se possa conhecer e refletir sobre os conflitos entre ser humano-sociedade-natureza”.

Como lidar com esta situação?

A tradição de formar grupo de professores e de jovens (Interlocutores Ambientais) com o intuito de estimular o pensamento ambiental já havia ocorrido em Sapucaia do Sul alguns anos atrás. Cada escola do município tinha um professor responsável por organizar e desenvolver atividades de Educação Ambiental com os Guardiões Ambientais (estudantes). O projeto era desenvolvido a partir da parceria entre SMED e SEMAS, mas com a troca de governo o trabalho simplesmente deixou de existir.

Como remanescentes desta época e baseando-se em uma experiência que proporcionou qualificação na área ambiental e que possibilitou a primeira vivência como educadores na Educação Ambiental do município, surgiu a ideia do Coletivo Educador de Sapucaia do Sul. O grupo foi formado em 2012, mas sem o respaldo da SMED. Nas escolas foram realizadas palestras, oficinas e campanhas, pois conheciam nosso trabalho e nos solicitavam apoio.

Em 2015, o grupo foi fortalecido a partir da parceria estabelecida entre a Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Parque Zoológico, que pertence à Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB) e se localiza em Sapucaia do Sul, uma vitória para a Educação Ambiental local.

Cada escola indicou um professor para integrar o Coletivo Educador, tendo a função de fomentar e articular a Educação Ambiental (EA) na sua escola. Esse profissional, chamado no quadro efetivo da escola, tornou-se o professor-referência de Educação Ambiental, tendo no mínimo quatro horas semanalmente para o projeto. Organizou-se um calendário anual de atividades de Educação Ambiental alusivas às datas comemorativas do Ministério do Meio Ambiente e cronograma mensal de formações para professores e estudantes, chamados neste artigo de Interlocutores Ambientais (IA).

Após iniciar o trabalho com os professores e com os estudantes (IA), foram organizadas as formações de maneira que pudéssemos mostrar desde as mazelas de Sapucaia do Sul até suas belezas, pois o meio ambiente permeia o cotidiano da cidade. Passamos a tratar dos problemas ambientais do dia a dia da cidade. A grande maioria da população não os percebe, não os compreende como parte da degradação ambiental. Organizamos o cronograma de formação com os seguintes temas: arborização urbana; saneamento básico: esgotamento sanitário, abastecimento de água, resíduos sólidos, coleta seletiva; e recursos hídricos.

Visando a prática pedagógica contextualizada sobre meio ambiente, trouxemos para a pauta da Educação Ambiental as informações sobre os problemas ambientais que fazem parte do cotidiano dos Interlocutores Ambientais. Ao falarmos da arborização urbana, abordávamos todas as questões que faziam parte do cotidiano da cidade como o manejo inadequado da vegetação que resultava em poda drástica. Trazíamos o tema “poda drástica”⁸⁰ e as consequências para o estado fitossanitário da vegetação. Sendo a vegetação urbana um bem comum, não podemos realizar qualquer procedimento de poda sem licença, questão que a população desconhece.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) aponta, entre um de seus objetivos, a não geração e a redução dos resíduos sólidos. Com o objetivo de estimular e orientar a não geração, reutilização e a redução dos resíduos sólidos orgânicos oriundos das podas, procurávamos através das formações levar informações, sobre o manejo adequado da vegetação urbana, para estudantes e professores. Tratávamos dos aspectos biológicos e morfológicos da vegetação urbana para que pudessem compreender que as árvores são seres vivos, assim como nós, não seres abióticos⁸¹.

⁸⁰ Por conceito, a poda drástica é aquela que remove mais de 30% do volume da copa de uma árvore ou arbusto.

⁸¹ A palavra “abiótica” designa o oposto do termo biótico e permite referir-se àquilo que não faz parte ou que não resulta dos seres vivos. Os fatores abióticos são o ar, a água, o sol e o solo, entre outros.

Buscamos levar esclarecimentos sobre o manejo da vegetação urbana para que entendessem que a intervenção de forma inadequada ou desnecessária traria prejuízos para a cidade. No momento em que a poda for realizada de maneira inadequada, o estado fitossanitário das espécies arbóreas será alterado. Com o estado fitossanitário comprometido, a vegetação urbana não se desenvolverá plenamente, acarretando desequilíbrio em todo ecossistema que habita em uma árvore, e também não poderá beneficiar a população com o conforto ambiental⁸².

Destaca-se que no município de Sapucaia do Sul perdura há muitos anos a cultura da poda drástica, que ocorre tradicionalmente nos meses sem “R”, porque há um conhecimento transmitido de geração em geração de que a vegetação urbana necessita de poda drástica para desenvolver-se. A compreensão errônea sobre poda, na maioria das vezes desnecessária, gera diariamente em torno de cinco toneladas de resíduos oriundos do manejo inadequado e adequado da vegetação urbana. Os resíduos sólidos oriundos do manejo inadequado da vegetação urbana são descartados em vias públicas e terrenos baldios. Segundo Martin (2014, p. 27), “para o espaço urbano possibilitar qualidade de vida, é preciso atenção à questão de que é essencial haver sustentabilidade política, econômica, democrática e ambiental”.

Quando abordávamos o assunto saneamento básico com os Interlocutores Ambientais, a maioria não tinha conhecimento de que seu efluente (esgoto) líquido produzido diariamente vai diretamente para os córregos da cidade sem tratamento algum, sendo lançado no rio que abastece a cidade de água. Fizemos um panorama da situação do esgotamento sanitário na cidade, abordando a legislação federal e municipal de saneamento básico. Baseávamo-nos no artigo 3º da Lei n.º 11.445/2007, que define saneamento básico como o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana doméstica e manejo de resíduos sólidos; e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

Sobre os resíduos sólidos e a coleta seletiva, fizemos, também, um panorama da situação, indicando legislação vigente em se tratando de resíduos sólidos, como a Lei Municipal n.º 3.287/2010, que trata da destinação dos Resíduos da Construção Civil (RCC), e a Lei Municipal n.º 3.388/2012, que se refere à Política Municipal de Resíduos Sólidos (PMRS), mostrando-lhes que não é uma cidade sem lei.

A parceria com a SMED possibilitou montar um calendário de visita orientada com os Interlocutores Ambientais ao Aterro Sanitário e à Cooperativa de Catadores de Sapucaia do

⁸² São características da vegetação a diminuição da incidência de radiação solar sobre a superfície, atenuação do ruído, a diminuição da poluição do ar e a redução do consumo de energia em regiões quentes.

Sul (Cooprevive). Depois da parte teórica, íamos para a prática, para ver como os diversos regramentos entravam em prática na cidade, no território, no bairro e até mesmo na rua onde moram.

O objetivo da visita era informar os IA (estudantes e professores) que, mesmo que o aterro sanitário municipal não recebia seus resíduos, se tornou um passivo ambiental⁸³, gerando custos aos cofres públicos e danos ao meio ambiente. Por 20 anos ou mais, o aterro deverá ser monitorado, pois os resíduos depositados há mais de 12 anos neste local, ainda estão em processo de decomposição, gerando gás metano⁸⁴ e chorume⁸⁵. Tratávamos de um dos princípios e dos objetivos da Lei federal referente à responsabilidade compartilhada, pois os resíduos não são problemas apenas do poder público, mas de todos.

Quais os atores sociais envolvidos na execução de uma política pública?

Questionávamos os Interlocutores Ambientais quanto ao papel do Poder Público e da população na implementação da política federal e municipal de resíduos. Durante nossa trajetória na Educação Ambiental, nos deparamos com o desconhecimento e a falta de informação. Constatamos que a desinformação causa uma série de situações desfavoráveis à cidade. Se afeta a cidade, afeta a todos que vivem nela.

Qual o papel do Poder Público em relação aos resíduos sólidos?

Cabe ao Poder Público coletar os resíduos sólidos de forma adequada e construir aterro sanitário para sua disposição final. Deverão ser destinados ao aterro sanitário somente os resíduos sólidos considerados rejeitos⁸⁶.

A visita à cooperativa exemplificava o cooperativismo e o reconhecimento do resíduo sólido como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda, cabendo ao Poder Público desenvolver projetos sociais que visem à criação de cooperativas de catadores e efetivação da coleta seletiva. Durante a visita, disponibilizávamos para os Interlocutores Ambientais informações sobre quais materiais recicláveis separar e destinar para a coleta seletiva. Desde então, as visitas orientadas tornaram-se recorrentes no calendário. Na cooperativa era o momento dos catadores serem ouvidos, propiciando-lhes voz e vez. Conversavam com os Interlocutores Ambientais (professores e estudantes) sobre a coleta

⁸³ Corresponde aos danos ambientais que o aterro sanitário causa através do armazenamento dos resíduos.

⁸⁴ O gás metano é um hidrocarboneto simples. Uma das fontes de produção de gás metano na natureza é a decomposição do lixo orgânico em aterros sanitários e lixões.

⁸⁵ O chorume é proveniente das reações e processos físicos, químicos e biológicos da decomposição dos resíduos orgânicos.

⁸⁶ Rejeito é um todo tipo específico de resíduo, onde todas as possibilidades de reaproveitamento ou reciclagem já tiverem sido esgotadas.

seletiva e a importância deste projeto para os cooperados, sendo que 40 famílias dependem deste trabalho.

Qual o papel da população com relação aos resíduos sólidos?

A responsabilidade compartilhada significa que não é apenas o Poder Público que tem obrigações, mas a população deve dispor os seus resíduos sólidos domésticos nos locais adequados para que a coleta domiciliar⁸⁷ e a coleta seletiva possam funcionar; respeitar a lixeira, os pontos de coleta e os contêineres; ao separar os resíduos sólidos secos, nunca misturá-los com os orgânicos e, sempre que possível, fazer a compostagem doméstica⁸⁸; jamais colocar resíduos sólidos nas vias públicas; e procurar utilizar os 5R's⁸⁹ em seu cotidiano.

Assim como para eliminar o mosquito *Aedes aegypti* não existe “solução mágica” a não ser eliminar os focos de água parada onde podem proliferar, também não há com os resíduos, mas cada um tem responsabilidade para com o meio ambiente. Por melhores que possam ser as intenções de um programa ou plano de Educação Ambiental, a continuidade do trabalho é necessária, pois é a partir da ação e reflexão que se coloca em prática o que aprendemos na teoria. Na medida em que conhecemos os ecossistemas, aprendemos que quando interferimos no meio ambiente, sem conhecer ou respeitar suas características, estamos causando danos não apenas à natureza, mas à qualidade de vida nas cidades, pois a natureza e o meio ambiente estão inseridos no meio urbano.

Para melhor dialogar sobre os recursos hídricos com os Interlocutores Ambientais (professores e estudantes), conduzia-se uma visita orientada em parte da microbacia do arroio José Joaquim, já que a qualidade da água que é bebida depende, também, de Sapucaia do Sul. Isto porque as ações não são isoladas. No entorno da microbacia do arroio José Joaquim foram consolidados 21 bairros. Devido à ocupação de suas margens, ocorreu a retirada da mata ciliar, descaracterizando o entorno do córrego. Para minimizar os efeitos das inundações, foi necessária a canalização a céu aberto de parte do arroio.

Buscando as bases legais para embasar nossa prática pedagógica com os Interlocutores Ambientais, reconhecemos na Constituição Federal (1988) um marco dos direitos e deveres dos brasileiros:

⁸⁷ A coleta de resíduos sólidos em Sapucaia do Sul possui duas denominações: coleta domiciliar e coleta seletiva. A coleta domiciliar é destinada para os resíduos que não podem ser reciclados, os rejeitos.

⁸⁸ A compostagem doméstica é uma das maneiras para a reciclagem de resíduos orgânicos de origem doméstica como as cascas de folhas de frutas, verduras e vegetais, borra de café, restos de erva mate, casca de ovo, etc. Exceto carne, restos de alimentos cozidos e temperados, alho, cebola e cítricos.

⁸⁹ Os 5Rs significam: repensar, reduzir, recusar, reutilizar e reciclar. São práticas utilizadas na Educação Ambiental como forma de estimular a redução e a não geração de resíduos.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

A alteração de parte da microbacia do arroio José Joaquim através da ocupação de suas margens, da retirada da mata ciliar, do descarte de resíduos, do aterramento e ocupação das áreas de banhado no município e da impermeabilização do solo⁹⁰ ocasiona mudanças na dinâmica do córrego. A supressão da mata ciliar (cobertura vegetal) possibilita que as águas da chuva ocasionem a erosão⁹¹, e os sedimentos são transportados para o leito do arroio, causando o assoreamento⁹². A vegetação ripária⁹³ protege o solo e garante a estabilidade das margens, e sem a cobertura vegetal, as águas da chuva transportam sedimentos e resíduos sólidos para dentro dos cursos d'água.

Diversos são os fatores que ocasionam as enchentes, como a impermeabilização do solo, a redução das áreas de infiltração e a ausência ou ineficiência do sistema de drenagem pluvial. A descaracterização de arroios e rios nas cidades também é um dentre esses fatores, mas, erroneamente, é dito pelos meios de comunicação que isso ocorre em função dos resíduos sólidos destinados de forma inadequada que entopem as bocas de lobo. O entupimento dos bueiros pelo acúmulo de “lixo” é uma das causas da enchente. Em muitos municípios não há mapas que indiquem a localização do sistema de drenagem pluvial ou obras que busquem ampliar a rede.

São complexos e desafiantes os problemas socioambientais de uma cidade. Ampliar o acesso às informações e às condições necessárias para que os Interlocutores Ambientais possam atuar como agentes de transformação em relação aos desafios apresentados é

⁹⁰ A impermeabilização do solo consiste na perda da capacidade de absorção da água da chuva. A impermeabilização forma uma espécie de capa sobre o solo, impedindo que a água seja absorvida. A impermeabilização pode ocorrer através da cobertura de asfalto das ruas e cimentação de quintais e jardins.

⁹¹ A erosão que nos referimos aqui é a de origem pluvial. O processo erosivo classificado como erosão pluvial é proveniente da ação da chuva.

⁹² Monte de terra ou de areia formado pela ação da água ou do vento. Acúmulo de sedimentos, de terra, de areia, de detritos, no leito do rio, canal, lago, etc.

⁹³ Na definição Mata Ripária pode ser subdividida em duas categorias, Mata Ciliar e Mata de Galeria. A mata Ciliar é definida como a vegetação florestal que acompanha os córregos, rios de médio e grande porte, em que a vegetação arbórea não forma galerias. Em geral essa mata é relativamente estreita em ambas as margens, dificilmente ultrapassando 100 metros de largura em cada. É comum a largura em cada margem ser proporcional à do leito do rio, embora em áreas planas a largura possa ser maior. Porém, a Mata Ciliar ocorre geralmente sobre terrenos acidentados, podendo haver uma transição nem sempre evidente para outras fisionomias florestais.

fundamental. Buscamos incessantemente a participação de todos, pois a partir do reconhecimento das necessidades da cidade/território, poderemos identificar e exigir políticas públicas de meio ambiente, que levem em consideração a sociedade.

No contexto da globalização, recebe-se muitas informações que, na maioria das vezes, são reproduzidas sem entendimento ou conhecimento do que se trata. A estratégia desenvolvimento sustentável é muito utilizada, mas será que realmente há um domínio do que significa? Propagamos ideias e conceitos sem sabermos o que significam. Mudança de hábitos e atitudes requer consciência e não apenas reproduzir o que ouvimos. O que o desenvolvimento sustentável significa no contexto da construção dos Interlocutores Ambientais?

Nas diversas saídas pedagógicas com os professores e com os estudantes, pode-se perceber quais eram as concepções que tinham sobre o meio ambiente. Na fala dos Interlocutores Ambientais, a cidade, o lugar onde vivem, não faz parte do meio ambiente e, diante desta constatação, surgiram algumas indagações. Prosseguir com as mesmas práticas pedagógicas? Ou repensá-las? Em que contexto foi construída esta concepção? As intervenções e a transposição didática não os mobilizou?

A partir da reflexão a respeito das práticas pedagógicas, pode-se construir a consciência ambiental dos Interlocutores Ambientais? Embasados nas práticas significativas, segundo o entendimento de Brustolin (2012, p. 99), “os estudos não têm continuidade, o que leva os alunos, possivelmente, a uma visão fragmentada do processo que, no que diz respeito à aprendizagem, não perturbará”.

4.3 A PRAÇA CEU NA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CONTEXTUALIZADA

A continuidade dos projetos possibilita não só trabalhar conceitos básicos de meio ambiente, mas ir além. A Praça CEU de Sapucaia do Sul faz parte de um território – a Vila Vargas – marcado por ocupações desordenadas que, nos últimos vinte anos, cresceram vertiginosamente. Nesses vinte anos em que trabalhamos com a Educação Ambiental, foi possível presenciar o aumento da população através da diminuição das áreas verdes, ao mesmo tempo em que presenciamos e participamos de diversos projetos financiados pelo governo federal para minimizar a vulnerabilidade social. O terreno escolhido para a construção da Praça CEU era uma área pública onde ficava a sede da associação da Vila Vargas.

A área pode ser considerada um fragmento de mata porque é um resquício de vegetação no meio de uma região densamente povoada. Na verdade, com o crescimento da urbanização foi o que restou do que outrora fora os capões e campos de Sapucaia do Sul. Em seu interior, pela declividade, formou uma malha hídrica composta por cinco nascentes e três córregos. As águas da Praça CEU são drenadas para o arroio José Joaquim. De que forma a Praça CEU de Sapucaia do Sul irá contribuir para a construção dos Interlocutores Ambientais?

O Ministério do Meio Ambiente (2017, p. 6) enfatiza “a importância de percebermos a água em suas múltiplas dimensões procurando reconhecer os valores associados a ela. Valores como: valor social, valor sagrado, valor político, valor ecológico/ambiental, valor cultural-antropológico e o valor econômico”.

Para desenvolvermos as atividades de Educação Ambiental, mapeamos a malha hídrica da Praça CEU. Durante o diagnóstico, percebemos a conexão de suas águas com a microbacia do arroio José Joaquim, até aquele momento não tínhamos esta informação, pois à jusante⁹⁴ o córrego foi canalizado e tamponado⁹⁵. Desde a execução do projeto CDABM, a microbacia do arroio José Joaquim tornou-se unidade de planejamento da equipe de educação ambiental.

Utilizar microbacia como unidade de planejamento já vem ocorrendo a partir de políticas públicas como o Decreto n.º 94.076, de 1997, que instituiu o Programa Nacional de Microbacia Hidrográficas, a fim de executar ações voltadas para as práticas de manejo e conservação dos recursos naturais, como os recursos hídricos. A microbacia é definida como a menor unidade territorial capaz de focar as variáveis ambientais de forma sistêmica. Para o Ministério do Meio Ambiente (2017, p. 15):

Na perspectiva de uma compreensão mais global e sistêmica da relação entre água, território e sociedade, é pertinente levar em consideração a importância da construção da identidade e do sentido de pertencimento em relação às territorialidades hídricas (as bacias hidrográficas, sub-bacias, microbacias e regiões hidrográficas).

Além das desigualdades sociais, Sapucaia do Sul está inserida na Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos e, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), está entre os dez rios mais poluídos do Brasil. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2017, p. 22): “O Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA) tem a Política

⁹⁴ No sentido da foz. A montante significa no sentido da nascente.

⁹⁵ Fechado com tampa.

Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) como uma de suas agendas prioritárias, e a ampliação da participação de jovens na gestão de águas como um de seus objetivos específicos”.

Os sujeitos, foco da pesquisa, já nasceram em um ambiente degradado e para que não encarem a degradação ambiental como algo banal ou normal é preciso, através da Educação Ambiental, instigá-los a refletir sobre a realidade local que, sem sombra de dúvida, está permeada pela problemática ambiental. A realidade local pode ser analisada a partir da Praça CEU, a qual, por ser um espaço de convivência pública, possibilita aproximar a juventude – foco da pesquisa – da situação ambiental da comunidade onde vive. A área verde sofre com as ações antrópicas. Promover o entendimento sobre a degradação ambiental, a partir do local onde vivem, possibilita a compreensão de que fazem parte do meio ambiente e de seus ecossistemas. Nesta perspectiva, Grotzinger e Jordan (2013, p. 286) definem: “Os ecossistemas são caracterizados por um fluxo de energia e matéria entre os organismos e seu ambiente”.

Será possível tornar a Praça CEU um polo agregador de conhecimentos? Como tornar a Praça CEU um polo agregador de conhecimentos? Como promover uma maior aproximação dos Interlocutores Ambientais com a natureza?

Fomentar a participação crítica e a corresponsabilidade em relação aos problemas da comunidade local, como a questão socioambiental, são alguns dos objetivos da formação continuada dos Interlocutores Ambientais.

As trilhas interpretativas na mata da Praça CEU tornam essa discussão possível?

Na medida em propomos que os Interlocutores Ambientais identifiquem os problemas ambientais, também será possível desafiá-los a pensar em possíveis soluções.

As experiências anteriores propiciaram o entendimento de que as saídas a campo são positivas, pois são baseadas no contexto dos Interlocutores Ambientais, enquanto que a aula expositiva apenas pode mostrar de forma abstrata a problemática ambiental que afeta o dia a dia das cidades. Dizer para colocar o “lixo” na lixeira não está sendo suficiente, pois as ruas estão cheias de todo tipo de resíduo, e colocar os resíduos sólidos na lixeira não faz o lixo desaparecer.

No imaginário da população, quando o “lixo” desaparece diante dos olhos, acabaram os problemas, mas equivocam-se, pois, após a coleta, continuará gerando custo ambiental e social para a cidade. Construir a consciência ambiental a partir da realidade possibilita às pessoas conhecer as dificuldades da gestão pública em executar as normas e diretrizes da política federal e municipal de resíduos na cidade. É relevante, portanto, propiciar a reflexão

sobre os deveres e responsabilidades da sociedade para que destinação correta dos resíduos aconteça.

Para onde vai o esgoto da sua casa?

As questões ambientais só dizem respeito às pessoas quando as afeta; caso contrário, “é puxar a descarga e pronto”. Não há um olhar para o córrego e imaginar o quanto os seres que vivem nesse ecossistema sofrem com a carga poluidora que lançamos todos os dias. Lançamos nossos efluentes, diariamente, do mesmo jeito que puxamos a descarga ou quando usamos a máquina de lavar roupa, quando tomamos banho, lavamos a louça ou escovamos os dentes. Não há preocupação com as questões ambientais, pois ainda não vivenciamos a escassez de água potável em nossas casas. A água do rio dos Sinos foi classificada pelo CONAMA⁹⁶, como classe quatro. Esta definição foi realizada de acordo com a Resolução n.º 357, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento. As águas definidas como classe quatro só podem ser destinadas à navegação e à harmonia paisagística.

Mas quais os fatores que deixaram a água como classe 4?

Significa que não deveria ser utilizada, estimulando-se a compra de água. A maneira como se busca desenvolver e estimular a compreensão dos Interlocutores Ambientais sobre a poluição, que não pode ser teórica, deve ser contextualizada, pois a abstração impede a percepção das conexões do meio ambiente com a rotina cotidiana. Contextualizar a prática pedagógica da Educação Ambiental remete aos estudos de Müller (2015, p. 41), que compreende que “a EA, antes de qualquer adjetivo, é educação, que em sua amplitude é fundamental considerar todas as relações estabelecidas pelo ser humano, objetivando uma formação de cunho humanista, sensibilizatória e crítica do homem”.

Quais as conexões do meio ambiente com a rotina cotidiana?

A Praça CEU está inserida na comunidade, a partir desse ambiente que faz parte da vida da comunidade que devemos trabalhar. Ao invés de levá-los para as áreas conservadas, deve-se, também, mostrar a natureza de onde moram, mostrar-lhes a natureza vivida e palpável, através dos sentidos, o quanto é desagradável ver os “focos de lixo” pela cidade e o odor gerado a partir da decomposição dos resíduos, uma realidade perturbadora que acaba tornando-se invisível aos sentidos quando vivemos em redomas de concreto e vidro, respirando o ar produzido de maneira artificial, o ar condicionado.

⁹⁶ Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, foi instituído pela Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto 99.274/90.

Como estimular a participação dos Interlocutores Ambientais na gestão dos recursos hídricos? A participação dos Interlocutores Ambientais na gestão dos resíduos é importante? De que maneira contribui-se com a qualidade da água? Deve-se incentivar e promover o estudo das áreas locais?

O fragmento de mata da Praça CEU mostra que um pequeno espaço, comparado ao tamanho da Vila Vargas, pode abrigar uma enorme biodiversidade de vegetação, insetos e pássaros. Estimular os Interlocutores Ambientais a estudar o território onde vivem como parte do meio ambiente, tão perto e ao mesmo tempo distante, auxiliará na contextualização e reconhecimento do valor ambiental e social deste espaço. A busca pela participação dos Interlocutores Ambientais na gestão dos recursos hídricos se dá localmente, através do mapeamento das águas do território, pois, de acordo com Brustolin (2012, p. 100):

O que poderia constituir uma proposta interdisciplinar de trabalho – como na interlocução com os alunos, em busca de alternativas pedagógicas que, compartilhando decisões com eles, construísse a proposta de EA a partir da situação contextual/ambiental do bairro, em ações pedagógicas interdisciplinares e pertinentes a vida dos alunos.

A Praça CEU não é qualquer espaço, encontra-se no contexto dos Interlocutores Ambientais, faz parte do bairro onde vivem. Este espaço é frequentado pelas famílias, que fazem cursos, participam de atividades recreativas, enfim, é um território pertinente na vida dos Interlocutores Ambientais. A área da Praça CEU possibilita o direcionamento do aprendizado para a problemática ambiental local.

Por qual razão direcionar as práticas pedagógicas em Educação Ambiental para as necessidades locais?

Direcionar o processo educacional para as questões ambientais locais auxilia os IA a refletir sobre algo concreto, lugar que conhecem. Poderíamos falar da Amazônia, mas é uma natureza distante da realidade em que vivem, tornar-se-ia abstrata. Por que até então, em todas as intervenções pedagógicas que havíamos realizado, a fala era basicamente a mesma? A relação com o meio ambiente era algo distante, não o percebiam como parte do seu contexto, isto porque, de acordo com Müller (2015, p. 27), “ao fazer a leitura crítica do mundo, de seu mundo, o educando passa, concomitantemente, a constituir-se em produtor de conhecimento, do conhecimento necessário para a compressão transformadora de sua realidade”.

No decorrer da história da Educação Ambiental brasileira nunca faltaram diretrizes para que pudéssemos abordá-la de forma adequada, mas, em se tratando de Brasil, a

construção do pensamento ambiental é recente, e mudança de hábitos e atitudes requer continuidade dos planos e programas de governo, ou seja, planejamento a longo prazo.

No decorrer da prática da Educação Ambiental é que se aprende que a ação seguida da reflexão permite avançar na contextualização das atividades. Há, ainda, resistência por parte de alguns educadores de entender o quanto é importante a Educação Ambiental para o processo formativo dos indivíduos. A Educação Ambiental não é compreendida como parte da educação. Dentro dos aspectos legais, o que não falta são os norteadores, como a Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999 – Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (2012).

4.4 APRESENTANDO OS RESULTADOS DA PESQUISA

Para o desenvolvimento deste estudo foi utilizada a abordagem qualitativa, que vem ganhando amplo espaço na educação. Para alcançar os objetivos, o caminho metodológico que se trilhou nesta investigação foi o estudo de caso, por ser um método adequado para a pesquisa em educação e, também, por poder agregar vários instrumentos de pesquisa. Foi preciso analisar a Educação Ambiental na perspectiva da construção dos Interlocutores Ambientais, e, com esse propósito, foram formuladas onze questões relacionadas com a Praça CEU.

No caso desta pesquisa, foi aplicado um questionário para aproximação sistematizada da percepção e dos conceitos dos estudantes em relação ao uso dos espaços da Praça CEU. Foram utilizadas, também, a observação participante e a entrevista.

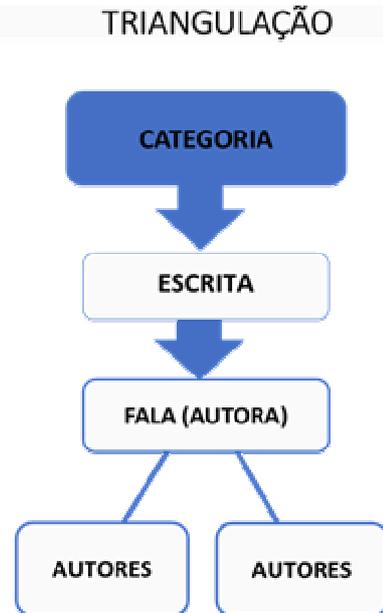
Para análise dos questionários, fez-se uso de um quadro esquemático, para melhorar a visualização da análise dos dados levantados na pesquisa. Foi utilizado como recurso didático um desenho, com destaque às respostas dos estudantes.

O questionário foi uma das formas de compreender como os estudantes interagem com a Praça CEU e a observação participante e a entrevista foram utilizadas para a coleta de dados para ampliar a visão da investigação. A observação participante foi organizada com os Interlocutores Ambientais a partir de um piquenique na Praça CEU como mais uma maneira de analisar a interação com os espaços da Praça CEU, e a entrevista com o diretor da escola sucedeu através de uma conversa. A entrevista foi considerada como um diálogo aberto entre a pesquisadora e o diretor da escola, abordando, de forma mais livre, as suas experiências quanto ao uso dos espaços da Praça CEU.

Para a análise dos dados, foi realizada a triangulação entre as categorias organizadas a partir do questionário, fala da pesquisadora e de autores.

A figura abaixo representa um esquema para melhor visualização da triangulação, a qual foi construída por Lopes e Abramowicz (2019).

Figura 3: Esquema da Triangulação



Fonte: Lopes e Abramowicz (2019).

Para melhor compreender os dados coletados, foram construídas três categorias de análise: as perguntas relativas ao Conceito que os estudantes têm sobre a Praça CEU (CPC); as que se referem à Educação Ambiental (EA) desenvolvida na escola e a interação com a Praça CEU; e as pertinentes à Praça CEU como Espaço de Convivência (EC) e de Interação Social (IS). A organização facilitou a visualização das respostas das perguntas.

Quadro 4: Categoria de análise/apresentando os resultados da pesquisa

Pergunta	Conceito da Praça CEU	Educação Ambiental	Espaço de Convivência e Interação Social
1	<p>“Uma praça com cursos, área de jogos, pracinha, etc. Centro de artes e esportes”.</p> <p>“Sim, uma praça do ceu é um lugar onde tem cursos, pracinha, pista <i>skate</i>, quadra de futebol, piquetes, tem várias coisas atividades para as pessoas fazer”.</p>		

Pergunta	Conceito da Praça CEU	Educação Ambiental	Espaço de Convivência e Interação Social
	<p>“É uma praça que tem conjunto com o CRAS e tem cursos e locais físicos como pista de skate e quadra de futebol e pracinha para as crianças e é aberta para as famílias ir passar o dia”.</p> <p>“O nome já diz tudo. O bom é que tem uma quadra de futebol e de skate. A Praça do CEU é um local para se divertir e aprender coisas novas. Tem o CRAS para as pessoas que necessitam de atendimento”.</p> <p>“É umas atividades que se faz: joga bola, andar de skate e fazer capoeira”.</p> <p>“Por que eu não vou na praça ceu”.</p> <p>“É onde acontece os projeto, reuniões e coisas desse tipo”.</p>		
2	<p>“bem onde fica a praça ceu deca a lomba semce pra banda do colégio vira pra baixo dai sai desendo e quando chega la vai te um beco sem saída”.</p> <p>“sim, bairro: Vargas, rua: Igrejinha”.</p> <p>“Moro no Bairro 7/Rua da ladeira”.</p> <p>“Moro no bairro sete”.</p> <p>“eu moro longe da praça. Bairro: parque Joel Raposo Tavares”.</p> <p>“é um pouco Longinho mais minha casa se localiza No Bairro Sete, Rua da Ladeira 176”.</p> <p>“Eu moro no beco santa luzia Bair Vargas”.</p>		
3		<p>“A um ano”.</p> <p>“1 ano”.</p> <p>“Há mais de um ano”.</p>	

Pergunta	Conceito da Praça CEU	Educação Ambiental	Espaço de Convivência e Interação Social
		<p>“4 anos”.</p> <p>“é minha primeira vez”.</p> <p>“2 Anos Por Aí”.</p> <p>“faz pouco tempo que eu to participando”.</p>	
4		<p>“Sim, cuidar do nosso planeta, reciclar, cuidar do que é nosso”. Na escola nós pintamos, limpamos, arrumamos a escola enfim, fazemos panfletagem explicamos tudo pros moradores”.</p> <p>“Sim, ajudar a sociedade a cuidar do planeta e mostrar como fazer próxima geração que vir já souber”.</p> <p>“falar com as pessoas sobre a reciclagem, entregar panfleto, fazer tudo que falam para as pessoas, limpar os lugares e não deixar lixo e essas coisa no chão”.</p> <p>“cuidar do seu ambiente tipo aqui na escola nosso papel é manter ela bem cuidada e bonita”.</p> <p>“é cuidar do meio ambiente”.</p> <p>“é quem cuida da cidade quem preserva e cuida de nós também”.</p> <p>“A separar o lixo de forma organizada e consciente”.</p>	
5		<p>“Não joga papel no chão, limpa o pátio da minha casa”.</p> <p>“E não me lembro”.</p> <p>“Entregamos panfletos, não jogamos lixo no chão, recolhemos pets latinhas para a escola arrecadar dinheiro”.</p>	

Pergunta	Conceito da Praça CEU	Educação Ambiental	Espaço de Convivência e Interação Social
		<p>“Só na escola mesmo. As maiorias das vezes Nós vamos nos Bairro nós mostra e fala um poko dos materiais pet, nós vamos nas casas buscar materiais”.</p> <p>“leva o lixo no lixo quando toma refri bota a lata no lixo pra não tocar no chão”.</p>	
6		<p>“Não joga lixo”.</p> <p>“Sim, o Projeto Delegados mirins onde eu e as minhas amigas sono chamadas para discursar”.</p> <p>“Não tem projeto que envolve a praça céu”.</p> <p>“sim, tem conferências, reuni etc...”</p>	
7			<p>“tem a sala de conferencia (auditório)”.</p> <p>“A mata”.</p> <p>“A quadra e As salas de apresentações”.</p> <p>“Tipo pintar a pista as parede capinar concerta os banheiro”.</p> <p>“Não por que já usam os espaços disponíveis”.</p>
8			<p>“o grupo de jovens”.</p> <p>“Fica longe demais da minha ca</p> <p>“Não participo de nem uma atividade”.</p>
9			<p>“o campo de futebol”.</p> <p>“quadra, pracinha, banheiro, Area de SKATE”.</p> <p>“quadra de futebol e pista de skat”.</p>

Pergunta	Conceito da Praça CEU	Educação Ambiental	Espaço de Convivência e Interação Social
			<p>“tem capoeira, zumba só isso que eu sei”.</p> <p>“Porque lá tem a horta e dá para plantar”.</p> <p>“joga bola, andar de skate, faz capoeira”.</p>
10			<p>“o campo de futebol e a Pista de esquite”.</p> <p>“Pracinha, auditório, Praça de SKATE, etc...”</p> <p>“tem o espaço de jogar bola e capoeira”.</p> <p>“A quadra A pracinha, as cadeiras pra sentar/descansar”.</p> <p>“no campo de joga bola na capoeira na pista de skat”.</p> <p>“A plantação é o que acho que é isso”.</p>
11			<p>“joga bola as vezes”.</p> <p>“jogando futebol e vendo os meninos andar de skate”.</p> <p>“As vezes joga futebol na quadra”.</p> <p>“Sim joga futebol, ando de skate”.</p> <p>“eu faço algumas coisas joga bola e as vezes ando de sknt lá”.</p>

Fonte: Santos (2020).

O piquenique ajudou a confirmar o que haviam respondido no questionário e trouxe novos elementos, como o sentimento de não pertencimento ao projeto. Durante a interação, foi possível perceber o quanto é necessário ouvi-los; em seus relatos (durante o piquenique) dizem que, na maioria das vezes, suas opiniões não são solicitadas para o desenvolvimento das atividades de Educação Ambiental, a qual é coletiva, inclusiva e cidadã, portanto deve-se oportunizar o desenvolvimento da cidadania ativa dos habitantes do território, respeitando as opiniões e os conhecimentos na construção das atividades educativas.

Na medida em que possibilita-se que os indivíduos participem ativamente da construção dos temas que se pretende trabalhar em educação ambiental, pode-se refletir conjuntamente o meio ambiente desejado para a população e, conseqüentemente, para a cidade. Desta maneira, conquista-se o respeito e o compromisso de que atuarão de forma consciente nas causas ambientais. Não há felicidade, e muito menos igualdade, na imposição de atividades as quais supõem-se serem ações afirmativas para o território.

Como refere Camargo (2016, p. 21), “[...] acredita-se que é com a participação da sociedade nos modos de vida da cidade e por meio da educação que se dá o maior investimento em tais promoções”.

Tanto nas respostas do questionário quanto da entrevista com o diretor, ficou claro que a comunidade interage com a Praça não apenas no uso de seus espaços e serviços, mas através da participação no grupo gestor que foi constituído por diferentes vozes que compõem este território.

As figuras apresentadas a seguir são ilustrações alusivas às percepções e conceitos dos estudantes em relação à Praça CEU, utilizadas para melhor visualizar os dados coletados na pesquisa.

O conceito de Praça CEU (Fig. 4)



Fonte: Santos (2020).

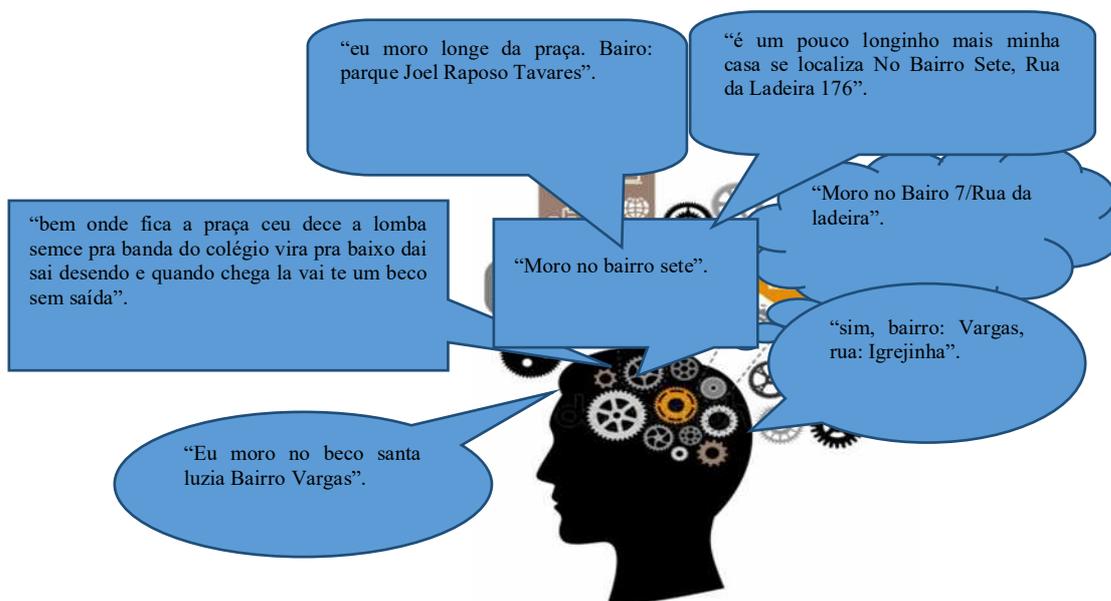
As questões 1 e 2 estão relacionadas com a categoria de análise Conceito da Praça CEU (CPC). Na questão de número 1, os estudantes foram questionados quanto à definição do que é uma Praça CEU. Dos sete estudantes, apenas um não soube responder, pois não utiliza a Praça CEU; e os demais foram unânimes em descrever a Praça CEU como um espaço que possui estrutura física para o lazer. Um estudante acredita que possibilita que as famílias passem o dia. Relatam que há a realização de cursos, mas não especificam quais.

A partir das respostas dos estudantes, denota-se que conhecem o espaço através dos diversos usos que fazem. A relação criada com a Praça CEU revela a identificação com o território. Para o reconhecimento e a compreensão deste ambiente, buscamos a definição de território na perspectiva de Martin (2014, p. 26): “A noção de cidade está associada a questão territorial, ao espaço geográfico, como uma unidade de diversidade, onde se materializa a relação sociedade-natureza e a história humana”.

A Educação Ambiental na construção dos Interlocutores Ambientais pode ocorrer a partir da utilização do espaço da Praça CEU?

A Praça CEU está presente no cotidiano da comunidade da Vila Vargas, sendo o único espaço disponível para o lazer e acesso aos programas e serviços oferecidos pelo poder público. Por estar imersa no cotidiano da comunidade, torna-se um espaço/território de atuação da Educação Ambiental contextualizada, adequado para o desenvolvimento de atividades que buscam a quebra de paradigma entre meio ambiente e a cidade.

A área de abrangência da Praça CEU (Fig. 5)



Fonte: Santos (2020).

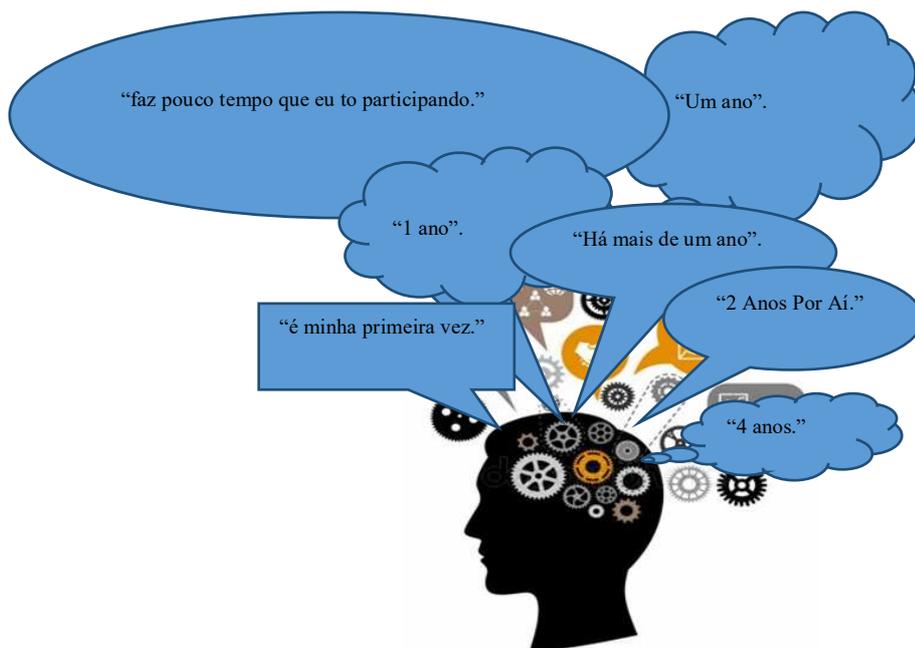
A questão 2 está relacionada com a proximidade que as residências dos estudantes têm da Praça CEU. Dos sete participantes da pesquisa, um é do Bairro Vargas, dois são do Bairro Sete, dois são do Bairro Parque Joel, um do Loteamento Santa Luzia e um da Vila Esperança. O Bairro Vargas e o Loteamento Santa Luzia ficam próximos à Praça CEU, e os demais bairros estão aproximadamente a 1,5 km da Praça CEU.

Os jovens analisados na pesquisa dependem exclusivamente de políticas públicas para atender suas necessidades básicas de educação, saúde, segurança, transporte, trabalho e lazer. O projeto da Praça CEU no território sapucaense teve como principal objetivo minimizar e interromper a perpetuação das condições socioeconômicas da população do entorno. A grande Vargas constitui-se um cenário de poucas possibilidades para seus moradores.

Neste cenário de poucas possibilidades é que se busca construir os Interlocutores Ambientais como agentes de interação comunicativa com a sociedade, interação comunicativa

essa construída através da ação e reflexão sobre as questões ambientais da cidade. Para Camargo (2016, p. 22), “qualificar a cidade, para que a cidade eduque, conforme traçam as entrelinhas do artigo 205 da Constituição Federal de 1988”.

Os Interlocutores Ambientais e a continuidade dos projetos (Fig. 6)



Fonte: Santos (2020).

A pergunta de número 3 questiona os estudantes quanto ao tempo em que participam do projeto Interlocutores Ambientais na EMEF Getúlio Vargas. Dos sete estudantes que responderam o questionário, quatro participam do projeto há um ano, dois há quatro anos e um há dois anos.

Nestas questões pode-se compreender que não há continuidade dos projetos, ocorrendo uma grande rotatividade dos indivíduos.

Mas por que isso acontece?

A ininterruptão das propostas depende, também, dos executores, pois a cada ano que passa, há troca de professor. A rotatividade de professores e estudantes não possibilita constância das atividades educativas, pois cada formação é iniciada do zero com os conceitos básicos sobre Educação Ambiental. Parece um eterno recomeço, mas a continuação permitiria

que os Interlocutores Ambientais pudessem avançar no processo ensino-aprendizagem sobre as questões ambientais.

Como é possível enfrentar a descontinuidade dos projetos em Educação Ambiental? Como criar mecanismos de proteção contra estas rupturas?

Há muitos instrumentos normativos da política pública de Educação Ambiental, mas mesmo assim as rupturas na área da Educação Ambiental ocorrem.

Ocorrem por ordem financeira ou política?

As mudanças de hábitos e atitudes necessitam tempo e conhecimento para que ocorram. Para que aconteçam as transformações, há um longo caminho na busca dos conhecimentos que possam auxiliar na quebra de paradigma. A sequência dos planos possibilitaria a promoção de atividades pedagógicas com o intuito de estimular a consciência ambiental, para que fosse de fato concreta, através do despertar da capacidade de discernimento de que as questões ambientais são intrínsecas ao cotidiano das cidades.

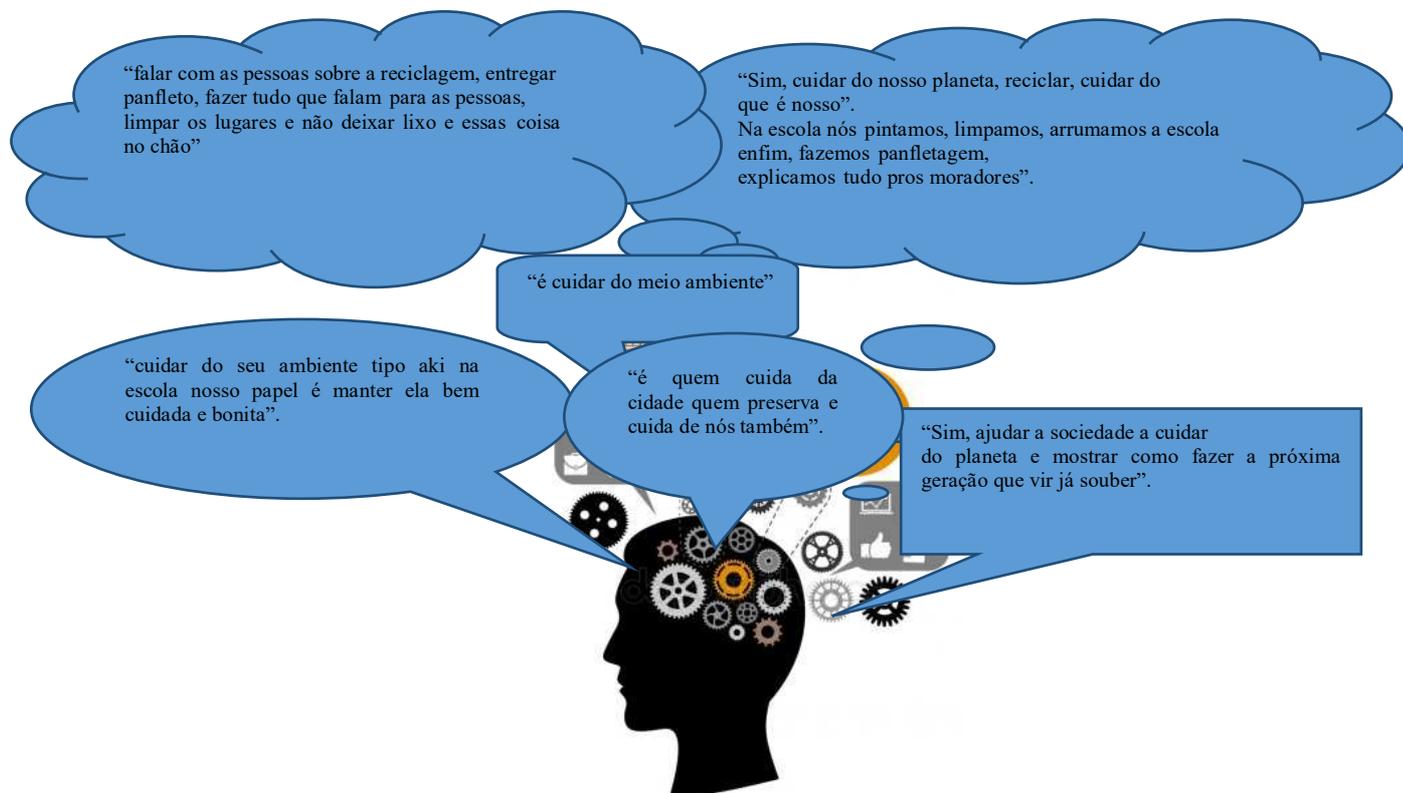
Viabilizar o entendimento da necessidade de posicionamento frente aos contextos social e político que envolvem as questões socioambientais é um fator importante para a compreensão da degradação ambiental, mas o pensamento lógico e consciente do comportamento frente à temática possibilitará a construção de um futuro promissor, entretanto apenas ocorrerá por intermeio da ação e reflexão, podendo assim conceber hábitos e atitudes coerentes com as necessidades sociais e ambientais, julgando-as com lucidez.

Almejando esclarecer a Educação Ambiental que queremos, citamos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (2012) como um dos marcos referenciais que serviram de base para construir a formação continuada dos Interlocutores Ambientais. Neste documento ressalta-se o aspecto pedagógico da EA dizendo que:

Art. 3º A Educação Ambiental visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído.

O Brasil é um país rico em políticas públicas, falta conhecimento e a apropriação delas por parte da população, pois na medida em que a população se conscientizar dos direitos garantidos constitucionalmente, abrem-se as cortinas do desconhecimento, pois a partir da participação de todos em prol da coletividade poderemos vislumbrar mudanças no *status quo*.

Qual o papel de um Interlocutor Ambiental? (Fig. 7)



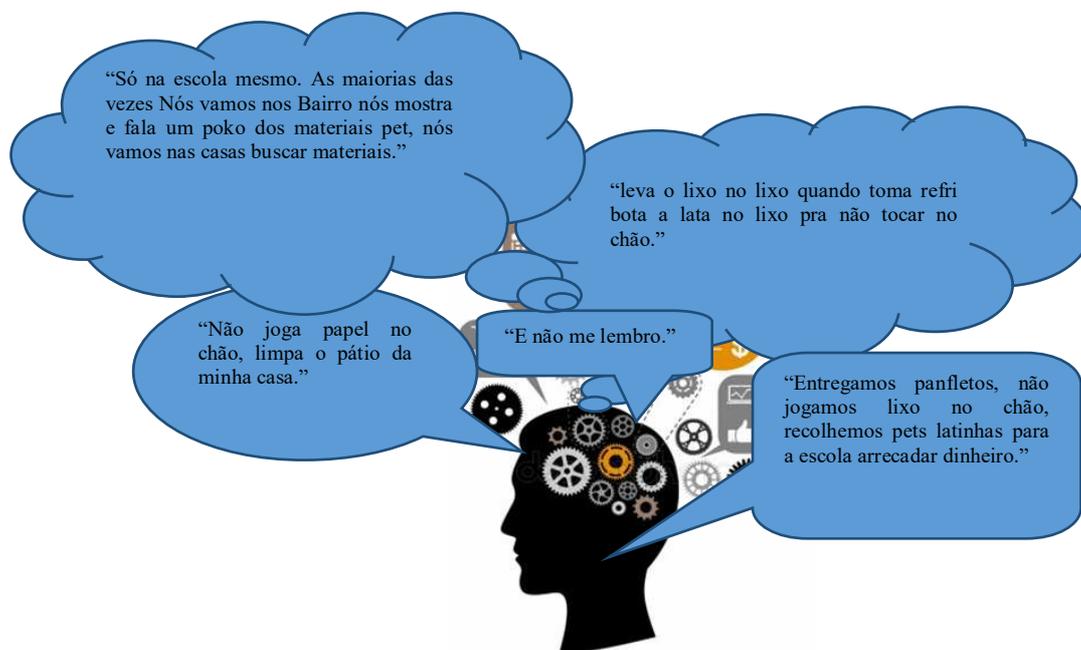
Fonte: Santos (2020).

Na pergunta de número 4, os estudantes foram questionados sobre qual o papel de um Interlocutor Ambiental. A partir das respostas, identifica-se que a Educação Ambiental desenvolvida na escola classifica-se como tradicional, pois suas atividades não podem ser classificadas como formação de interlocutores. As atividades estão dissociadas do contexto da comunidade, pois trabalham com a temática resíduos sólidos, mas não tratam das questões sociais e ambientais enfrentadas em função do descarte de materiais recicláveis em locais inadequados. Tendo como marco referencial as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (2012), no seu artigo 4º, pode-se compreender que: “A Educação Ambiental é construída com responsabilidade cidadã, na reciprocidade das relações dos seres humanos entre si e com a natureza”.

Pode-se considerar ações mecânicas que não envolvem a ação e reflexão sobre o contexto social e ambiental do território em que vivem. Os aspectos ambientais da comunidade local foram sendo modificados ao longo dos anos em função da ocupação desordenada, mas em nenhum momento são tratados pelos estudantes desta pesquisa, que

estão vivenciando a Educação Ambiental através do projeto, desenvolvendo atividades na escola que não se configuram como atividade pedagógica.

Quais as ações dos Interlocutores Ambientais na comunidade? (Fig. 8)



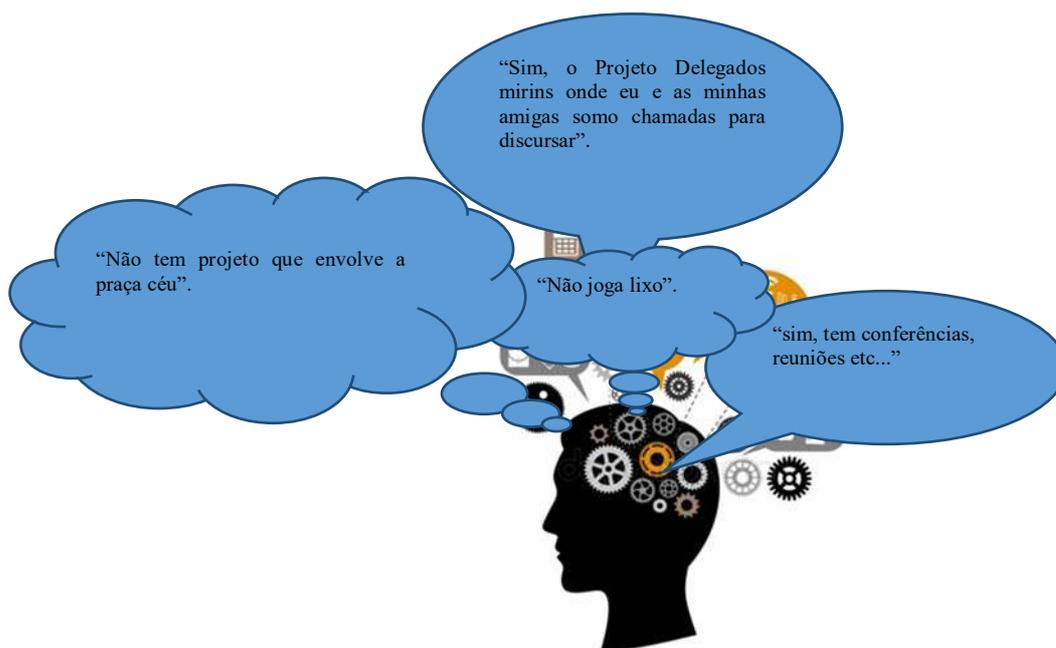
Fonte: Santos (2020).

Na questão de número 5, os estudantes foram questionados se há projetos desenvolvidos por eles na comunidade fora da escola. Nesta questão não houve resposta satisfatória, pois responderam a pergunta como se fosse a anterior. Todas as respostas estão relacionadas com a questão 4, caracterizando que não desenvolvem projeto de Educação Ambiental na comunidade local. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (2012), em seu artigo 5º, estabelecem que: “A Educação Ambiental não é atividade neutra, pois envolve valores, interesses, visões de mundo e, desse modo, deve assumir na prática educativa, de forma articulada e interdependente, as suas dimensões política e pedagógica”.

Para a formação de Interlocutores Ambientais, as atividades de Educação Ambiental devem ocorrer articuladas com o contexto social e ambiental da comunidade. A prática educativa deve assumir seu papel de problematizadora das questões do dia a dia. A comunidade sofre com os problemas sociais e com a degradação ambiental todos os dias, não são, portanto, eventuais. As atividades devem abordar a temática da realidade da cidade, não

apenas identificando os focos de lixo, mas buscando alternativas em conjunto, aproximando e conectando as atividades práticas com a realidade. A Educação Ambiental, como uma atividade que não é neutra, deve envolver os interesses do território.

Há ações dos Interlocutores Ambientais na Praça CEU? (Fig. 9)



Fonte: Santos (2020).

Na questão de número 6, os estudantes são interrogados se a escola desenvolve projetos de Educação Ambiental na Praça CEU envolvendo os Interlocutores Ambientais. Dos sete participantes, apenas dois estudantes responderam, mas suas respostas não respondem a pergunta e descrevem que participam de reuniões e conferências na Praça CEU como Delegados Mirins. As atividades relatadas pelos estudantes, tanto nas respostas do questionário quanto durante a observação participante, remetem a um contexto que não possibilita interação com a realidade, apenas a reprodução de comportamentos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (2012) permitem o entendimento de que:

Art. 2º A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

São construções a serem feitas, mas, para isso, deve-se assumir que a Educação Ambiental não é neutra, caracterizada como uma atividade intencional, cabendo o seu desenvolvimento em prol da melhoria da qualidade de vida da sociedade. Só haverá qualidade de vida quando entendermos que depende de um meio ambiente equilibrado.

Atividades oferecidas na Praça CEU (Fig. 10)



Fonte: Santos (2020).

A pergunta 7 foi se na área institucional e área verde Praça CEU há espaço para as ações dos Interlocutores Ambientais. Dos sete participantes, apenas dois estudantes responderam, referindo-se às salas de multiuso, à quadra e ao auditório; um estudante citou a mata; dois não responderam; e dois deram outra resposta que não corresponde com a pergunta. As práticas e vivências em Educação Ambiental devem permitir uma inserção social mais ativa e cidadã dos Interlocutores Ambientais, estimulando-os a atuarem na realidade da comunidade.

As perguntas 3, 4, 5, 6 e 7 estão na categoria de análise Educação Ambiental (EA) e, através da análise do questionário, buscou-se identificar a participação dos estudantes no Projeto Interlocutores Ambientais e quanto à compreensão do seu papel na comunidade. As respostas dos estudantes, registradas no questionário, revela a forma como é trabalhada a Educação Ambiental na escola e ficou claro que não ocorre de fato Educação Ambiental, pois as respostas são vagas, dizendo que “é cuidar do meio ambiente”, mas não diz de que forma. Nas outras respostas, relatam que conversam com comunidade para não jogar lixo no chão e distribuem panfletos.

Durante a investigação, pudemos perceber o viés tradicional da educação ambiental que estes estudantes vivenciam. Esta pesquisa possibilitou registrar a percepção de que os estudantes não estão vivenciando a Educação Ambiental no espaço escolar. Foi possível registrar, através do questionário, as atividades que são desenvolvidas pelos estudantes na escola.

Mas por que estas atividades não podem ser caracterizadas como Educação Ambiental?

Com foco na experiência adquirida ao longo dos anos de atuação como educadores na área ambiental, a pesquisadora aprendeu a orientar-se em políticas públicas como a Política Nacional de Educação Ambiental (1999). A partir desta política pública, é possível justificar a avaliação das atividades desenvolvidas com Interlocutores Ambientais, pois:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Mas quais os valores, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências queremos desenvolver para a conservação do meio ambiente?

O entendimento de que a natureza permeia a vida nas cidades poderá circunstanciar a tomada de consciência frente a este tema. O comportamento que queremos mudar requer uma capacidade decorrente da percepção sobre a problemática ambiental. Enfrentamos a difícil tarefa de estimular a consciência de que os recursos naturais são um bem comum, e que a sua conservação possibilitará a qualidade de vida que tanto almejamos.

Praça CEU está aberta à comunidade? (Fig. 11)



Fonte: Santos (2020).

Dos sete participantes, seis responderam que não participam e um estudante informou que participa do grupo de jovens desbravadores. A pouca participação nas oficinas oferecidas na Praça CEU foi justificada pelos estudantes pela distância que fica de suas residências e por não conhecerem as atividades desenvolvidas.

Acredita-se que, por ser um projeto novo, ainda não atingiu seu ápice. Na medida em que a comunidade irá se apropriando deste espaço, sua consolidação ocorrerá de maneira gradual, pois não é um projeto apenas do governo, mas para a comunidade e da comunidade.

Há espaço físico, disponível, na Praça CEU? (Fig. 12)



Fonte: Santos (2020).

Dos sete participantes, um citou a horta comunitária e que podem plantar; dois citaram a quadra poliesportiva onde podem jogar bola e fazer capoeira, a pista de *skate*; um disse que não há espaço para a comunidade; um citou a capoeira e zumba; um citou uma quadra, pracinha, banheiro e a pista de *skate*; e um não respondeu.

Há a disponibilidade de espaços para comunidade? (Fig. 13)



Fonte: Santos (2020)

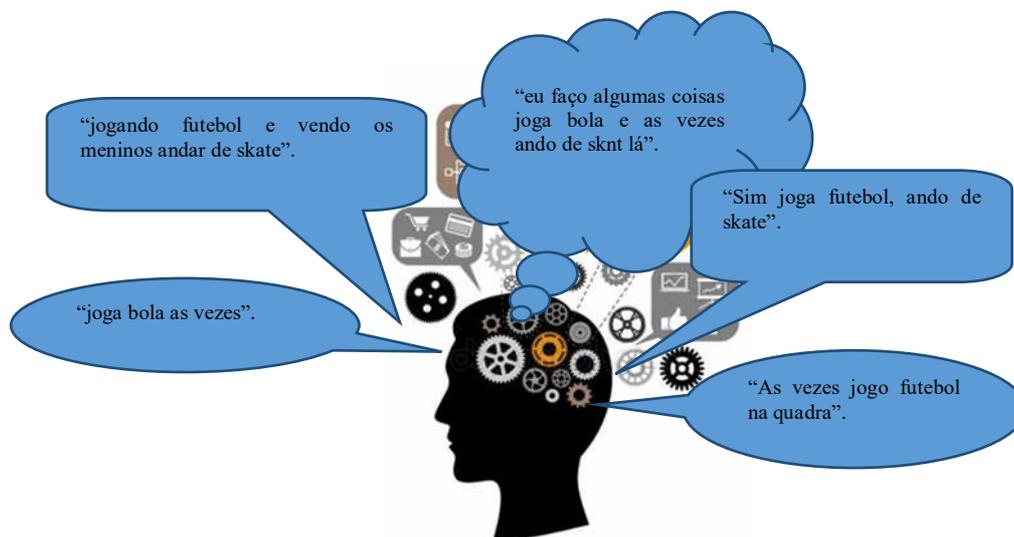
Conhecendo a Praça CEU (Fig. 14)



Fonte: Santos (2020).

Dos sete participantes, cinco conhecem os espaços disponíveis na Praça CEU e utilizam para a prática de esportes como a capoeira, jogar futebol e andar de *skate*. Citam que utilizam a pracinha, o auditório e os bancos para sentar e descansar, mas também, plantam na horta comunitária. Dois não conhecem os espaços da Praça CEU.

Como utilizam a Praça CEU? (Fig. 15)



Fonte: Santos (2020).

Dos sete participantes, quatro conhecem e utilizam os espaços disponíveis para jogar futebol, andar de *skate*, ver os meninos e jogar capoeira, e três não utilizam os espaços da Praça CEU.

As questões 8, 9, 10 e 11 referem-se à categoria de Espaço de Convivência e de Interação Social. Neste quesito a Praça CEU é bem frequentada. Esta afirmação foi ratificada através das mais de mil formaturas que ocorrem anualmente e das respostas do questionário.

A Praça CEU, por ser um espaço/território de Convivência e de Interação Social na cidade, pode ser considerada um espaço educativo construído a partir das necessidades sociais de uma comunidade, espaço esse que propicia a execução de atividades de Educação Ambiental por retratar a realidade socioambiental do lugar, território de vivência, das interações humanas quase perdidas e confinadas às redomas de concreto e vidro, onde não é possível sentir a luz e o ar do ambiente construído que ainda guarda alguns sobreviventes. A ocupação desenfreada, através da especulação imobiliária, não ocorre para a melhoria da coletividade, mas para o lucro de poucos.

Cabe lembrar a Lei n.º 9.795 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (1999):

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

Quando há apropriação, sem medo ou vergonha, do que nos garante o maior marco jurídico, que é a Constituição Federal em seu Capítulo III – da Educação, da Cultura e do Desporto na seção I da Educação que nos diz que (1988), poder-se-á reescrever a história:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Como Educadores Ambientais é muito importante sempre rever os marcos referenciais para que não sejam negados os direitos da coletividade com atividades de Educação Ambiental executadas para “inglês ver”, mas reivindicando do planejamento urbano o direito de ter, na periferia, áreas verdes e de convivência social, áreas que permitam o contato com a natureza, não só no centro da cidade.

A preservação e a conservação da natureza apareceu como um nicho de mercado como moda, mas os avanços em pesquisas vêm demonstrando a importância dos estudos feitos com espécies de répteis, aracnídeos e anfíbios para a medicina. Não há como negar, diante de tantas descobertas de plantas que curam e de venenos de cobras utilizados em medicamentos, que precisamos da natureza para a nossa qualidade de vida.

Todos nós temos o direito ao meio ambiente equilibrado, mas também o dever de participar da busca por esse equilíbrio entre meio ambiente e sociedade. Essa busca se dá através do conhecimento, por isso o papel da Educação Ambiental na construção da consciência ambiental.

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Ambiental é um campo amplo de estudo envolvendo várias áreas do conhecimento. A Praça CEU de Sapucaia do Sul surge nesse cenário em que a Educação Ambiental de fato é utilizada não porque a compreendem como necessária, mas como moda, pois se de fato os gestores públicos a entendessem como importante para a formação integral dos indivíduos, não sofreria a descontinuidade de programas e projetos. A descontinuidade

ocorre também porque a sociedade não se apropriou dos marcos legais que dão direito a uma educação de qualidade. Enquanto negligenciarmos as políticas públicas, o bem coletivo não será prioridade na pauta dos governos.

Em muitos discursos, fala-se em “desenvolvimento”, mas a que custo? O custo da degradação ambiental através da descaracterização da malha hídrica, da impermeabilização do solo, poluição das águas, biopirataria e da derrubada das florestas.

Enquanto a formação das cidades ocorrer de maneira desordenada, os problemas socioambientais não serão resolvidos. Devido à migração da zona rural para a zona urbana em busca de trabalho, vão se formando, da noite para o dia, loteamentos sem infraestrutura. Baseados na pesquisa de Severo (2015, p. 254), pode-se concluir que, quando esse espaço não é vivenciado, por ser ocupado de forma indevida, por medo da violência ou por falta de estruturas que possibilitem o seu uso pela comunidade, a coletividade perde a oportunidade de vivenciar contatos formadores, construtores e fortalecedores da identidade social, construídas através das sociabilidades e expressas através da cultura.

Mas que desenvolvimento é esse? “Desenvolvimento” que beneficia poucos onde o bem capital é mais importante que as pessoas.

O que vale mais? Uma floresta em pé ou derrubada?

Não há divulgação de informações importantes acerca dos milhões de litros de água que uma floresta produz, e das pesquisas desenvolvidas a partir do uso de plantas para a cura de doenças. Se a natureza fosse cobrar imposto sobre os benefícios que nos traz, seriam impagáveis.

O fragmento de mata da Praça CEU não é uma floresta amazônica, mas é a natureza da cidade de Sapucaia do Sul, natureza negada pela dicotomia entre sociedade e meio ambiente, mas a partir da construção dos Interlocutores Ambientais busca-se o estímulo para a iniciação científica dos jovens, através da promoção do conhecimento e da difusão de uma cultura ambiental de conservação do meio ambiente das cidades.

O debate sobre o que é a biodiversidade, a partir do fragmento de mata e o quanto a vegetação contribui para a qualidade de vida da comunidade do entorno permite a realização de estudos que possam aguçar a curiosidade científica dos professores e estudantes. Com esta intervenção pedagógica almeja-se que compreendam os processos pelos quais os ecossistemas se mantêm equilibrados, pois estes saberes são mais importantes do que a reprodução de conceitos científicos.

Durante a sistematização das informações coletadas a partir do questionário e da observação participante (piquenique) ficou clara a relevância da Praça CEU como espaço de

convivência e de interação social para os jovens pesquisados. Na entrevista com o diretor da escola foi relatado que antes da Praça CEU não havia espaço de cultura e lazer para a comunidade do entorno.

No início, o grupo da comissão de gestão compartilhada da Praça CEU acreditou que haveria depredação dos equipamentos e do prédio, mas não aconteceu, bem pelo contrário, as pessoas ajudam a cuidar. Acredita-se que não houve depredação porque a população foi convidada a participar, tanto do planejamento da obra quanto da gestão.

Após a implementação da Praça CEU, em Sapucaia do Sul, na vila Vargas, houve uma grande mudança para comunidade, pois as pessoas passaram a ter acesso a inúmeros serviços e atividades de cultura e lazer que antes não tinham. Há integração entre a Praça CEU e a escola, pois os professores utilizam a área de lazer e o auditório com seus alunos.

A análise dos dados demonstrou que a Educação Ambiental (EA) desenvolvida na escola e a forma como a caracterizam pode ser definida como tradicional. Propomos, nesse estudo, a Educação Ambiental contextualizada, a partir da interação com os espaços públicos da cidade. Na perspectiva das Cidades Educadoras, a Praça CEU é um espaço educativo em construção, pois as atividades de Educação Ambiental desenvolvidas não dialogam com o texto do entorno.

Estudos como o de Severo (2017, p. 254) demonstram que “os espaços públicos são fundamentais para a formação humana, possibilitam o sentido de pertencimento a um lugar coletivo, muito além do grupo familiar”.

A jornada é longa porque falamos de mudanças de hábitos e atitudes, mas prazerosa ao saber que estamos no caminho certo e de que toda luta não foi em vão. Ao longo da história da educação brasileira é notório que todos os programas e projetos desenvolvidos com o objetivo de politizar e de empoderamento da população sempre foram deixados de lado.

Deixa-se registrada a motivação da pesquisadora para a continuidade de mais pesquisas relacionadas às atividades educativas desenvolvidas para contribuir com a construção dos Interlocutores Ambientais a partir da utilização da Praça CEU como sala de aula, e desse modo justifica-se o uso dos espaços não formais para o desenvolvimento das atividades de Educação Ambiental, salientando, também, a importância da cidade como espaço de pesquisa, vendo o território como campo de estudos e interagindo com os espaços públicos inseridos no meio ambiente construído.

4.6 REFERÊNCIAS

ABIÓTICO. Disponível em: <https://conceito.de/abiótico>. Acesso em: 10 fev. 2020.

ABRAMOWICZ, Joice. **O ensino de ciências na Educação de Jovens e Adultos em escolas da rede municipal de Porto Alegre/RS**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) - Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, UFRGS, Porto Alegre, 2019. 145f.

A DIFERENÇA entre lixo, resíduo e rejeito e como é feito o seu gerenciamento. **VG Resíduos**, Belo Horizonte, MG, 4 maio 2017. Disponível em: <https://www.vgresiduos.com.br/blog/diferenca-entre-lixo-residuo-rejeito/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

ASSOREAMENTO. *In*: DICIONÁRIO Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/assoreamento/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2019. 577 p. Atualizada até a EC n. 105/2019. ISBN: 978-85-54223-41-0.

BRASIL. Decreto n. 94.076, de 5 de março de 1987. Institui o Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 mar. 1987, p. 3159. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-94076-5-marco-1987-444426-norma-pe.html>. Acesso em: 14 jan. 2020.

BRASIL ESCOLA. **Educação ambiental e os 5 RS**. Disponível em: <https://educador.brasilescola.uol.com.br/estrategias-ensino/educacao-ambiental-os-5-rs.htm>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL ESCOLA. **Erosão**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/erosao.htm>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jul. 2000, p. 1.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que institui a Política Urbana. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jul. 2001, p. 1, ret. 17 jul. 2001, p. 1.

BRASIL. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>

BRASIL. Lei n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei

no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 jan. 2007, p. 3; ret. 11 jan. 2007, p. 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2007/lei-11445-5-janeiro-2007-549031-norma-actualizada-pl.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS); altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=636>. Acesso em: 3 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Praça dos Esportes e da Cultura**: Manual de Instruções para Contratação e Execução. Brasília, DF, maio 2011.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Práticas de gestão das Praças CEU**: Formação de redes e promoção da Praça. Brasília, DF, ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Economia. **O que é o PAC?** Brasília, DF, 22 maio 2015. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento/visao-geral/o-que-e-o-pac>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Meio Ambiente e Saúde. Brasília, DF: Secretaria de Educação Fundamental, 1997. 128 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 jun. 2012, n. 116, p. 70.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Caminho das águas**: conhecimento, uso, gestão. Rio de Janeiro, RJ: Agência Nacional das Águas, 2006. (Caderno do professor)

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução n. 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 53, 18 maio 2005, p. 58-63.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Encontros e caminhos**: formação de educadoras (res) ambientais e coletivos educadores. Brasília, DF: Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. ICMBio. **Biodiversidades**: fitofisionomias. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/projetojalapao/pt/biodiversidade-3/fitofisionomias.html?showall=&start=6>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Juventudes, participação e cuidado com a água**: módulo I. Brasília, DF, 2017. Curso EAD. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/educacao_ambiental/juventude_cuidados_com_a_agua.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **O que é coleta seletiva?** Disponível em: <https://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclavéis/reciclagem-e-reaproveitamento.html>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **O que é Conama?** Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/estr.cfm>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRUSTOLIN, Rosane Kohl. **A linguagem da educação ambiental e a construção da pertença planetária**. Orientador: Eliana Maria do Sacramento Soares. 2012. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Caxias do Sul, RS, 2012.

CAMARGO, Elimei Paleari do Amaral. **Cidades educadoras sob uma perspectiva constitucional**. Orientador: Richard Paulo Pae Kim. 2016. 202 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Educação, Piracicaba, SP, 2016.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

ESTAÇÃO CIDADANIA-CULTURA. **Praças CEUS: o programa**. Disponível em: <http://ceus.cultura.gov.br/o-programa/>. Acesso em: 14 jan. 2020.

FRAGMAQ. **Para onde vai todo este lixo?** Diadema, SP, 2 nov. 2012. Disponível em: <https://www.agmaq.com.br/blog/reciclagem-residuos-solidos/para-onde-vai-todo-este-lixo/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

FRAGMAQ. **O que são resíduos sólidos?** Diadema, SP, 29 jul. 2015. Disponível em: <https://www.agmaq.com.br/blog/sao-residuos-solidos/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

GÁS METANO. **Site sustentável**. Disponível em: <https://sitesustentavel.com.br/gas-metano/>. Acesso em: entre 10 e 14 de fevereiro de 2020.

GEOFOCO BRASIL. **O que é impermeabilização do solo**. Belo Horizonte, MG, 28 maio 2014. Disponível em: <http://geofoco.com.br/o-que-e-impermeabilizacao-do-solo/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

GROTZINGER, John; JORDAN, Tom. **Para entender a terra**. Tradução: Iuri Duquia Abreu; revisão técnica: Rualdo Menegat. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

MARTIN, Carolina. **Cidades Educadoras no Estado de São Paulo: análise das ações frente ao perfil temático e aos princípios do movimento**. Orientador: Cleiton de Oliveira. 2014. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas/Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP, 2014.

MÜLLER, Angélica Michels. **Percepção e cuidado pelo viés socioambiental: um estudo na escola de ensino fundamental Fábio da Silva sobre a relação ser humano-escola-comunidade**. Orientador: Fátima Elizabeti Marcomin. 2015. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, SC, 2015.

SAPUCAIA DO SUL. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. **Lei n. 3.287, de 30 de dezembro de 2010**. Institui regras de destinação dos resíduos da construção civil no município de sapucaia do sul. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/sapucaia-do-sul/lei-ordinaria/2010/328/3287/lei-ordinaria-n-3287-2010-institui-regras-de-destinacao-dos-residuos-da-construcao-civil-no-municipio-de-sapucaia-do-sul>. Acesso em: 13 fev. 2020.

SAPUCAIA DO SUL. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. **Lei n. 3.388, de 13 de agosto de 2012**. Aprova o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos do município de sapucaia do Sul, nos termos da Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/sapucaia-do-sul/lei-ordinaria/2012/339/3388/lei-ordinaria-n-3388-2012-aprova-o-plano-municipal-de-gestao-integrada-de-residuos-solidos-do-municipio-de-sapucaia-do-sul-nos-termos-da-lei-n-12305-de-02-de-agosto-de-2010-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 13 fev. 2020.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. A cidade como espaço educativo: contribuições da pedagogia social. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, RJ, v. 15, n. 38, p. 248-264, jan./mar. 2018.

SIGNIFICADOS. **O que é chorume**. Disponível em: <https://www.significados.com.br/chorume/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

5 A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS EDUCATIVOS NÃO FORMAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS⁹⁷



Revista Tecné, Episteme y Didaxis. Año 2018. Numero **Extraordinário.** ISSN impreso: 0121-3814, ISSN web: 2323-0126 **Memorias,** Octavo Congreso Internacional de formación de Profesores de Ciencias para la Construcción de Sociedades Sustentables. Octubre 10, 11 Y 12 de 2018, Bogotá

Preliminarmente, justifica-se ao leitor que no momento da escrita do presente artigo⁹⁸ ainda trabalhava-se com a ideia de hierarquização entre os termos formal, não formal e informal, mas após as leituras e a pesquisa em relação a eles, mudou-se o paradigma e optou-se por integrar de forma contínua os diferentes espaços, seja ele formal, não formal ou informal.

A partir das leituras, principalmente para o Estado do Conhecimento, foi-se amadurecendo a ideia de tornar-se necessário (des)hierarquizar os termos formal e não formal, principalmente, de maneira a diminuir o distanciamento entre eles e potencializar sua interface.

Lopes, Inacira Bomfim⁹⁹

Moll, Jaqueline¹⁰⁰

Santos, Loreni A. dos¹⁰¹

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a relevância dos espaços educativos não formais para a formação de professores em suas práticas pedagógicas, utilizando o Parque Zoológico e a Praça CEU (Centro de Artes e Esportes Unificados) como referência. Reconhecendo a importância do tema ambiental no universo educativo e da escola como meio para estimular à iniciação científica, o conhecimento, a difusão de uma cultura ambiental de preservação do meio ambiente e sustentabilidade, torna-se importante refletirmos sobre a Formação de Professores, utilizando-se desses espaços não formais. Articulados em rede no que pode constituir-se como território educativo, o zoo e a Praça CEU materializam tempos, espaços e oportunidades educacionais próprios de uma cidade educadora.

⁹⁷ Nesse artigo não apareceram às palavras-chave por esquecimento no envio do artigo, foram solicitadas de 3 a 5 palavras enviadas posteriormente. Assim, as palavras-chave são: Educação Ambiental, práticas pedagógicas, zoológicos, praça, espaços não formais.

⁹⁸ Artigo publicado na Revista Tecné, Episteme y Didaxis (2018).

⁹⁹ Mestranda da UFRGS, Porto Alegre/RS, lopesinacira@gmail.com.

¹⁰⁰ Profa. Dra. da UFRGS, Porto Alegre/RS, jaquelinemoll@gmail.com.

¹⁰¹ Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Sapucaia do Sul/RS, lorenisantos9@gmail.com.

5.1 INTRODUÇÃO

Bianconi e Caruso (2005) propõem que a educação formal pode ser resumida como aquela que está presente no ensino escolar institucionalizado, cronologicamente, gradual e hierarquicamente estruturada, e a informal como aquela na qual qualquer pessoa adquire e acumula conhecimentos, através de experiência diária em casa, no trabalho e no lazer. A educação não formal define-se como qualquer tentativa educacional organizada e sistemática que, normalmente, se realiza fora dos quadros do sistema formal de ensino.

Como espaços educativos não formais em uma determinada comunidade, os zoológicos e as praças são centros de convivência pública, destacamos-os como ambientes privilegiados para a construção de referências que influenciam na educação da comunidade, devido ao seu potencial educador.

Para Terán *et al.* (2001) é válido diferenciar os espaços não formais de educação em institucionalizados e não institucionalizados. Os primeiros geralmente dispõem de planejamento, estrutura física e monitores capacitados para trabalhar a mediação. Os museus, zoológicos, planetários, jardins botânicos, entre outros, são exemplos de espaços não formais de educação institucionalizados. Praças públicas, mercados, áreas verdes e outros, são usados para fins de ensinamento e podem considerar-se espaços não formais de educação não institucionalizados.

Segundo Müller (1988), um dos princípios básicos da Educação Ambiental é utilizar ambientes educativos e vários métodos para comunicar e adquirir conhecimento sobre o meio ambiente, dando ênfase às atividades e práticas e valorização de experiências pessoais. É inquestionável o desafio e responsabilidade que tem os zoológicos enquanto espaços educativos não formais, proporcionando aos professores e visitantes em geral, informações acessíveis para que haja uma maior aproximação desse público com a natureza e auxiliando na divulgação da Alfabetização Científica. Assim, como também, a importância da Praça CEU enquanto espaço educador na formação continuada dos professores do Coletivo Educador. A Praça CEU é uma política pública do Governo Federal o PAC 2 - Programa de Aceleração do Crescimento.

O Coletivo Educador é previsto pelo Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e o Programa Nacional de Formação de Educadoras e Educadores Ambientais (ProFEA), e tem como objetivo articular as instituições para desenvolver a Educação Ambiental de forma crítica, envolvendo questões socioambientais.

É importante refletirmos sobre o que são esses espaços e/ou territórios educativos, pois na atualidade é consenso de que a escola não é mais o único espaço educacional dentro de uma comunidade, assim como, não são apenas os professores os únicos responsáveis pela mediação de conhecimento. Para definirmos essas questões de espaço, lugar, território, ambiente, faz-se necessário lembrarmos os dois principais objetivos centrais do Programa Mais Educação (Programa Governamental Federal), que é a corresponsabilização de Todos pela Educação, em que a escola reconhece e ganha outros parceiros no território local como consequência desta meta, e a ampliação dos tempos, dos espaços e dos conteúdos educativos dentro e fora da escola. Um dos princípios da Educação Integral, no âmbito do Programa Mais Educação, é a constituição de territórios educativos para o desenvolvimento de atividades de educação integral, por meio da integração dos espaços escolares com equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas públicas, praças, parques, museus e cinemas. Percebe-se então que as parcerias com outras instituições, de educação não formal, são muito importantes, pois amplia os espaços e essa é a proposta central do Programa Mais Educação. É preciso expandir os espaços educativos. A Carta das Cidades Educadoras (Declaração de Barcelona, 1990), em sua introdução, nos diz que hoje, mais do que nunca, a cidade grande ou pequena, dispõe de inúmeras possibilidades educadoras. De uma forma ou de outra contém em si mesma elementos importantes para uma formação integral, que é o proposto pelo Programa de Educação Integral.

Buscamos integrar as atividades de educação ambiental do Parque Zoológico e da Praça CEU, com as atividades das escolas públicas de Sapucaia do Sul a partir da formação continuada de professores, promovida pelas Secretarias de Meio Ambiente e de Educação.

A proposta é refletirmos de que forma as atividades de Educação Ambiental nos espaços educativos podem integrar-se às políticas públicas e aos programas federais, como o Programa Mais Educação, por exemplo, com os que desenvolvemos no município, pois um dos princípios de uma cidade educadora, conforme a Carta das Cidades Educadoras (Declaração de Barcelona, 1990), é fazer com que os municípios exerçam com eficácia as competências que lhes são atribuídas em matéria de educação. Qualquer que seja o alcance dessas competências, eles deverão desenvolver uma política educativa exaustiva de índole global, com o fim de incluir todas as modalidades de educação formal e não formal, as diversas manifestações culturais, as fontes de informação e os meios de descoberta da realidade que existam na cidade.

Como forma de interagir com as atividades nos diferentes espaços, utiliza-se como método pedagógico a visita orientada aos bastidores do zoo.

Relatamos a seguir uma das experiências vivenciadas no Parque Zoológico da Fundação Zoobotânica, em Sapucaia do Sul.

A atividade prática desenvolvida no Parque Zoológico foi uma palestra sobre os Biomas Brasileiros e a fauna ameaçada de extinção, com alunos de quatro turmas de primeiro ano de uma Escola do município de Sapucaia do Sul. A palestra fez um convite a uma reflexão sobre o que consumimos a matéria prima necessária, a questão ambiental, a fauna e as possíveis soluções.

Por exemplo, o que uma lata de refrigerante tem a ver com a Amazônia?

Tudo o que consumimos é extraído de algum lugar. Para a fabricação de uma lata de refrigerante é necessário extrair a bauxita, que é um mineral cuja reserva se encontra na Floresta Amazônica, onde vive o macaco-aranha, uma das espécies ameaçadas de extinção pela perda do ambiente, e que temos no zoológico.

Com esse exemplo a abordagem fica mais significativa e aproxima a questão da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), pois o aluno desenvolve o senso crítico frente ao problema levantado e que faz parte de seu cotidiano.

Marandino e Krasilchik (2004), no livro “Ensino de Ciências e Cidadania”, abordam a questão da interdisciplinaridade. No exemplo citado anteriormente, o professor trabalha nas diferentes disciplinas, a questão do consumismo, área geográfica da espécie, a Floresta a Amazônica, os demais Biomas Brasileiros, as consequências ambientais da devastação dos Biomas e as possíveis soluções que estão ao alcance de cada um.

Antecedendo a palestra, os alunos foram instigados a conhecer as características de cada bioma, as espécies que habitam localização geográfica, vegetação predominante e os benefícios da biodiversidade. Com isso, atividades como construção de mapas e maquetes sobre o tema foram exploradas para enriquecimento da sala de aula nas disciplinas de geografia e biologia. Durante a palestra, esses conceitos foram abordados e contextualizados com a situação do Parque Zoológico e seus animais. Após a palestra os alunos foram convidados a conhecer o parque e registrar com fotos os animais que mais os chamaram atenção.

Em sala de aula, o grupo de alunos produziu um material referente à saída pedagógica, mostrando os caminhos percorridos dentro do Parque Zoológico. Na disciplina de geografia eles reconheceram e desenvolveram um mapa identificando cada bioma dos animais fotografados; em biologia trabalharam a origem, o nome científico e características dos animais; em química os alunos pesquisaram sobre a alimentação de cada animal e os

elementos químicos presentes nela; e em física cada aluno calculou a força peso que esses animais exercem.

Após as atividades, os alunos confeccionaram um varal com todas as informações trabalhadas ao longo da semana, mostrando tudo que conheceram e desenvolveram depois da atividade no Parque Zoológico.

A partir desse exemplo prático a atividade possibilitou aos alunos uma reflexão sobre a importância que o Parque Zoológico possui naquela região e o quanto esse espaço de educação não formal está inserido em temas ambientais e atuais, e não somente referentes à flora e fauna, mas quanto à problemática dos resíduos sólidos, preservação da água, e muito mais.

A Praça CEU, como espaço não formal de educação não institucionalizado, oportuniza aos participantes trilhas interpretativas para averiguar a magnitude das atividades desenvolvidas. Diante da problemática ambiental que afeta a área de abrangência da Praça CEU promove-se a transposição didática de conhecimentos sobre o ambiente natural local, utilizando-se da transversalidade da educação ambiental como ferramenta pedagógica de modo a identificar a relevância das atividades desenvolvidas na Praça CEU e sua pertinência na mudança de comportamento da comunidade.

5.2 REFERÊNCIAS

BIANCONI, M. Lucia; CARUSO, Francisco. Apresentação: Educação não formal. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 57, n. 4, p. 20, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2002.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Ciências naturais**. Brasília: MEC/SEF, 1997. 137 p.

CARTA DE LAS CUIDADES EDUCADORAS, Barcelona: Ajuntamento de Barcelona, 1990.

MARANDINO, Martha; KRASILCHIK, Myriam. **Ensino de ciências e cidadania**. São Paulo: Moderna, 2004.

MÜLLER, Jackson. **Educação Ambiental: diretrizes para a prática pedagógica**. Porto Alegre: FAMURS, 1998, 146p.

PDE MAIS EDUCAÇÃO - SÉRIE CADERNOS PEDAGÓGICOS. Territórios Educativos para Educação Integral.

TERÁN, Augusto Fachín; QUEIROZ, Ricardo Moreira de; TEIXEIRA, Hebert Balieiro.; VELOSO, Ataiany dos Santos; QUEIROZ, Andrea Garcia de. A caracterização dos espaços não formais de educação científica para o ensino de ciências. **Revista Amazônica de Ensino de Ciência**, Manaus, AM, v. 4, n. 4, p. 12-23, 2011.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa propôs, como objetivo geral, investigar a Praça CEU como espaço dinamizador do conceito de Cidade Educadora em Sapucaia do Sul.

Partindo da construção do estado do conhecimento e da revisão bibliográfica, foram sendo constituídos os objetivos do estudo: Identificar estudos que componham o campo de conhecimento; Analisar a Praça CEU a partir das políticas públicas e das ações intersetoriais; Analisar a Educação Ambiental na perspectiva da construção dos Interlocutores Ambientais; Refletir sobre a relevância dos espaços educativos não formais para a formação de professores em suas práticas pedagógicas, utilizando o Parque Zoológico e a Praça CEU (Centro de Artes e Esportes Unificados) como referência.

A partir dos objetivos, foram construídos os quatro artigos desta dissertação. O primeiro desafio foi selecionar, dentre os inúmeros estudos, os que pudessem contribuir com a pesquisa trazendo concepções acerca das temáticas abordadas.

Iniciou-se este trabalho através da análise de artigos, teses e dissertações que abordam o tema. Com o intuito de identificar estudos que componham o campo de conhecimento foi construído o primeiro artigo: “A construção do estado do conhecimento: a Praça CEU como objeto de pesquisa”.

Na busca por estudos que pudessem contribuir com o estudo, muitos desafios foram enfrentados, pois mesmo que o aperfeiçoamento sempre fizesse parte da trajetória profissional da pesquisadora, há 18 anos não participava de atividades acadêmicas. A especialização trouxe um grande desafio que possibilitou aprimorar o conhecimento empírico a partir das pesquisas encontradas.

A construção do estado do conhecimento possibilitou a descoberta, por parte da pesquisadora, das dimensões que a temática Praça CEU abrange, pois, em um primeiro momento, pareceu tratar apenas das atividades de educação ambiental que desenvolvia, mas a experiência acadêmica proporcionou-lhe distanciar-se do *lócus* da pesquisa para que pudesse compreender e identificar as dimensões deste estudo, e assim, organizou-os em categorias de análise. A partir desta organização foi possível definir quais estudos fariam parte da construção desta dissertação.

A reflexão acerca das categorias de análise determinou a maneira como passou a compreender sua função como educadora na área ambiental em tempos de luta e resistência, momento em que se vê o pragmatismo político desmontar os avanços que levamos anos para conquistar. O Ministério da Educação (2012, p. 2), através das Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Educação Ambiental, em seu artigo 5º, assim compreende: “A Educação Ambiental não é atividade neutra, pois envolve valores, interesses, visões de mundo e, desse modo, deve assumir na prática educativa, de forma articulada e interdependente, as suas dimensões política e pedagógica”.

Os marcos legais sempre estiveram à disposição, mas foi preciso um amadurecimento que ocorreu a partir dos questionamentos ao longo da trajetória profissional e da pesquisa para compreender que os projetos desenvolvidos a partir da ancoragem em políticas públicas viabilizavam a prática contextualizada da educação ambiental. As inquietações auxiliaram na busca por aperfeiçoamento, pois a educação ambiental é uma área multidisciplinar que nos exige uma constante busca por informações.

O segundo artigo “A Praça CEU na perspectiva da Cidade Educadora: políticas e equipamentos públicos a serviço da vida” desafiou a pesquisadora a trazer as reflexões acerca da Praça CEU como território educativo, por se tratar de uma proposta de espaço público que proporciona aos moradores da Vila Vargas acesso à prática de esportes, lazer, cultura, a equipamentos socioassistenciais e a uma área de vegetação com córregos e nascentes que possibilita desenvolver atividades de educação ambiental a partir do contexto da comunidade, promovendo uma maior aproximação desse público com a natureza. Foi um grande desafio e responsabilidade buscar documentos que auxiliassem na compreensão do contexto histórico em que surgiu o conceito CEU.

Uma das descobertas que contribuiu para a qualificação da pesquisadora foram as dissertações que trouxeram dados sobre como surgiu o conceito CEU. Este conceito se configurou a partir de outros projetos que vinham sendo pensados em diferentes momentos da história educacional do Brasil.

A ideia de criar equipamentos públicos para a periferia iniciou nos anos 1930 com Mário de Andrade e, mais tarde, seus Parques Infantis se tornariam as escolas de educação infantil no município de São Paulo. Em Sapucaia do Sul, o planejamento da educação ambiental que era feito intuitivamente foi tomando corpo ao perceber, durante a pesquisa, que a articulação criada entre os diferentes setores do município já eram tratados por políticas públicas que afirmam a importância da intersetorialidade na gestão pública.

No decorrer da pesquisa, na medida em que se avançou nos estudos, foi-se descobrindo que o conceito de Cidade Educadora colaborou para que o projeto do CEU no município de São Paulo se configurasse em um programa com pretensões de uma cidade educadora. O conceito CEU partiu, também, das ideias de Paulo Freire, que, quando

secretário de educação na cidade de São Paulo, já desenvolvia projetos de equipamentos públicos de ginástica.

Os estudos sobre arquitetura e urbanismo como intervenção social contribuíram através dos trabalhos desenvolvidos há anos por funcionários e, mais tarde, o acúmulo de experiência auxiliaria a então prefeita Marta Suplicy a pôr em prática os Centros de Educação Integrada – CEU.

O terceiro artigo foi constituído a partir da coleta e análise dos dados com os sujeitos foco da pesquisa. O artigo foi intitulado: “A Praça CEU e a construção dos Interlocutores Ambientais”.

Com o intuito de analisar a Educação Ambiental na perspectiva da construção dos Interlocutores Ambientais, foi realizada a coleta de dados e a sistematização das informações obtidas através de questionário aplicado, da observação participante e da entrevista. Com base na análise dos dados coletados, a partir do questionário, da observação participante com os Interlocutores Ambientais e da entrevista com o diretor da escola, foi possível compreender que as obras da Praça CEU, em Sapucaia do Sul, redesenharam a cidade.

O redesenho urbanístico de caráter de intervenção social na periferia é inovador no município. A partir da constituição deste artigo, foi possível vislumbrar como são inúmeros os marcos legais que podem auxiliar como norteadores na prática da Educação Ambiental. Conclui-se que a Educação Ambiental contextualizada propicia aos participantes ver e compreender a cidade sob a perspectiva da problemática social e ambiental.

Os entendimentos e compreensões sobre a relevância da Praça CEU na construção dos Interlocutores Ambientais que foram sendo construídos no decorrer desta pesquisa possibilitaram a quebra de paradigma entre sociedade e meio ambiente. As possíveis lacunas deixadas ao longo do processo foi a difícil tarefa de estimular a consciência ambiental na população sapucaense, mas se abrem novas possibilidades de entendimento da dimensão do projeto e das complexas conexões entre as políticas públicas e as intervenções sociais.

Os esforços a partir dos estudos realizados elucidaram os benefícios do equipamento público, a Praça CEU, não só para os Interlocutores Ambientais, mas também para a comunidade sapucaense, pois lhes permite o acesso ao lazer, esporte, cultura e políticas públicas.

O quarto artigo surgiu da experiência desenvolvida de 2015 a 2018 configurando o tema: “A importância dos espaços educativos não formais na formação de professores e suas práticas pedagógicas”. Foi refletindo sobre a relevância dos espaços educativos não formais para a formação de professores em suas práticas pedagógicas, utilizando o Parque Zoológico e

a Praça CEU (Centro de Artes e Esportes Unificados) como referência, que propiciou a curiosidade de investigar parâmetros que pudessem auxiliar da identificação da Praça CEU como espaço dinamizador do conceito de Cidade Educadora em Sapucaia do Sul.

A construção deste artigo levou à participação no VIII Congresso Internacional sobre Formação de Professores de Ciências, em Bogotá (Colômbia), que proporcionou a publicação de um artigo em revista na área de ensino.

Foram estabelecidas parcerias entre as Secretarias de Meio Ambiente, de Educação e do Parque Zoológico, através do Coletivo Educador (grupo de professores referência em educação ambiental de cada escola do município de Sapucaia do Sul).

Foram integradas atividades de educação ambiental do Parque Zoológico e da Praça CEU (Centro de Artes e Esportes Unificados) com as atividades das escolas públicas de Sapucaia do Sul, a partir da formação continuada de professores, promovida pelas Secretarias de Meio Ambiente, de Educação e Parque Zoológico.

O conhecimento foi construído com a prática da Educação Ambiental durante a ação, reflexão e observação da forma como estudantes, professores e a comunidade sapucaense interagem com o meio ambiente e as informações ofertadas. O conhecimento empírico foi analisado a partir do conhecimento científico, ou seja, contribuiu para melhorar a compreensão das dimensões do campo de atuação. O desafio encontrado durante o estudo foi o distanciamento do *locus* da pesquisa para poder interpretá-lo como pesquisadora. O universo acadêmico para a construção do estado do conhecimento foi desafiador, pois foram inúmeras as pesquisas encontradas e a delimitação do tema exigiu muita reflexão acerca dos diferentes olhares sobre o conceito CEU.

A partir do relatório redigido por Edgar Fauré, em 1972 – que na época era presidente da Comissão Internacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) –, foi possível compreender como foi criado o conceito de cidade educadora. Os dados encontrados neste documento auxiliaram na análise de como estavam sendo desenvolvidas as ações e de como rompeu-se o paradigma da lógica setorializada na gestão pública.

Por que a preocupação em transformar a experiência da Praça CEU de Sapucaia na dimensão de uma possível cidade educadora? Estas descobertas possibilitaram compreender o processo de transformação pelo qual as ações na Praça CEU passaram ao longo dos anos, pois eram desenvolvidas atividades articuladas com outros setores do município, rompendo com a estrutura setorializada da gestão pública.

Nesta busca, percebeu-se que Sapucaia do Sul cumpre, total ou parcialmente, alguns dos eixos que compõem a Carta das Cidades Educadoras. O Projeto da Praça CEU em Sapucaia do Sul foi concebido através da participação de diferentes setores da gestão pública e da comunidade. Esta forma de pensar e executar as políticas públicas na cidade alinha-se com o eixo II da Carta das Cidades Educadoras (1990, p. 2) “O compromisso da cidade”, o princípio 9 propõe que: “Deverá estimular, ao mesmo, a participação cidadã no projeto coletivo a partir das instituições e organizações civis e sociais, tendo em conta as iniciativas privadas e outros modos de participação espontânea”.

Mas o que é um espaço dinamizador? Um espaço dinamizador do conceito de Cidade Educadora é um projeto construído com a colaboração da comunidade que será beneficiada, mas levando em consideração os anseios e necessidades locais. Se não fosse a especialização, acredita-se que não ocorreria o distanciamento do *locus* da pesquisa.

O cotidiano de trabalho não possibilita ampliar o campo de visão do trabalho desenvolvido. A problemática norteadora desta pesquisa foi sendo elucidada na medida em que os dados coletados foram analisados sob a perspectiva de investigar a Praça CEU como espaço dinamizador do conceito de Cidade Educadora em Sapucaia do Sul.

Este estudo possibilitou conhecer e estudar as políticas públicas e as políticas intersetoriais que viabilizam as ações conjuntas entre SEMAS, SMED e Parque Zoológico. Nesta caminhada em busca de conhecimento percebeu-se que a articulação intersetorial já acontecia através do planejamento das atividades que realizávamos.

Estas compreensões fundamentais para ancorar a prática pedagógica em políticas públicas deram embasamento para o desenvolvimento das atividades de Educação Ambiental na Praça CEU.

O projeto da Praça CEU, em Sapucaia do Sul, se caracteriza como um território educativo? A definição do território como educativo não se dá apenas nas intenções, mas através da criação e aplicação de políticas públicas e das ações intersetoriais. Para Rocha (2018, p. 89), “[...] a constituição de uma Cidade Educadora passa, sem dúvida, pela educação, pois ela é um pilar fundamental”.

Ficou claro que a pesquisa possui elementos para a continuidade dos estudos, pois as temáticas abordadas são abrangentes e não se esgotam nesta dissertação. Esta pesquisa possui relevância para o aprimoramento e qualificação da prática ambiental desenvolvida há 12 anos pela pesquisadora. A relevância para o meio acadêmico é trazer uma experiência empírica e poder aprimorá-la para que possa trazer benefícios para a sociedade. Na medida em que se

busca ouvir as diferentes vozes que participam das atividades desenvolvidas na Praça CEU, é possível melhorar a atuação nos projetos.

As reflexões acerca das ações desenvolvidas não qualificam apenas o projeto, mas também a pesquisadora, possibilitando-lhe ganho pessoal e profissional, pois este estudo instigou-a a sair da zona de conforto para que pudesse romper com paradigmas que a impediam de evoluir como educadora.

Durante a observação participante (piquenique) e a análise dos dados obtidos através do questionário, descobriu-se que não ocorre a promoção de atividades educacionais voltadas à reflexão da realidade do entorno da escola e da Praça CEU. Os sujeitos foco da pesquisa não estão sendo estimulados a envolverem-se em atividades contextualizadas a partir da problemática social e ambiental da comunidade. Uma das descobertas da pesquisa foi o entendimento de que as atividades de educação ambiental desenvolvidas com os estudantes era descontextualizada, reafirmando um caráter reprodutor de hábitos e atitudes que não contribuem para sejam os agentes da mudança que se busca com as ações de educação ambiental.

Esta constatação não é uma crítica isolada à escola, mas uma reflexão de como é possível colaborar com a promoção da formação continuada de professores e estudantes, e sim, ir além da execução das atividades, ou seja, utilizar indicadores que possam nos auxiliar a monitorar e avaliar os projetos em execução.

A conclusão geral da pesquisa se reflete no fato de que ao materializar a trajetória da pesquisadora na dissertação nos 12 anos de exercício da função como educadora na área ambiental foi que muito se avançou, pois foi a partir da linguagem dos estudantes, dos professores e da comunidade que gerou suas inquietações e dúvidas a respeito das práticas desenvolvidas até o momento. A interpretação e análise das diferentes falas vinculadas às concepções de meio ambiente exigiu um trabalho árduo e de grande responsabilidade.

A investigação realizada auxiliou na realização das análises e considerações acerca da problemática inicial. Iniciou-se este estudo com muitas perguntas, as quais, no decorrer do desenvolvimento, foram sendo esclarecidas. O estudo possibilitou à pesquisadora um ganho de conhecimentos que não há como mensurar, pois o desacomodar que ocorreu durante o processo de investigação refletirá em sua vida pessoal e profissional.

Sem sombra de dúvidas, houve um “Movimento Educador Ambiental” da pesquisadora como educadora, movimento que não cessa com a conclusão da dissertação, pois é um estudo que envolve múltiplas dimensões da educação ambiental.

O processo de pesquisa empírica construiu esta abordagem diferenciada no que tange à Praça CEU como território educativo, aliando teoria e prática e colaborando para a construção de significados, tanto na área de Ciências como nas demais áreas de ensino e, principalmente, para a Educação Ambiental.

REFERÊNCIAS

ABIÓTICO. Disponível em: <https://conceito.de/abiótico>. Acesso em: 10 fev. 2020.

ABRAMOWICZ, Joice. **O ensino de ciências na Educação de Jovens e Adultos em escolas da rede municipal de Porto Alegre/RS**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) - Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, UFRGS, Porto Alegre, 2019. 145f.

A DIFERENÇA entre lixo, resíduo e rejeito e como é feito o seu gerenciamento. **VG Resíduos**, Belo Horizonte, MG, 4 maio 2017. Disponível em: <https://www.vgresiduos.com.br/blog/diferenca-entre-lixo-residuo-rejeito/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

ADVENTISTAS. **Quem são os desbravadores**. Disponível em: <https://www.adventistas.org/pt/desbravadores/quem-somos/>. Acesso em: 14 jan. 2020.

AICE. **Carta das cidades educadoras**. 1990. Disponível em: <http://www.edcities.org/rede-portuguesa/wp-content/uploads/sites/12/2018/09/Carta-das-cidades-educadoras.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2020.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS. **Educação e vida urbana: 20 anos de Cidades Educadoras**. Torres Novas, PT: AICE, 2013.

ASSOREAMENTO. *In*: DICIONÁRIO Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/assoreamento/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BELLOT, Pillar Filgueras. **Cidades educadoras, uma aposta de futuro: Educação e vida urbana: 20 anos de cidades educadoras**. Volume editado originalmente em 2008 por ocasião do X Congresso da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE). Impressão: Gráfica Almondina (Torres Novas, Portugal). 2013. ISBN: 978-84-9850-419-4. Disponível em: <http://www.edcities.org/wp-content/uploads/2015/11/livro-20-anos-cidades-educadoras-PT.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2020.

BIANCONI, M. Lucia; CARUSO, Francisco. Apresentação: Educação não formal. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 57, n. 4, p. 20, 2005.

BIOSFERA. **Licenciamento ambiental: diagnóstico ambiental**. Disponível em: <http://www.biosferamg.com.br/licenciamento/diagnostico-ambiental/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável*. 2ª ed. – Brasília: MMA, Programa Nacional de Educação Ambiental, 2005. 181 p.: il. Color. 21 cm. Ilustração de: Silvio Herigato.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2019. 577 p. Atualizada até a EC n. 105/2019. ISBN: 978-85-54223-41-0.

BRASIL. Decreto n. 94.076, de 5 de março de 1987. Institui o Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 mar. 1987, p. 3159. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-94076-5-marco-1987-444426-norma-pe.html>. Acesso em: 14 jan. 2020.

BRASIL ESCOLA. **Educação ambiental e os 5 RS**. Disponível em: <https://educador.brasescola.uol.com.br/estrategias-ensino/educacao-ambiental-os-5-rs.htm>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL ESCOLA. **Erosão**. Disponível em: <https://brasescola.uol.com.br/geografia/erosao.htm>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o Código Florestal. Diário do Congresso Nacional, Brasília, DF, 9 jun. 1965, p. 4156; **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 set. 1965, p. 9529, ret. 20 set. 1965, p. 9513. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 14 jan. 2020.

BRASIL. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jul. 2000, p. 1.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que institui a Política Urbana. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jul. 2001, p. 1, ret. 17 jul. 2001, p. 1.

BRASIL. Lei n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 jan. 2007, p. 3; ret. 11 jan. 2007, p. 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2007/lei-11445-5-janeiro-2007-549031-norma-1-1-pl.html>. Acesso em: 14 jan. 2020.

BRASIL. Lei n. 12.309, de 9 de agosto de 2010. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 ago. 2010, p. 1.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Praça dos Esportes e da Cultura**: Manual de Instruções para Contratação e Execução. Brasília, DF, maio 2011.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Práticas de gestão das Praças CEU**: formação de redes e promoção da Praça. Brasília, DF, ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Economia. **O que é o PAC?** Brasília, DF, 22 maio 2015. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento/visao-geral/o-que-e-o-pac>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e Saúde**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Fundamental, 1997. 128 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 jun. 2012, n. 116, p. 70.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão da rede federal: Educação básica - saiba mais Programa Mais Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/195-secretaria112877938/seb-educacao-basica-2007048997/16689-saiba-mais-programa-mais-educacao>. Acesso em: 14 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Mais Educação/Série Mais Educação: Cadernos Pedagógicos **Territórios Educativos para a Educação Integral: a reinvenção pedagógica dos espaços e tempos da escola e da cidade**, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2002.

BRASIL. Ministério das Cidades. Portaria n. 21, de 22 de janeiro de 2014. Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 jan. 2014, p. 39. Disponível em: <https://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosCidades/PAC/Manuais-Gerais-PAC/portaria21.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Caminho das águas: conhecimento, uso, gestão**. Rio de Janeiro, RJ: Agência Nacional das Águas, 2006. (Caderno do professor)

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Coletivos educadores**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/informma/item/363-forma%C3%A7%C3%A3o-de-educadores-coletivos-educadores.html>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução n. 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 53, 18 maio 2005, p. 58-63.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS); altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=636>. Acesso em: 3 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Encontros e caminhos: formação de educadoras (res) ambientais e coletivos educadores**. Brasília, DF: Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. ICMBio. **Biodiversidades**: fitofisionomias. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/projetojalapao/pt/biodiversidade-3/fitofisionomias.html?showall=&start=6>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Juventudes, participação e cuidado com a água**: módulo I. Brasília, DF, 2017. Curso EAD. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/educacao_ambiental/juventude_cuidados_com_a_agua.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **O que é coleta seletiva?** Disponível em: <https://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclavéis/reciclagem-e-reaproveitamento.html>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **O que é Conama?** Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/estr.cfm>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria Executiva. **Encontros e caminhos**: formação de educadoras (res) ambientais e coletivos educadores. Brasília, DF: Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: Ciências naturais. Brasília: MEC/SEF, 1997. 137 p.

BRUSTOLIN, Rosane Kohl. **A linguagem da educação ambiental e a construção da pertença planetária**. Orientador: Eliana Maria do Sacramento Soares. 2012. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Caxias do Sul, RS, 2012.

CAMARGO, Elimei Paleari do Amaral. **Cidades educadoras sob uma perspectiva constitucional**. Orientador: Richard Paulro Pae Kim. 2016. 202 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Educação, Piracicaba, SP, 2016.

CAPÃO. *In*: DICIONÁRIO Educalingo. Disponível em: <https://educalingo.com/pt/dic-pt/capao>. Acesso em: 10 fev. 2020.

CARTA DE LAS CUIDADES EDUCADORAS, Barcelona: Ajuntamento de Barcelona, 1990.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2012.

CARVALHO, Paulo Felipe Lopes de. **A escola, o bairro e a cidade**: processos de formação de territórios educativos na perspectiva da educação integral. Orientador: Lúcia Helena Alvarez Leite. 2014. 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belo Horizonte, MG, 2014.

CAPRA, Fritjof *et al.* **Alfabetização ecológica**: a educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo: Cultrix, 2006.

COUTO, José Cláudio Diniz. **Descontinuidade das políticas públicas em educação**: ações políticas e alternância de poder. Orientador: Roger Marquesini de Quadros Souza. 2017. 421 f.. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP, 2017.

CTG LAÇANDO A TRADIÇÃO. **Invernada artística**. Marmeleiro, PR, 2015. Disponível em: <https://www.ctglacandoatradicao.com.br/invernada-artstica>. Acesso em: 14 jan. 2020.

DRESCH, Juliana. Desafios de políticas públicas para a Cidade Educadora: um estudo a partir da experiência de Porto Alegre. **Revista Prâksis**, Novo Hamburgo, RS, v. 1, p. 51-56, nov. 2016.

EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO. **Territórios educativos**: conceito. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/conceito-territorios-educativos/>. Acesso em: 14 jan. 2020.

EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO. **Territórios educativos**: conceito. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/conceito-territorios-educativos/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

EDUCA REDE BRASIL. **Como organizar uma saída de campo**. 21 maio 2013. Disponível em: <https://www.aberta.org.br/educarede/2013/05/21/como-organizar-uma-saida-a-campo/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

EMATER/RS. **Área técnica**. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/>. Acesso em: 14 jan. 2020.

ESTAÇÃO CIDADANIA-CULTURA. **Praças CEUS**: o programa. Disponível em: <http://ceus.cultura.gov.br/o-programa/>. Acesso em: 14 jan. 2020.

ESTAÇÃO CIDADANIA-CULTURA. **Práticas de gestão das Praças CEU**: gestão compartilhada. Disponível em: http://estacao.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/28/2017/12/Cartilha_1_Gestao_Compartilhada_Site.pdf. Acesso em: 8 ago. 2018.

ESTAÇÃO CIDADANIA-CULTURA. **Reflexões sobre o PAC da Cultura**: o conceito de equipamento. 2017. Disponível em: http://estacao.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/28/2017/12/02_O_conceito_do Equipamento.pdf. Acesso em: 16 out. 2019.

FAURÉ, Edgar *et al.* **Aprender a ser**. Lisboa, PT: UNESCO, 1972.

FERNANDES, Jaqueline. **Entre juventude e educação ambiental**: as relações e reciprocidades na caminhada dos jovens do projeto Sombra da Mata. Orientador: Leila Chalub Martins. 2010. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Gestão Ambiental) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010.

FRAGMAQ. **Para onde vai todo este lixo?** Diadema, SP, 2 nov. 2012. Disponível em: <https://www.agmaq.com.br/blog/reciclagem-residuos-solidos/para-onde-vai-todo-este-lixo/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

FRAGMAQ. **O que são resíduos sólidos?** Diadema, SP, 29 jul. 2015. Disponível em: <https://www.agmaq.com.br/blog/sao-residuos-solidos/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

FRANCO, Francisco Carlos; PRADOS, Rosalia Maria Netto; MENDES BONINI, Luci. Cultura, cidadania e patrimônio cultural: interfaces entre a escola, a cidade e as políticas culturais na cidade de Guararema, SP. **Perspectiva**, Florianópolis, SC, v. 33, n. 1, p. 319-344, jun. 2015.

GÁS METANO. **Site sustentável**. Disponível em: <https://sitesustentavel.com.br/gas-metano/>. Acesso em: entre 10 e 14 de fevereiro de 2020.

GEOFOCO BRASIL. **O que é impermeabilização do solo**. Belo Horizonte, MG, 28 maio 2014. Disponível em: <http://geofoco.com.br/o-que-e-impermeabilizacao-do-solo/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

GÓMEZ, Alain Lennart Flandes. **A escola e seu território educativo**: estudo de caso Ilha do Governador, Rio de Janeiro. Orientador: Giselle Arteiro Nielsen Azevedo. 2017. 254 f. Dissertação (Mestrado em Ciências em Arquitetura) – UFRJ/PROARQ/Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. Rio de Janeiro, RJ, 2017.

GROTZINGER, John; JORDAN, Tom. **Para entender a terra**. Tradução: Iuri Duquia Abreu; revisão técnica: Rualdo Menegat. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

HEINDRICH, Álvaro Luiz *et al.* **Saberes e práticas na construção de sujeitos sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

INTERSETORIAL. *In*: DICIONÁRIO *Online* de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/intersectorial/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

KOGA, Dirce; ALVES, Vanice Aparecida. Território: lugar de desafios para a proteção social. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2009, São Luís, MA. **Anais [...]**. São Luís, MA: Universidade Federal do Maranhão, 2009.

LORENZI, Harri. **Árvores brasileiras**: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2009. v. 3.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Joaquim. Cidade educadora e administração local da educação na cidade de Braga. *In*: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 5., 2004, Braga, PT. **Actas dos ateliers [...]**. Braga, PT: Associação Portuguesa de Sociologia/Universidade do Minho, 2004. p. 83-89.

MARANDINO, Martha; KRASILCHIK, Myriam. **Ensino de ciências e cidadania**. São Paulo: Moderna, 2004.

MARTIN, Carolina. **Cidades Educadoras no Estado de São Paulo**: análise das ações frente ao perfil temático e aos princípios do movimento. Orientador: Cleiton de Oliveira. 2014. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas/Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP, 2014.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Transposição didática**. 1 jan. 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/transposicao-didatica/>. Acesso em: 14 jan. 2020.

MOLL, Jaqueline; SANTOS, Loreni. A Praça CEU na perspectiva da cidade educadora: políticas e equipamentos públicos a serviço da vida. **Revista Humanidades & Inovação**, Palmas, TO, v. 8, n. 5, p. 335-345, 2020.

MORIGI, Valter. **Cidades Educadoras**: possibilidades de novas políticas públicas para reinventar a democracia. Orientador: Jaime Zitkoski. 2014. 153 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, RS, 2014.

MUHLE, Rita Paradedda. **A percepção ambiental dos usuários do centro de pesquisas e conservação da natureza Pró-Mata-PUCRS**. Orientador: Isabel Cristina de Moura Carvalho. 2014. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2104.

MÜLLER, Angélica Michels. **Percepção e cuidado pelo viés socioambiental**: um estudo na escola de ensino fundamental Fábio da Silva sobre a relação ser humano-escola-comunidade. Orientador: Fátima Elizabeti Marcomin. 2015. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, SC, 2015.

MÜLLER, Jackson. **Educação Ambiental**: diretrizes para a prática pedagógica. Porto Alegre: FAMURS, 1998, 146p.

OLIVEIRA, Paula Custódio. **O CEU na integração da periferia**. Orientador: Maria Lúcia Refinetti Rodrigues Martins. 2017. 208 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, São Paulo, SP, 2017.

PADILHA, Paulo Roberto. **Município que educa**: nova arquitetura da gestão pública. São Paulo, SP: Instituto Paulo Freire, 2009. (Cadernos de formações; 2).

PASSOS, Rodrigo Luppi dos. **A implementação de políticas intersetoriais**: estudo de caso dos Centros Educacionais unificados. Orientador: Vera Schattan Ruas Pereira Coelho. 2017. 128 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, São Bernardo do Campo, SP, 2017.

PATCHWORK. *In*: DICIONÁRIO da Língua Portuguesa. Lisboa, PT: Priberam Informática, [1998]. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/patchwork>. Acesso em: 14 jan. 2020.

PDE MAIS EDUCAÇÃO - SÉRIE CADERNOS PEDAGÓGICOS. Territórios Educativos para Educação Integral.

PROGRAMA EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO. Associação Cidade Escola Aprendiz. Organização. **Conceito de território educativo**. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/conceito-territorios-educativos/>. Acesso em: 3 mar. 2020.

ROCHA, Daniel Rômulo de Carvalho. **Educação integral e cidade educadora**: cartografia de territórios educativos em bairros de Governador Valadares. Orientador: Maria Celeste Reis Fernandes de Souza. 2018. 160 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) – Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares, MG, 2018.

RODRIGUES, Daniela do Nascimento. **O Centro Educacional Unificado**: o processo de criação de projeto educacional na cidade de São Paulo (2001-2004). Orientador: Daniel Ferraz Chiozzini. 2018. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2018.

SANTOS, Mariane Cyrino dos; FLORES, Mônica Dutra; ZANIN, Elisabete Maria. Trilhas interpretativas como instrumento de interpretação, sensibilização e Educação Ambiental na APAE de Erechim/RS. **Vivências**, Erechim, RS, v. 7, n. 13, p. 189-197, out. 2011.

SAPUCAIA DO SUL. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. **Lei n. 3.287, de 30 de dezembro de 2010**. Institui regras de destinação dos resíduos da construção civil no município de sapucaia do sul. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/sapucaia-do-sul/lei-ordinaria/2010/328/3287/lei-ordinaria-n-3287-2010-institui-regras-de-destinacao-dos-residuos-da-construcao-civil-no-municipio-de-sapucaia-do-sul>. Acesso em: 13 fev. 2020.

SAPUCAIA DO SUL. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. **Lei n. 3.388, de 13 de agosto de 2012**. Aprova o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos do município de sapucaia do Sul, nos termos da Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/sapucaia-do-sul/lei-ordinaria/2012/339/3388/lei-ordinaria-n-3388-2012-aprova-o-plano-municipal-de-gestao-integrada-de-residuos-solidos-do-municipio-de-sapucaia-do-sul-nos-termos-da-lei-n-12305-de-02-de-agosto-de-2010-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 13 fev. 2020.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. A cidade como espaço educativo: contribuições da pedagogia social. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, RJ, v. 15, n. 38, p. 248-264, jan./mar. 2018.

SIGNIFICADOS. **O que é chorume**. Disponível em: <https://www.significados.com.br/chorume/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

SILVA, Célia Vanderlei da. **O Centro Educacional Unificado (CEU) como espaço de formação do sujeito através da participação em atividades culturais**. Orientador: Marcos Antonio Lorieri. 2014. 108 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, SP, 2014.

SILVA, Susete Rodrigues da. **O pensamento vivo de Mário de Andrade**: dos parques infantis aos CEUs da cidade de São Paulo. Orientador: João Cardoso Palma Filho. 2012. 278 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, 2012.

SOARES, Patrícia de Palma. **Arquitetura como projeto social: Os casos dos Centros Educacionais Unificados (CEUs) em São Paulo, Brasil e dos Parques Bibliotecas em**

Medellín, Colômbia. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Área de concentração: Arquitetura e Urbanismo, ano de 2013, sob a orientação do Prof. Orientador Dr. Jose Geraldo Simões Junior.

SÓ ESCOLA. **O que é EVA?** Significado, utilização, como é feito. Disponível em: <https://www.soescola.com/2017/10/o-que-e-eva.html>. Acesso em: 14 jan. 2020.

TERÁN, Augusto Fachín; QUEIROZ, Ricardo Moreira de; TEIXEIRA, Hebert Balieiro.; VELOSO, Ataiany dos Santos; QUEIROZ, Andrea Garcia de. A caracterização dos espaços não formais de educação científica para o ensino de ciências. **Revista Amazônica de Ensino de Ciência**, Manaus, AM, v. 4, n. 4, p. 12-23, 2011.

TRINTA E CINCO CTG. **Informações gerais:** internada artística. Disponível em: <http://35ctg.com.br/internadas/artistica/>. Acesso em: entre 14 jan. 2020.

WILDEROM, Mariana Martinez. **Espaço educacional contemporâneo:** reflexões sobre os rumos da arquitetura escolar na cidade de São Paulo (1935-2013). Orientador: Monica Junqueira de Camargo. 2014. 220 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2014.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO - FORMAÇÃO DE ESTUDANTES

PREFEITURA DE SAPUCAIA DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



1. Você sabe o que é uma Praça CEU?

SIM NÃO. Explique: _____

2. Você mora próximo (a) de uma Praça CEU?

SIM NÃO

Descreva-a: _____

3. Há quanto tempo você faz parte do Projeto Interlocutores Ambientais? _____

4. Você sabe qual o papel de um Interlocutor Ambiental?

5. Além das atividades na escola como Interlocutor Ambiental você desenvolve outras atividades na comunidade?

SIM NÃO.

Se sim, quais? _____

6. Há projetos desenvolvidos na escola envolvendo ações dos Interlocutores Ambientais na Praça CEU?

SIM NÃO.

Se sim, quais? _____

7. Na Praça CEU há espaços disponíveis para as ações dos Interlocutores Ambientais?

SIM NÃO.

Se sim, quais? _____

8. Você participa de alguma atividade desenvolvida na Praça CEU?

SIM NÃO

Se sim, qual (ais)? _____

9. Na Praça CEU há espaços disponíveis para uso da comunidade?

SIM NÃO

Se sim, qual (ais)? _____

10. Você conhece os espaços disponíveis na Praça CEU?

SIM NÃO Se sim, qual (ais)? _____

11. Você utiliza os espaços disponíveis na Praça CEU?

SIM NÃO

Se sim explique como: _____

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Você mora em Sapucaia do Sul?
- 2) Você conhece a Praça CEU?
- 3) Você a reconhece como um espaço de lazer e cultura para a comunidade do entorno?
- 4) Houve alguma mudança na comunidade com relação à implementação da Praça CEU?
- 5) Antes da Praça CEU havia algum espaço de lazer ou de convivência de fácil acesso para a comunidade?
- 6) Há alguma integração entre a Praça CEU e a escola?

APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA TRANSCRIÇÃO E ANÁLISE DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Na observação participante (piquenique) a pesquisadora levou uma cesta de palha de piquenique com panetone e suco para deixar a conversa mais descontraída. Na conversa os estudantes citaram as atividades desenvolvidas na Praça CEU que participam ou participaram de algumas, há também o projeto para a terceira idade, projeto da horta comunitária, projeto dos bebês, balé, desenho, capoeira, zumba. Citou o CRAS, atendimento social, festa de Natal para as crianças do entorno. Falaram que antes da implantação da Praça CEU no espaço havia um campo, galpão do piquete. Crianças que poderiam estar usando drogas estão na Praça CEU brincando. Antes não havia espaço de lazer para a comunidade, unidade básica de saúde, como não havia CRAS a comunidade não tinha acesso às políticas públicas. só no centro da cidade que fica entorno de 2,5 km de onde estão.

Sendo que foi realizada, também, uma análise e transcrição do áudio do piquenique que ocorreu nas dependências da Praça CEU. A técnica utilizada no piquenique foi à observação participante que segundo Lüdke e André (2018, p. 10) “cola o pesquisador a realidade estudada; e a entrevista permite maior aprofundamento das informações obtidas; e a análise documental, que complementa os dados obtidos através da observação e da entrevista”.

A TRANSCRIÇÃO E ANÁLISE DA ENTREVISTA REALIZADA COM O DIRETOR DA ESCOLA.

O diretor relata que mora em Sapucaia do Sul há 18 anos, 21 anos trabalha na escola e há 08 anos como diretor da escola. Conhece a Praça CEU e participa junto com outras escolas do grupo gestor. Antes da Praça CEU não havia espaço de cultura e lazer para a comunidade do entorno. No início o grupo da comissão de gestão compartilhada da Praça CEU acreditou que haveria depredação dos equipamentos e do prédio, mas não aconteceu bem pelo contrário as pessoas ajudam a cuidar. Acredita que não depredação porque a população foi convidada a participar tanto do planejamento da obra quanto gestão da Praça CEU. Em Sapucaia do Sul existe apenas a Praça CEU da Vargas para a comunidade houve uma grande mudança após a implementação da Praça CEU, pois as pessoas passaram a ter acesso a inúmeros serviços e atividades de cultura e lazer que antes não tinham. Os espaços de lazer ou de convivência de ficavam de difícil acesso para a comunidade. Há a integração entre a Praça CEU e a escola, pois os professores utilizam a área de lazer e o auditório com seus alunos.

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SAPUCAIA DO SUL PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos a administração pública municipal a participar da pesquisa de mestrado referente ao projeto “A relevância da Praça CEU, como espaço educativo, na formação de estudantes” em Sapucaia do Sul, desenvolvido por Loreni Aparecida dos Santos, tendo como público os estudantes da rede pública municipal de ensino, servidora pública do Município, Matrícula: 4869.

Esta pesquisa tem a finalidade de analisar a relevância da Praça CEU – Sapucaia do Sul, como espaço educativo na formação dos estudantes a partir de grupo focal e atividades de Educação Ambiental desenvolvidas na área da Praça CEU.

Sua colaboração dar-se-á por meio de fornecimento de documentos referentes à pesquisa e autorização para a formação do grupo focal com os estudantes que participam do projeto Interlocutores Ambientais, a partir da assinatura desta autorização, e assinatura dos responsáveis pelos estudantes que autorizarem a pesquisa. O acesso e análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e orientadora e que os dados poderão ser divulgados em eventos e publicações.

A administração pública municipal pode de forma unilateral, mediante aviso prévio a pesquisadora, interromper este consentimento, podendo retirar-se a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer qualquer sanção ou constrangimento.

Serão solicitados documentos referentes ao histórico da educação ambiental e da Praça CEU no município. Todas as informações coletadas nesta investigação são estritamente confidenciais.

Qualquer dúvida no decorrer da pesquisa poderá entrar em contato com Comissão de Ética e Pesquisa da UFRGS através do telefone (51) 3308-3738, ou av. Paulo da Gama, 110- sala 317 prédio anexo – campus centro (e-mail – ética@propesq.ufrgs.br)

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais de nenhuma ordem e nenhum dos procedimentos oferecem risco à dignidade dos envolvidos, conforme a resolução 466/12 do Conselho de Ética da Pesquisa.

Ao participar desta pesquisa não terá nenhum benefício direto, mas talvez um incentivo ou repensar em novas práticas pedagógicas de Educação Ambiental.

Não haverá nenhum tipo de despesa, bem como pagamento pela participação nesta pesquisa.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o consentimento do gestor municipal, de forma livre para a participação nesta pesquisa. Preencher, por favor, os itens que se seguem:

Consentimento Livre e Esclarecido

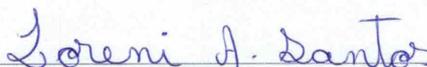
Tendo em vista os itens acima apresentados, a administração municipal de forma livre e esclarecida, manifesto seu consentimento em participar da pesquisa.

Luciano Rodrigues
Secretário Municipal de Educação

Assinatura do (a) Gestor (a) Municipal: _____



Assinatura da Pesquisadora: _____



Sapucaia do Sul, 25 de junho de 2019.

ANEXO B – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA MESTRANDA À DIREÇÃO DA ESCOLA



Sapucaia do Sul, 25 de julho de 2019

Senhor (a) Coordenador (a) Secretaria Municipal de Educação

Por meio desta apresentamos a mestranda Loreni Aparecida dos Santos do Programa de Pós Graduação Educação Ciência Química da Vida e Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que está realizando a pesquisa intitulada **“A relevância da Praça CEU, como espaço educativo, na formação de estudantes.”** O objetivo do estudo analisar a relevância da Praça CEU- Sapucaia do Sul, como espaço educativo na formação dos estudantes a partir de atividades de Educação Ambiental na área da Praça CEU.

Na oportunidade, solicitamos autorização para que se realize a pesquisa através da coleta de dados com a aplicação de questionário e observação participante com os estudantes e entrevista semiestruturada com o diretor da escola.

Queremos informar que o caráter ético desta pesquisa assegura a preservação da identidade das pessoas participantes.

Uma das metas para a realização deste estudo é o comprometimento do pesquisador (a) em possibilitar, aos participantes, um retorno dos resultados da pesquisa. Solicitamos ainda a permissão para a divulgação desses resultados e suas respectivas conclusões, em forma de pesquisa, preservando sigilo e ética, conforme termo de consentimento livre que será assinado pelo participante. Esclarecemos que tal autorização é uma pré-condição.

Agradecemos vossa compreensão e colaboração neste processo.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Jaqueline Moll
Professora Orientadora

ANEXO C – AUTORIZAÇÃO DA DIREÇÃO DA ESCOLA PARA A PESQUISA



AUTORIZAÇÃO

Eu Luiz Neuri Hammes, abaixo

assinado, responsável pela EMEF Getúlio Vargas.

autorizo a realização do estudo “A relevância da Praça CEU, como espaço educativo, na formação de alunos” que será realizado com os estudantes que participam do projeto Interlocutores Ambientais, a ser conduzido(a) pelo(a) pesquisador(a) abaixo relacionado. Fui informado pelo responsável do estudo sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Sapucaia do Sul, 25 de junho de 2019.


Luiz Neuri Hammes
Diretor
Portaria 203/17

Responsável pela Instituição

Loreni A. Santos

Pesquisadora

**ANEXO D – TERMO E CONSENTIMENTO LIVRO E ESCLARECIDO –
AUTORIZAÇÃO DOS ALUNOS PARA PARTICIPAR DA PESQUISA**



AUTORIZAÇÃO

Eu Cláudia Rosimara Silveira Padilha
abaixo assinado, responsável pela aluna (o)
Angélica Padilha Santos,

autorizo a realização do estudo “A relevância da Praça CEU, como espaço educativo, na formação de alunos” que será realizado com os estudantes que participam do projeto Interlocutores Ambientais, a ser conduzido (a) pelo (a) pesquisador (a) abaixo relacionado. Fui informado pelo responsável do estudo sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas com os Interlocutores Ambientais da EMEF Getúlio Vargas.

Sapucaia do Sul, 08 de julho de 2019.

Cláudia R. S. Padilha

Assinatura do responsável

Loreni A. Santos

Pesquisadora



AUTORIZAÇÃO

Eu LUCIANO LAZZARIN RODRIGUES,
 abaixo assinado, responsável pela aluna (o)
LAUREN MALDONADO RODRIGUES,

autorizo a realização do estudo "A relevância da Praça CEU, como espaço educativo, na formação de alunos" que será realizado com os estudantes que participam do projeto Interlocutores Ambientais, a ser conduzido (a) pelo (a) pesquisador (a) abaixo relacionado. Fui informado pelo responsável do estudo sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas com os Interlocutores Ambientais da EMEF Getúlio Vargas.

Sapucaia do Sul, 08 de julho de 2019.

Luciano C. Rodrigues

Assinatura do responsável

Loreni A. Santos

Pesquisadora



AUTORIZAÇÃO

Eu Linaro Silva,
abaixo assinado, responsável pela aluna (o)
Divier Menezes,

autorizo a realização do estudo “A relevância da Praça CEU, como espaço educativo, na formação de alunos” que será realizado com os estudantes que participam do projeto Interlocutores Ambientais, a ser conduzido (a) pelo (a) pesquisador (a) abaixo relacionado. Fui informado pelo responsável do estudo sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas com os Interlocutores Ambientais da EMEF Getúlio Vargas.

Sapucaia do Sul, 08 de julho de 2019.

Linaro Silva

Assinatura do responsável

Loreni A. Dantas

Pesquisadora



AUTORIZAÇÃO

Eu Maria Bedec,
abaixo assinado, responsável pela aluna (o)
EZEQUIEL DA SILVA DA ROCHA,

autorizo a realização do estudo "A relevância da Praça CEU, como espaço educativo, na formação de alunos" que será realizado com os estudantes que participam do projeto Interlocutores Ambientais, a ser conduzido (a) pelo (a) pesquisador (a) abaixo relacionado. Fui informado pelo responsável do estudo sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas com os Interlocutores Ambientais da EMEF Getúlio Vargas.

Sapucaia do Sul, 08 de julho de 2019.

Maria Bedec B. de Silva

Assinatura do responsável

Loreni A. Santos

Pesquisadora



AUTORIZAÇÃO

Eu Almeida Daiane Borges,
abaixo assinado, responsável pela aluna (o)
Yasmim Borges dos Santos,

autorizo a realização do estudo "A relevância da Praça CEU, como espaço educativo, na formação de alunos" que será realizado com os estudantes que participam do projeto Interlocutores Ambientais, a ser conduzido (a) pelo (a) pesquisador (a) abaixo relacionado. Fui informado pelo responsável do estudo sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas com os Interlocutores Ambientais da EMEF Getúlio Vargas.

Sapucaia do Sul, 08 de julho de 2019.

Almeida Daiane Borges
Assinatura do responsável

Loreni A. Santos
Pesquisadora



AUTORIZAÇÃO

Eu Sergio Zaballa Pain,
abaixo assinado, responsável pela aluna (o)
GABRIEL PAIM de SOUZA

autorizo a realização do estudo "A relevância da Praça CEU, como espaço educativo, na formação de alunos" que será realizado com os estudantes que participam do projeto Interlocutores Ambientais, a ser conduzido (a) pelo (a) pesquisador (a) abaixo relacionado. Fui informado pelo responsável do estudo sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas com os Interlocutores Ambientais da EMEF Getúlio Vargas.

Sapucaia do Sul, 08 de julho de 2019.

Sergio Zaballa Pain

Assinatura do responsável

Loreni A. Dantas

Pesquisadora



AUTORIZAÇÃO

Eu * Juan Alexandre Soares Botelho,
abaixo assinado, responsável pela aluna (o)
* Kathlen Andreellen Vasconcelles Barbosa,

autorizo a realização do estudo "A relevância da Praça CEU, como espaço educativo, na formação de alunos" que será realizado com os estudantes que participam do projeto Interlocutores Ambientais, a ser conduzido (a) pelo (a) pesquisador (a) abaixo relacionado. Fui informado pelo responsável do estudo sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas com os Interlocutores Ambientais da EMEF Getúlio Vargas.

Sapucaia do Sul, 08 de julho de 2019.

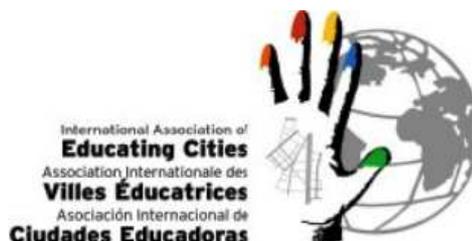
* Juan A. Soares Botelho

Assinatura do responsável

Loreni A. Santos

Pesquisadora

ANEXO E – CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS



PRINCÍPIOS

I – O DIREITO A UMA CIDADE EDUCADORA

-1-

Todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece. O direito a uma cidade educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todos os indivíduos à educação. A cidade educadora renova permanentemente o seu compromisso em formar nos aspectos, os mais diversos, os seus habitantes ao longo da vida. E para que isto seja possível, deverá ter em conta todos os grupos, com suas necessidades particulares.

Para o planeamento e governo da cidade, tomar-se-ão as medidas necessárias tendo por objectivo o suprimir os obstáculos de todos os tipos incluindo as barreiras físicas que impedem o exercício do direito à igualdade. Serão responsáveis tanto a administração municipal, como outras administrações que têm uma influência na cidade, e os seus habitantes deverão igualmente comprometer-se neste empreendimento, não só ao nível pessoal como através de diferentes associações a que pertençam.

- 2-

A cidade deverá promover a educação na diversidade para a compreensão, a cooperação solidária internacional e a paz no mundo. Uma educação que deverá combater toda a forma de discriminação. Deverá favorecer a liberdade de expressão, a diversidade cultural e o diálogo em condições de igualdade. Deverá acolher tanto as iniciativas inovadoras como as da cultura popular, independentemente da sua origem. Deverá contribuir para a correcção das desigualdades que surjam então da promoção cultural, devido a critérios exclusivamente mercantis.

- 3-

A cidade educadora deverá encorajar o diálogo entre gerações, não somente enquanto fórmula de coexistência pacífica, mas como procura de projectos comuns e partilhados entre grupos de pessoas de idades diferentes. Estes projectos deverão ser orientados para a realização de iniciativas e acções cívicas, cujo valor consistirá precisamente no carácter intergeracional e na exploração das respectivas capacidades e valores próprios de cada idade.

- 4-

As políticas municipais de carácter educativo devem ser sempre entendidas no seu contexto mais amplo inspirado nos princípios de justiça social, de civismo democrático, da qualidade de vida e da promoção dos seus habitantes.

- 5-

Os municípios deverão exercer com eficácia as competências que lhes cabem em matéria de educação. Qualquer que seja o alcance destas competências, elas deverão prever uma política educativa ampla, com carácter transversal e inovador, compreendendo todas as modalidades de educação formal, não formal e informal, assim como as diferentes manifestações culturais, fontes de informação e vias de descoberta da realidade que se produzam na cidade.

O papel da administração municipal é o de definir as políticas locais que se revelarão possíveis e o de avaliar a sua eficácia, assim como de obter as normas legislativas oportunas de outras administrações, centrais ou regionais.

- 6-

Com o fim de levar a cabo uma actuação adequada, os responsáveis pela política municipal numa cidade deverão possuir uma informação precisa sobre a situação e as necessidades dos seus habitantes. Com este objectivo, deverão realizar estudos que manterão actualizados e tornarão públicos, e prever canais abertos (meios de comunicação) permanentes com os indivíduos e os grupos que permitirão a formulação de projectos concretos e de política geral.

Da mesma maneira, o município face a processos de tomada de decisões em cada um dos seus domínios de responsabilidade, deverá ter em conta o seu impacto educador e formativo.

2 – O COMPROMISSO DA CIDADE

- 7-

A cidade deve saber encontrar, preservar e apresentar sua identidade pessoal e complexa. Esta a tornará única e será a base dum diálogo fecundo com ela mesma e com outras cidades. A valorização dos seus costumes e suas origens deve ser compatível com os modos de vida internacionais. Poderá assim oferecer uma imagem atraente sem desvirtuar o seu enquadramento natural e social.

À partida, deverá promover o conhecimento, a aprendizagem e a utilização das línguas presentes na cidade enquanto elemento integrador e factor de coesão entre as pessoas.

- 8-

A transformação e o crescimento duma cidade devem ser presididos por uma harmonia entre as novas necessidades e a perpetuação de construções e símbolos que constituam referências claras ao seu passado e à sua existência. O planeamento urbano deverá ter em conta as fortes repercussões do ambiente urbano no desenvolvimento de todos os indivíduos, na integração das suas aspirações pessoais e sociais e deverá agir contra toda a segregação das gerações e pessoas de diferentes culturas, que têm muito a aprender umas com as outras.

O ordenamento do espaço físico urbano deverá estar atento às necessidades de acessibilidade, encontro, relação, jogo e lazer e duma maior aproximação à natureza. A cidade educadora deverá conceder um cuidado especial às necessidades das pessoas com dependência no planeamento urbanístico de equipamentos e serviços, a fim de lhes garantir um enquadramento amável e respeitador das limitações que podem apresentar sem que tenham que renunciar à maior autonomia possível.

- 9-

A cidade educadora deverá fomentar a participação cidadã com uma perspectiva crítica e co-responsável. Para este efeito, o governo local deverá oferecer a informação necessária e promover, na transversalidade, as orientações e as actividades de formação em valores éticos e cívicos.

Deverá estimular, ao mesmo, a participação cidadã no projecto colectivo a partir das instituições e organizações civis e sociais, tendo em conta as iniciativas privadas e outros modos de participação espontânea.

- 10-

O governo municipal deverá dotar a cidade de espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os seus habitantes, prestando uma atenção especial à infância e à juventude.

- 11-

A cidade deverá garantir a qualidade de vida de todos os seus habitantes. Significa isto, um equilíbrio com o ambiente natural, o direito a um ambiente sadio, além do direito ao alojamento, ao trabalho, aos lazeres e aos transportes públicos, entre outros. Deverá promover activamente à educação para a saúde e a participação de todos os seus habitantes nas boas práticas de desenvolvimento sustentável.

- 12-

O projecto educador explícito e implícito na estrutura e no governo da cidade, os valores que esta encoraja, a qualidade de vida que oferece, as manifestações que organiza, as campanhas e os projectos de todos os tipos que prepara, deverão ser objecto de reflexão e de participação, graças à utilização dos instrumentos necessários que permitam ajudar os indivíduos a crescer pessoal e colectivamente.

3 – AO SERVIÇO INTEGRAL DAS PESSOAS

- 13-

O município deverá avaliar o impacto das ofertas culturais, recreativas, informativas, publicitárias ou de outro tipo e as realidades que as crianças e jovens recebem sem qualquer intermediário. Neste caso, deverá empreender, sem dirigismos acções com uma explicação ou uma interpretação razoáveis. Vigiará a que se estabeleça um equilíbrio entre a necessidade de protecção e a autonomia necessária à descoberta. Oferecerá, igualmente espaços de formação e de debate, incluindo os intercâmbios entre cidades, para que todos os seus habitantes possam assumir plenamente as inovações que aquelas geram.

- 14-

A cidade deverá procurar que todas as famílias recebam uma formação que lhes permitirá ajudar os seus filhos a crescer e a apreender a cidade, num espírito de respeito mútuo. Neste mesmo sentido, deverá promover projectos de formação destinados aos educadores em geral e aos indivíduos (particulares ou pessoal pertencente aos serviços públicos) que intervêm na cidade, sem estarem conscientes das funções educadoras. Atenderá igualmente para que os corpos de segurança e protecção civil que dependem directamente do município ajam em conformidade com estes projectos.

- 15-

A cidade deverá oferecer aos seus habitantes a possibilidade de ocuparem um lugar na sociedade, dar-lhes-á os conselhos necessários à sua orientação pessoal e profissional e tornará possível a sua participação em actividades sociais. No domínio específico das relações escola-trabalho, é preciso assinalar a relação estreita que se deverá estabelecer entre o planeamento educativo e as necessidades do mercado de trabalho.

Para este efeito, as cidades deverão definir estratégias de formação que tenham em conta a procura social e colaborar com as organizações sindicais e empresas na criação de postos de trabalho e de actividades formativas de carácter formal e não formal, sempre ao longo da vida.

- 16-

As cidades deverão estar conscientes dos mecanismos de exclusão e marginalização que as afectam e as modalidades que eles apresentam assim como desenvolver as políticas de acção afirmativa necessárias. Deverão, em particular, ocupar-se dos recém-chegados, imigrantes ou refugiados, que têm o direito de sentir com toda a liberdade, que a cidade lhes pertence. Deverão consagrar todos os seus esforços no encorajar a coesão social entre os bairros e os seus habitantes, de todas as condições.

- 17-

As intervenções destinadas a resolver desigualdades podem adquirir formas múltiplas, mas deverão partir duma visão global da pessoa, dum parâmetro configurado pelos interesses de cada uma destas e pelo conjunto de direitos que a todos assistem. Toda a intervenção significativa deve garantir a coordenação entre as administrações envolvidas e seus serviços. É preciso, igualmente, encorajar a colaboração das administrações com a sociedade civil livre e democraticamente organizada em instituições do chamado sector terciário, organizações não governamentais e associações análogas.

- 18-

A cidade deverá estimular o associativismo enquanto modo de participação e corresponsabilidade cívica com o objectivo de analisar as intervenções para o serviço da comunidade e de obter e difundir a informação, os materiais e as ideias, permitindo o desenvolvimento social, moral e cultural das pessoas. Por seu lado, deverá contribuir na formação para a participação nos processos de tomada de decisões, de planeamento e gestão que exige a vida associativa.

- 19-

O município deverá garantir uma informação suficiente e compreensível e encorajar os seus habitantes a informarem-se. Atenta ao valor que significa seleccionar, compreender e tratar a grande quantidade de informação actualmente disponível, a cidade educadora deverá oferecer os recursos que estarão ao alcance de todos. O município deverá identificar os grupos que necessitam de uma ajuda personalizada e colocar à sua disposição pontos de informação, orientação e acompanhamento especializados.

Ao mesmo tempo, deverá prever programas formativos nas tecnologias de informação e comunicações dirigidos a todas as idades e grupos sociais a fim de combater as novas formas de exclusão.

- 20-

A cidade educadora deverá oferecer a todos os seus habitantes, enquanto objectivo cada vez mais necessário à comunidade, uma formação sobre os valores e as práticas da cidadania democrática: o respeito, a tolerância, a participação, a responsabilidade e o interesse pela coisa pública, seus programas, seus bens e serviços.

ANEXO F – REPORTAGEM



PARQUE ZOOLOGICO/FZB



PREFEITURA DE
Sapucaia do Sul

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE



PROGRAMAÇÃO
SAPUCAIA DO SUL

23/04 - Movilidad Sostenible- Famílias Conscientes: Caminhada pelo Zoo, convite às famílias para fazerem piquenique, andar de bicicleta, Feira de Artesanato com matéria-prima ecológica (sementes, penas...);

24/04 - Educación - Estudiantes conscientes: lançamento do Projeto Preservação da Biodiversidade/2017 - Ano do Mico-Leão-Dourado na EMEI Mara Mattos - 9h - Contação de histórias, atividades lúdicas, exposição de materiais, bate-papo sobre a Biodiversidade;

25/04 - Diseño Sostenible - Creadores conscientes: criação e exposição de desenhos dos alunos sobre sustentabilidade;

25/04 - Diseño Sostenible - Creadores conscientes: Trilha na Praça CEU - Interlocutores Ambientais da EMEF Getúlio Vargas – criação de painel com desenhos relativos a atividade realizada - 8h e 30 min

26/04 - Organizaciones Sostenibles, Estilos de Vida Saludable e Cultura: Visita orientada ao Setor de Nutrição do Zoo, atividade cultural com apresentação artística de escolas.

27/04 - Estilos de Vida Saludable - Consumidores conscientes: Trilha na Praça CEU - Interlocutores Ambientais da EMEB Alberto Santos Dumont - bate-papo sobre biodiversidade e consumo consciente - 9h

#ciclosiete




P R E F E I T U R A D E
Sapucaia do Sul

Página Inicial
Serviços
Secretarias
Notícias
Fale Conosco

Acompanhe nas redes    

Cidade

PERFIL

HISTÓRIA

IMAGENS DA CIDADE

PONTOS DE REFERÊNCIA

Cidadão

ESCOLAS MUNICIPAIS

REDE DE SAÚDE

CRAS & CREAS

Prefeitura

GABINETE DO PREFEITO

GABINETE DO VICE-PREFEITO

PROCURADORIA GERAL

SECRETARIAS

LEGISLAÇÃO

WEBMAIL

Newsletter

Cadastre-se e receba notícias no seu email

Notícias

Estudantes farão trilha urbana em Sapucaia do Sul



Na área urbana também é possível fazer trilha e observar a natureza. Esta experiência será vivenciada por estudantes de Sapucaia do Sul, que a partir da próxima semana participarão de trilhas no Centro de Arte e Esporte Unificado – CEU (Praça do CEU). A iniciativa é da Prefeitura, através da Secretaria de Meio Ambiente, em parceria com a Secretaria de Educação e Parque Zoológico.

A primeira escola a participar da trilha ecológica será a Getúlio Vargas. No dia 25 de abril, às 8h30min, alunos do 5º e 6º ano farão uma trilha orientada na mata da Praça do CEU. Durante cerca de meia hora, e utilizando binóculos, eles observarão a vegetação, além de duas nascentes que passam pelo local, que é uma Área de Preservação Permanente. No dia 27, às 9h, será a vez dos alunos da Escola Municipal Alberto Santos Dumont participarem da atividade.

A iniciativa tem como objetivo estimular nas crianças e jovens a consciência ambiental para a importância da preservação das áreas de mata que ficam na zona urbana. As trilhas acontecerão ao longo de todo o ano, com estudantes das escolas municipais e estaduais.

Comunicação Social PMSS










PREFEITURA DE
Sapucaia do Sul

Página Inicial
Serviços
Secretarias
Notícias
Fale Conosco

Acompanhe nas redes    

Pesquisar

Cidade

PERFIL

HISTÓRIA

IMAGENS DA CIDADE

PONTOS DE REFERÊNCIA

Cidadão

ESCOLAS MUNICIPAIS

REDE DE SAÚDE

CRAS & CREAS

Prefeitura

GABINETE DO PREFEITO

GABINETE DO VICE-PREFEITO

PROCURADORIA GERAL

SECRETARIAS

LEGISLAÇÃO

WEBMAIL

Newsletter

Cadastre-se e receba notícias no seu email

Seu nome...

Seu email...

Enviar

Notícias

Estudantes sapucaieenses fazem trilha urbana na Praça do CEU



A manhã foi de descobertas para 17 alunos da Escola Municipal Santos Dumont de Sapucaia do Sul. A turma de interlocutores ambientais mirins da instituição descobriu que também é possível fazer trilha na área urbana. A iniciativa da Prefeitura, através da Secretaria de Meio Ambiente, em parceria com a Secretaria de Educação e Parque Zoológico, levou os estudantes até o Centro de Arte e Esporte Unificado – CEU (Praça do CEU).

Durante a trilha, que foi realizada na Área de Preservação Permanente existente na Praça, os participantes do 6º ano utilizaram binóculos e conferiram o tipo de vegetação existente no local. Além disso, eles viram de perto as duas nascentes existentes e os dois córregos que passam pela área. A iniciativa teve como objetivo estimular nas crianças e jovens a consciência ambiental para a importância da preservação das áreas de mata que ficam na zona urbana, além de chamar a atenção para a necessidade da cobertura vegetal na cidade e a biodiversidade. As trilhas acontecerão ao longo de todo o ano, com estudantes das escolas municipais e estaduais.

Comunicação Social PMSS





